



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS CURSO DE
MESTRADO PROFISSIONAL

MARIA CECÍLIA DA SILVA

**AS SEMENTES QUE NÃO GERMINARAM:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE EVASÃO ESCOLAR**

Recife
2018

MARIA CECÍLIA DA SILVA

**AS SEMENTES QUE NÃO GERMINARAM:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE EVASÃO ESCOLAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Dalson Britto Figueiredo Filho.

Recife

2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

S586s Silva, Maria Cecília da.
As sementes que não germinaram : um estudo de caso sobre evasão escolar / Maria Cecília da Silva. – 2018.
104 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Dalson Britto Figueiredo Filho.
Dissertação (mestrado profissional em políticas públicas) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2018.
Inclui referências e apêndices.

1. Política pública. 2. Evasão escolar. 3. Ensino profissional. 4. Estudantes – Programas de assistência. 5. Agropecuária – Ensino profissional. 6. Percepção. I. Figueiredo Filho, Dalson Britto (Orientador). II. Título.

320.6 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2018-178)

MARIA CECÍLIA DA SILVA

**AS SEMENTES QUE NÃO GERMINARAM:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE EVASÃO ESCOLAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Aprovada em: 28/06/2018

Prof. Dr. Dalson Britto Figueiredo Filho (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Erinaldo Ferreira do Carmo (Avaliador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Pablo Francisco de Andrade Porfírio (Avaliador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Maria Lúcia da Silva e à minha tia Severina Francisca da Silva (minha segunda mãe) pelos cuidados, apoio e assistência.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, *Campus* Belo Jardim, local onde foi realizada a pesquisa e onde atualmente exerço minhas atividades profissionais.

Ao meu orientador, Dalson Britto Figueiredo Filho, pela disponibilidade, pelas contribuições e pela forma como conduziu a construção deste trabalho.

A todos e todas que integram o Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco. Um agradecimento especial para o professor Erinaldo Carmo, pela atenção, disponibilidade e paciência.

A todos os entrevistados (discentes, docentes e gestores). Sem eles esta pesquisa não seria possível.

E a todos e todas que de forma direta ou indireta contribuíram para a elaboração deste trabalho.

RESUMO

O principal objetivo desta pesquisa é identificar os fatores que influenciam a evasão escolar no Curso Técnico de Agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – *Campus* Belo Jardim. Pretende-se ainda discorrer sobre a Política de Assistência Estudantil do IFPE e sobre o Plano Institucional para Permanência e Êxito dos estudantes do IFPE. Este trabalho se constitui em um estudo de caso que combina as abordagens quantitativa e qualitativa. A primeira através da descrição dos casos de evasão ocorridos no *Campus* Belo Jardim entre 2013 e 2017. A segunda para identificar a percepção de docentes, gestores e discentes acerca da evasão no Curso Técnico de Agropecuária do *Campus* Belo Jardim. Para análise dos dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas será utilizado o método de Análise de Conteúdo. Os resultados indicam uma maior ocorrência de evasão no Curso Técnico de Agropecuária entre estudantes do sexo masculino, na modalidade subsequente e no turno noturno. Na análise qualitativa, destaca-se as dificuldades de aprendizagem como principal causa da evasão na percepção dos docentes. Com relação aos estudantes constatamos que as evasões ocorreram em sua maioria após os discentes finalizarem as disciplinas: antes ou após a realização do estágio curricular obrigatório. A partir disso, podemos inferir a existência de dificuldades que envolvem tanto a instituição quanto os discentes no cumprimento desta última etapa. Diante do exposto, destacamos a necessidade da continuidade do desenvolvimento de pesquisas sobre o tema com o objetivo de melhor compreender o problema e favorecer a adoção de estratégias de intervenção que respeitem as peculiaridades de cada realidade escolar.

Palavras-chave: Evasão escolar. Educação profissional. Curso Técnico de Agropecuária. Percepção. Assistência estudantil.

ABSTRACT

The main objective of this research is to identify the factors that influence school dropout in the Agricultural Technical Course of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Pernambuco – Belo Jardim Campus. In addition, to examine the creation of the Federal Institutes, with emphasis in the Federal Institute of Pernambuco and the historical characterization of the Belo Jardim Campus. In the same way, to address the evasion in professional education and the evasion from the perception of students, teachers and managers identified through the literature review. It is also intended to discuss the IFPE Student Assistance Policy and the Institutional Plan for Permanence and Success of IFPE students. This work constitutes a case study that combines the quantitative and qualitative approaches. The first one through the description of the cases of evasion occurred in Belo Jardim Campus between 2013 and 2017. The second one was to identify the teachers', managers' and students' perception about the evasion in the Agricultural Technical Course of Belo Jardim Campus. For the analysis of data collected through semi-structured interviews will be used the method of Content Analysis proposed by Bardin (2002). The presentation of statistically systematized quantitative data shows a higher occurrence of evasion in the Agricultural Technical Course between male students, in the subsequent modality and in the night shift. In the qualitative analysis, the learning difficulties are the main cause of the evasion in the teachers' perception. With regard to students, we observed that most of the evasions occurred after the students finished their courses: before or after the completion of the compulsory curricular traineeship. From this, we can infer the existence of difficulties that involve both the institution and the students in the fulfillment of this last step necessary for the conclusion of the course. In view of the above, we emphasize the need to continue developing research on the subject so that there is a greater approximation and understanding of the problem in order to favor the adoption of intervention strategies to be implemented in each distinct school reality identified.

Keywords: School Dropout. Professional education. Agricultural Technical Course. Perception. Student Assistance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Categorias de Análise das Entrevistas com Docentes e Gestores.....	44
Figura 2 – Conjuntos de fatores que influenciam na ocorrência da evasão.....	68
Figura 3 – Fatores externos que influenciam na ocorrência da evasão.....	69
Figura 4 – Fatores internos que influenciam na ocorrência da evasão escolar.....	70
Figura 5 – Fatores pessoais que influenciam na ocorrência da evasão.....	71
Figura 6 – Fatores pessoais que influenciam na ocorrência da evasão.....	71
Figura 7 – Resumo dos fatores motivadores da evasão de acordo com a percepção dos discentes.....	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Alunos de Nível Médio evadidos, retidos e concluintes, por tipo de curso, de ciclos de matrícula iniciados a partir de 2004 e encerrados até dezembro de 2011.....	23
Gráfico 2 – Alunos de Nível Superior evadidos, retidos e concluintes, por tipo de curso, de ciclos de matrícula iniciados a partir de 2004 e encerrados até dezembro de 2011.....	23
Gráfico 3 – Taxas de Evasão por Curso na Modalidade Integrada.....	30
Gráfico 4 – Taxas de Evasão por Curso na Modalidade Subsequente.....	30
Gráfico 5 – Evasão por ano.....	31
Gráfico 6 – Evasão por turno.....	31
Gráfico 7 – Evasão por curso.....	32
Gráfico 8 – Evasão por Modalidade.....	32
Gráfico 9 – Renda <i>Per Capita</i> dos Estudantes Evadidos por curso	33
Gráfico 10 – Ocupação das vagas da Moradia Estudantil por curso de 2015 a 2018.....	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cursos Ofertados pelo <i>Campus</i> Belo Jardim.....	20
Quadro 2 – Revisão de Literatura Evasão Escolar na Educação Profissional.....	26
Quadro 3 – Fatores causadores de evasão para docentes e gestores.....	37
Quadro 4 – Fatores elencados como motivadores de evasão pelos docentes e gestores do <i>Campus</i> Belo Jardim.....	66
Quadro 5 – Fatores causadores de evasão para os discentes.....	76
Quadro 6 – Situação dos Estudantes com <i>Status</i> de Evadidos da cidade de Pesqueira.....	82
Quadro 7 – Situação dos Estudantes com <i>Status</i> de Evadidos da cidade de Sanharó.....	83
Quadro 8 – Situação dos Estudantes com <i>Status</i> de Evadidos da cidade de São Bento do Uma.....	83
Quadro 9 – Perfil dos estudantes entrevistados.....	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de Institutos Federais, <i>Campus</i> e <i>Campus</i> Avançando por Estado.....	22
Tabela 2 – Resultados da metodologia de busca aos estudantes evadidos.....	80
Tabela 3 – Quantitativo de estudantes não evadidos registrados no sistema como evadidos.....	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFET – PE	Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CONSUP	Conselho Superior
DDE	Departamento de Desenvolvimento Educacional
EAFs	Escolas Agrotécnicas Federais
ETFPE	Escola Técnica do Recife e Escola Técnica Federal de Pernambuco
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
IFET	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFG	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás
IFMT	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
IFPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
IFs	Institutos Federais
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PROEJA	Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROIFPE	Programa de Acesso, Permanência e Êxito do IFPE
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SENAI	Sistema de Aprendizagem Industrial
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação
TCU	Tribunal de Contas da União
UEPs	Unidades Educativas de Produção

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	AS SEMENTES QUE NÃO GERMINARAM: QUAL O SEU PERFIL?	16
2.1	A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	16
2.1.1	O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) e o Campus Belo Jardim	19
2.1.1.1	Um pouco do contexto dos anos 2013-2017	20
3	EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	22
3.1	EVASÃO NO IFPE – CAMPUS BELO JARDIM: METODOLOGIA, DADOS E RESULTADOS	27
3.1.1	Metodologia	27
3.1.1.1	Uma breve discussão acerca do Estudo de Caso	27
3.1.1.2	Dados e Resultados	29
3.1.2	Conclusão: perfil da evasão	33
4	FALHAS NA GERMINAÇÃO DA SEMENTE: A PERCEPÇÃO DE DOCENTES E GESTORES	35
4.1	EVASÃO ESCOLAR: PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS NESTA PROBLEMÁTICA	35
4.2	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPE	38
4.2.1	Programa Bolsa Permanência	39
4.2.2	Programa Moradia e Refeitório Estudantil	41
4.3	A PERCEPÇÃO DOS GESTORES E DOCENTES DO CAMPUS BELO JARDIM: METODOLOGIA, DADOS E RESULTADOS	42
4.3.1	Metodologia	42
4.3.2	Percepção: pequenas aproximações sobre o conceito	44
4.3.3	O Método de Análise de Conteúdo	47
4.3.4	Análise dos dados	49
4.3.4.1	A percepção dos docentes	49
4.3.4.2	A percepção dos gestores	59
4.3.5	Conclusão: percepção de docentes e gestores	66
5	POR QUE NÃO GERMINARAM? A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES DO CURSO TÉCNICO DE AGROPECUÁRIA	68
5.1	FATORES QUE CONTRIBUEM PARA OCORRÊNCIA DE EVASÃO – UMA PEQUENA REVISÃO DE LITERATURA	68

5.2	POR QUE ELES EVADEM? A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES NÃO CONCLUÍNTES DE ACORDO COM A LITERATURA	72
5.3	PLANO INSTITUCIONAL ESTRATÉGICO PARA PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ESTUDANTES DO IFPE	77
5.4	A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO <i>CAMPUS</i> BELO JARDIM: METODOLOGIA, DADOS E RESULTADOS	79
5.4.1	Metodologia	79
5.4.2	Análise dos dados	81
5.4.2.1	A Percepção dos estudantes.....	83
5.4.3	Conclusão: percepção dos discentes	87
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
	REFERÊNCIAS	93
	APÊNDICE A – ROTEIRO ENTREVISTA PROFESSORES	102
	APÊNDICE B – ROTEIRO ENTREVISTA GESTORES	103
	APÊNDICE C – ROTEIRO ENTREVISTA ESTUDANTE EVADIDO	104

1 INTRODUÇÃO

A evasão escolar é um fenômeno que ocorre em todos os âmbitos educacionais e modalidades de ensino, desde a educação básica até o ensino superior (COSTA, 2016; CRUZ, 2013; BATISTA *ET AL*, 2009). Este fenômeno ocorre quando o estudante deixa de frequentar as aulas e atividades do curso e acaba abandonando a escola (FILHO & ARAÚJO, 2017). Da mesma forma, a evasão escolar é um fenômeno multidimensional que envolve fatores extraescolares, intraescolares, de âmbito social, cultural, familiar, entre outros (DORE & LUSCHER, 2011; VIOLIN, 2012; PAULA, 2009).

Diante do exposto, o principal objetivo do presente estudo é identificar os fatores que contribuem para evasão escolar de acordo com a percepção de gestores, estudantes e professores do Curso Técnico de Agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) – *Campus* Belo Jardim. Como objetivos específicos foram elencados: (1) realizar a descrição dos casos de evasão identificados entre os discentes no período entre 2013 e 2017; (2) apontar os principais fatores que influenciam a ocorrência da evasão escolar de acordo com a percepção dos docentes e gestores; e, (3) identificar os principais fatores que influenciam a evasão escolar de acordo com a percepção dos alunos evadidos.

O IFPE tem uma composição distinta, foi criado mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco e das Escolas Agrotécnicas Federais de Barreiros, Belo Jardim e Vitória de Santo Antão, além dos *campi* oriundos de duas expansões. Ele é fruto da junção de instituições com particularidades distintas. Sendo assim, os fatores que contribuem para a evasão do estudante num *Campus* podem não ser os mesmos verificados em outros *Campi*.

Além disso, para realização da pesquisa também se considerou a Política de Assistência Estudantil do IFPE. O desenvolvimento desta Política está inteiramente relacionado ao Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, instrumento de intervenção diretamente direcionado à permanência do jovem nas instituições de educação superior pública federal e da efetivação do direito à educação. Esse apresenta como objetivos 1) democratizar as condições de permanência dos jovens; 2) mitigar as consequências das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; 3) minimizar as taxas de retenção e evasão; e 4) colaborar para a promoção da inclusão social por meio da educação (BRASIL, 2010).

Para escolha do Curso Técnico de Agropecuária para estudo considerou-se a importância que o curso tem para o *Campus*, sendo o mais antigo e o maior. Dessa forma, a pesquisa se propõe a buscar respostas para uma problemática identificada na instituição que é o grande número de evasões verificadas no curso supracitado. Da mesma forma, busca propor melhorias para as políticas de enfrentamento a evasão.

Diante desse contexto, conhecer o fenômeno da evasão escolar contribuirá para a realização de outros estudos e o desenvolvimento de ações que busquem formas de evitá-lo. Além de colaborar para a permanência do discente na escola e para o seu desenvolvimento humano, resultando na prevenção das diversas consequências oriundas do processo de abandono escolar.

Esta dissertação foi organizada em seis seções. As seções dois, três e quatro foram organizadas de forma independentes e complementares entre si. Cada uma delas buscou o alcance de um dos objetivos específicos do projeto de pesquisa e possui sua própria introdução, metodologia e conclusões. A segunda seção apresenta uma descrição dos casos de evasão ocorridos no IFPE – *Campus* Belo Jardim. Para tanto, abordamos a criação dos institutos federais e realizamos a apresentação do local de pesquisa. Posteriormente discutimos sobre a evasão na educação profissional e avançamos para a apresentação dos resultados obtidos por meio da análise quantitativa.

Na terceira seção apresentamos a percepção de gestores e docentes do curso Técnico em Agropecuária. Nesta seção também abordamos a Política de Assistência Estudantil do IFPE e destacamos seus principais programas. Como o objetivo é identificar a percepção dos sujeitos, discutimos o conceito de percepção e também de Análise de Conteúdo, técnica utilizada para análise dos dados colhidos através de entrevistas semiestruturadas. A quarta seção apresenta a visão dos discentes sobre o fenômeno estudado. Como a evasão é uma ocorrência que envolve diversos fatores, faz-se de grande importância ouvir os diferentes sujeitos que envolvidos cuja atuação podem minimizar a essa problemática.

Durante a pesquisa destacaram-se elementos importantes que poderão ser alvo de intervenção por parte da instituição na tentativa de reduzir a evasão no *Campus* e na construção de estratégias para atuação. Estes elementos são apresentados nas considerações finais da dissertação.

2 AS SEMENTES QUE NÃO GERMINARAM: QUAL O SEU PERFIL?

2.1 A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Em 1880, foi fundado na cidade do Recife o Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco. Após a primeira metade do século XVIII já se previa o fim do trabalho escravo e a forte modernização demandava um novo tipo de trabalhador capaz de dar respostas às exigências que surgiam com a evolução do setor industrial (GUERRA & SOUZA, 2018).

Dessa forma, a fundação do Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco registrou uma nova fase da educação direcionada para a formação profissional (GUERRA & SOUZA, 2018). “Na mesma época, o ensino do mencionado liceu compreendia não só uma parte teórica, mas também uma parte prática de preparação profissional e artística” (COSTA, 2013, p. 23).

Após esta primeira iniciativa, em 1909 ocorreu a criação das Escolas de Aprendizizes Artífices, voltadas para o ensino profissional, primário e gratuito (BRASIL, 2009). Essas escolas tinham por objetivo a formação de operários e contramestres (IFPE, 2015). Em 1918, as Escolas de Aprendizizes Artífices foram reformuladas por meio do Decreto nº 13.064, de 12 de junho. Entretanto, conservou-se seu caráter de instituição voltada a meninos pobres, apresentando poucas modificações em relação ao projeto inicial (IFPE, 2015).

Após a promulgação da Constituição de 1937, a primeira a tratar especificamente do ensino técnico, profissional e industrial, as Escolas de Aprendizizes foram transformadas em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus (BRASIL, 2009). A Lei Orgânica do Ensino Industrial de 1942 modificou completamente as antigas Escolas de Aprendizizes Artífices, que passaram a ofertar o Ensino Médio e, aos poucos, transformaram-se em instituições abertas a todas as classes sociais: “a partir de 1942, o Ensino Industrial, abrangendo dois ciclos, o básico e o técnico, foi ampliado, passando a ser reconhecido como uma necessidade imprescindível para o próprio desenvolvimento do país” (IFPE, 2015, p. 24).

Dando prosseguimento, os Liceus foram convertidos em Escolas Industriais e Técnicas, que se transformaram nas primeiras Escolas Técnicas Federais, em 1959. Dezenove anos depois, foram criados os Centros Federais de Educação Tecnológica, os CEFETs (BRASIL, 2009). Por fim, ocorreu a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a partir dos CEFETs, Escolas Técnicas e Escolas Agrotécnicas Federais. O instrumento utilizado

foi a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que também instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT).

Nestes mais de 100 anos de existência, destacam-se alguns marcos históricos que caracterizaram o desenvolvimento da educação profissional no Brasil. Um deles foi a criação do Sistema de Aprendizagem Industrial (SENAI), durante o governo Getúlio Vargas. Seu instrumento legal definia que a nova instituição deveria ser mantida com recursos dos empresários e administrada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), a fim de formar profissionais para a recente indústria nacional (ESCOTT & OLIVEIRA, 2015).

Outro marco importante refere-se à promulgação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. As leis anteriores tratavam da educação profissional apenas parcialmente. Entretanto, a atual lei possui um espaço dedicado à educação profissional, tratando-a na sua integralidade, como parte do sistema educacional (FILHO, 1999).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelece em seu Capítulo III – Da Educação Profissional, que:

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II – de educação profissional técnica de nível médio;

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Art. 42. As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

Por meio desta nova concepção, a educação profissional passa a ter como finalidade a formação de técnicos de nível médio, qualificação, requalificação, reprofissionalização de trabalhadores de qualquer nível de escolaridade, atualização tecnológica permanente e habilitação nos níveis médio e superior. Em suma, regulamenta a educação profissional

totalmente, abrangendo as formas de ensino que habilitam e referem-se a níveis da educação escolar no conjunto da qualificação permanente para as atividades produtivas. Apesar da lei não deixar claro, a educação profissional passa a ser considerada como um subsistema de ensino (FILHO, 1999).

Diante do exposto, o contexto foi lentamente se modificando. Inicialmente a educação profissional apresentava como objetivo o atendimento às classes em situação de vulnerabilidade social. Em decorrência, foi e ainda é discriminada por certa parcela da sociedade, que a vê como uma forma de ingresso no mercado de trabalho de pessoas com capacidade intelectual, econômica e social deficiente para dar prosseguimento aos estudos. Hoje, a educação profissional atua em diversas vertentes, buscando garantir o acesso ao ensino científico e tecnológico, elevar a escolaridade dos trabalhadores, atender demandas do ensino profissional técnico e do ensino superior e, por fim, a expansão da oferta e melhoria da qualidade da educação brasileira (BRASIL, 2009; WERMELINGER ET. AL., 2007).

Conforme Turmena & Azevedo (2017, p. 1074): “Nota-se que há um esforço do Estado em ampliar a oferta de matrículas e interiorizar a educação pública federal, com a criação dos IFs e ampliação de *campi*, em Estados até então excluídos de efetivas políticas públicas em educação profissional e tecnológica”.

Neste contexto, a partir de 2006 teve início um processo de expansão e de interiorização da educação profissional pública federal, intensificado após a instituição da Rede Federal e a criação dos Institutos Federais. A expansão teve motivações distintas: o crescimento econômico do país ampliou a demanda por mão de obra qualificada; observou-se a possibilidade para o desenvolvimento regional em conjunto com outras políticas públicas; e, a concepção que a interiorização das escolas técnicas poderia contribuir para o desenvolvimento das microrregiões menos desenvolvidas (BRASIL, 2014).

Através do Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, são estabelecidas as diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica.

O documento supracitado ainda define cada instituto como: [...] instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multiCampus*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas” (BRASIL, 2007, art. 01, § 2º).

O Decreto nº 6.095 apresenta também em seu artigo quarto qual seria a vocação dos institutos:

Art. 4º-§ 1º A vocação institucional expressa no projeto de PDI integrado deverá se orientar para as seguintes ações:

I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando profissionais para os diversos setores da economia, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade;

II – desenvolver a educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico no âmbito de atuação do IFET;

IV – constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

V – qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VI – oferecer programas de extensão, dando prioridade à divulgação científica; e

VII – estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.

De acordo com Turmena & Azevedo (2017, p. 1073):

O Estado entende os IFs na perspectiva de contribuição para o processo de modernização e desenvolvimento do país, qualificando (neste caso, com a educação profissional e tecnológica) os cidadãos e, conseqüentemente, incluindo-os no mercado de trabalho, levando em conta os arranjos produtivos e os aspectos sociais, culturais locais. O Estado atende, por um lado, demandas sociais da população, por formação e elevação dos níveis de escolaridade para adquirirem as devidas condições de empregabilidade e, por outro, as demandas do capital que exigem qualificação da mão de obra objetivando o aumento da produtividade e a elevação das taxas de lucro.

2.1.1 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) e o Campus Belo Jardim

A Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco iniciou suas atividades em 16 de fevereiro de 1910. Durante seu longo período de existência, a Escola de Ensino Industrial do Recife apresentou diversas denominações: Escola de Aprendizes Artífices, Liceu Industrial de Pernambuco, Escola Técnica do Recife e Escola Técnica Federal de Pernambuco (ETFPE). Em 1999, a ETFPE foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFET-PE), ampliando sua oferta de cursos e passando também a atuar na Educação Superior através dos cursos de formação de tecnólogos (IFPE, 2015).

Dando continuidade, em 2004 foram criados os Cursos Técnicos na Modalidade Integrada e em 2005, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA (IFPE, 2015). Com a instituição da RFEPCT, o IFPE foi formado mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco e das Escolas Agrotécnicas Federais de Barreiros, Belo Jardim e Vitória de Santo Antão. Atualmente, após a terceira expansão, é composto por 16 *campi*, além dos 17 polos de Educação à Distância.

Ao longo de sua trajetória, o *Campus* Belo Jardim recebeu diversas denominações. Através do Decreto nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, foi chamado de Colégio Agrícola e passou a oferecer os cursos Ginasiais Agrícolas e Técnico Agrícola. Em 04 de setembro de 1979, os Colégios Agrícolas transformaram-se nas Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs). Em 1993, as EAFs tornaram-se Autarquias Federais, com autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didática e disciplinar (IFPE, 2015).

O *Campus* Belo Jardim oferece educação profissional através de cursos técnicos integrados com o ensino médio e na forma subsequente, para os estudantes que já concluíram o nível médio. O *Campus* oferece ainda educação superior através do curso de graduação em Licenciatura em Música e de forma concomitante¹ na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (ver Quadro 1).

Quadro 1 – Cursos Ofertados pelo Campus Belo Jardim

Curso	Nível	Modalidade (s)
Agroindústria	Técnico	Integrado/Subsequente/PROEJA
Agropecuária	Técnico	Integrado/Subsequente
Enfermagem	Técnico	Subsequente
Informática para Internet	Técnico	Integrado/Subsequente
Música	Superior	Licenciatura

Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa

2.1.1.1 Um pouco do contexto dos anos 2013-2017

Para complementar os dados que serão descritos sobre os casos de evasão ocorridos no *Campus* Belo Jardim entre os anos de 2013 e 2017, vamos apresentar um pouco do contexto vivenciado durante esses cinco anos nos tópicos abaixo:

¹ Na modalidade concomitante o estudante frequenta duas instituições distintas, cursando o nível técnico numa instituição e o ensino médio em outra.

- a) Inicialmente, destacamos que na esfera nacional ocorreu em 2016 a aprovação da PEC 241 (ou PEC 55 no Senado), que tem por objetivo limitar os gastos do Governo Federal em até 20 anos, afetando áreas como a educação e saúde;
- b) Compondo as ações de ampliação dos cursos ofertados pelo IFPE, destacamos a aprovação de dois novos cursos superiores realizada em 2017: Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica. No âmbito do *Campus* Belo Jardim também se destaca o Curso de Especialização Técnica em Enfermagem do Trabalho, aprovado em 2013;
- c) Em 2014, o IFPE realiza concurso público para o preenchimento de vagas para técnicos administrativos e docentes;
- d) Em 2015, ocorreram as eleições para escolha do novo reitor do IFPE e dos Diretores Gerais dos *Campi*;
- e) No ano de 2016, o Prof. Francisco das Chagas Lino Lopes assume seu segundo mandato como Diretor Geral do *Campus* Belo Jardim para o quadriênio 2016-2020;
- f) Nos quesitos inclusão, diversidade e acessibilidade, destacamos que entre os anos de 2013-2017 se iniciaram as obras de acessibilidade do *Campus* e foram criados o Núcleo de Gênero e Diversidade, a Comissão de Gestão Ambiental e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas;
- g) Ressaltamos também neste período os investimentos realizados para construção da sede definitiva do *Campus* Abreu e Lima, oriundo da terceira fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. No âmbito do *Campus* Belo Jardim foram realizados investimentos para obras de saneamento básico. Ainda no ano de 2017 foi assinada a ordem de serviço para construção do novo bloco de informática do *Campus* Belo Jardim.

3 EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Desde 2006 a expansão e interiorização da educação profissional pública federal tem proporcionado a ampliação física e a democratização da oferta de vagas. Com base em levantamento realizado por Turmena & Azevedo (2017), a partir dos dados disponíveis no portal do Ministério da Educação (MEC), até junho de 2016, os trinta e oito institutos federais eram compostos por 508 *Campi* no total (ver Tabela 1).

Tabela 1 – Número de Institutos Federais, *Campus* e *Campus Avançado* por Estado

	Instituto Federal	<i>Campus</i>	<i>Campus Avançado</i>	Total
Acre	IFAC	05	01	06
Alagoas	IFAL	15	01	16
Amapá	IFAP	04	01	05
Amazonas	IFAM	14	01	15
Bahia	IFBA	22	01	23
Bahia	IFBaiano	14		14
Ceará	IFCE	28	03	31
Distrito Federal	IFB	10	01	11
Espírito Santo	IFES	21	01	22
Goiás	IFG	14		14
Goiás	IFGoiano	08	04	12
Mato Grosso	IFMT	14	05	19
Maranhão	IFMA	26	03	29
Mato Grosso do Sul	IFMS	10		10
Minas Gerais	IFMG	12	06	18
Minas Gerais	IFSuldeminas	06	02	08
Minas Gerais	IFNMG	09	02	11
Minas Gerais	IFSudesteMG	07	03	10
Minas Gerais	IFTM	07	02	09
Pará	IFPA	17	01	18
Paraíba	IFPB	15	03	18
Paraná	IFPR	20	05	25
Pernambuco	IFPE	15		15
Pernambuco	IFSertão-PE	07		07
Piauí	IFPI	17	03	20
Rio de Janeiro	IFFluminense	09	03	12
Rio de Janeiro	IFRJ	10	02	12
Rio Grande do Norte	IFRN	18	02	20
Rio Grande do Sul	IFSul	12	02	14
Rio Grande do Sul	IFRS	16	01	17
Rio Grande do Sul	IFFarroupilha	09	01	10
Rondônia	IFRO	08	01	09
Roraima	IFRR	04	01	05
São Paulo	IFSP	32	06	38
Santa Catarina	IFSC	21	01	22
Santa Catarina	IFC	13	02	15
Sergipe	IFS	10		10
Tocantins	IFTO	07	03	10
	TOTAL	506	74	580

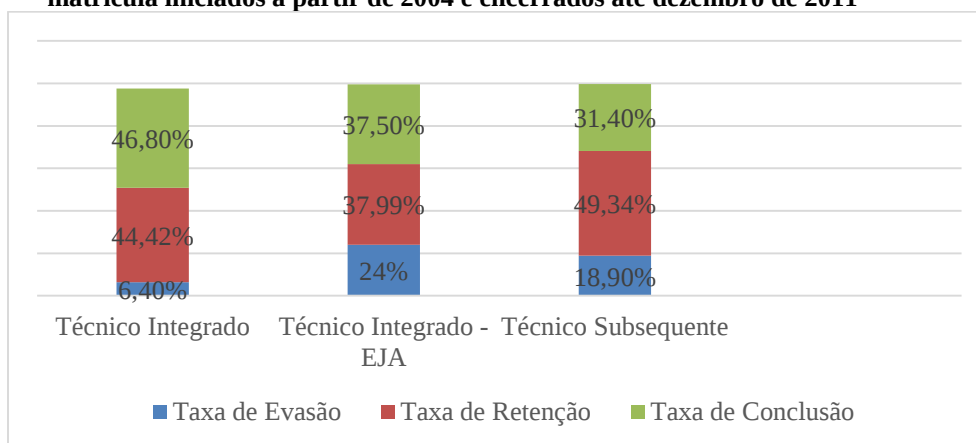
Fonte: (Turmena & Azevedo, 2017, p. 1072–1073)

Entretanto, para fortalecer a ação educacional é necessário atentar para a qualidade do ensino, o atendimento à diversidade, a permanência e o êxito dos estudantes no processo

educativo (BRASIL, 2014). É nesta conjuntura que a ocorrência da evasão escolar passa a ser motivo de preocupação.

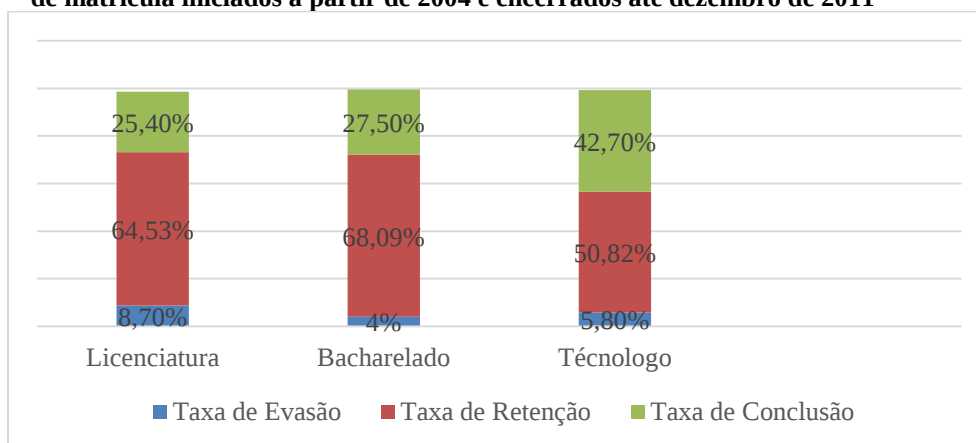
De acordo com o Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), acerca da Rede Federal de Educação Profissional, foi observado que os cursos com maiores taxas de evasão são os de nível médio (ver Gráfico 1). Observando os alunos evadidos, em curso e concluintes, por tipo de curso, de ciclos de matrícula iniciados a partir de 2004 e encerrados até dezembro de 2011, foi constatado que na educação básica o curso técnico integrado para estudantes em idade própria apresentou 6,4% de taxa de evasão, o técnico integrado e concomitante na modalidade EJA apresentou 24% e técnico subsequente 18,9% (BRASIL, 2013, 2014).

Gráfico 1 – Alunos de Nível Médio evadidos, retidos e concluintes, por tipo de curso, de ciclos de matrícula iniciados a partir de 2004 e encerrados até dezembro de 2011



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do TCU.

Gráfico 2 – Alunos de Nível Superior evadidos, retidos e concluintes, por tipo de curso, de ciclos de matrícula iniciados a partir de 2004 e encerrados até dezembro de 2011



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do TCU.

Para fins de acompanhamento da situação da matrícula dos discentes o Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal (BRASIL, 2014) apresenta os seguintes conceitos:

- **Concluído:** quando o estudante conclui todos os componentes curriculares do curso, inclusive prática profissional/estágio (mesmo o não obrigatório) e encontra-se apto a receber o diploma ou certificado.
- **Desligado/Desistente e Evadido:** Em caso de desistência o estudante comunica formalmente, de forma espontânea, o desejo de não permanecer no curso. Quando evadido, o estudante abandona o curso sem prévia comunicação. Não realizando a renovação da matrícula ou não formalizando o desligamento/desistência do curso.
- **Total de retenção:** ocorre quando a matrícula permanece ativa com situação “em curso” ou “integralizado” mesmo após a data prevista para o término do ciclo de matrícula do curso (estudantes que ainda não concluíram o curso, mesmo transcorrido o período previsto para conclusão) (BRASIL, 2014).

Considerando:

- **MP** o número de estudantes com matrícula ativa em um dado período (total de matrículas ativas);
- **CP** o número de estudantes concluintes (total de saídas com êxito²);
- **EP** a soma dos estudantes que tiveram a matrícula finalizada sem êxito no período (total de saídas sem êxito³);
- **RP** a soma dos estudantes com tempo de matrícula maior do que o tempo previsto de duração do ciclo, no período de análise (total de retenção);
- **i** o período em análise (BRASIL, 2014).

Definem-se as taxas de conclusão, evasão e retenção através do seguinte cálculo (BRASIL, 2014):

$$\text{Taxa de conclusão no período: } \%CPi = \frac{CPi}{MPi} \times 100$$

$$\text{Taxa de evasão no período: } \%EPi = \frac{EPi}{MPi} \times 100$$

² **Total de saídas com êxito:** número de matrículas finalizadas com situação "concluído" (BRASIL, 2014).

³ **Total de saídas sem êxito:** número de matrículas finalizadas com situação “transferido interno”, “transferido externo”, “desligado/desistente” ou “evadido” (BRASIL, 2014).

$$\text{Taxa de retenção no período: \%RPI} = \frac{RPI}{MPI} \times 100$$

Dore & Luscher (2011) examinam a evasão escolar na educação profissional técnica de nível médio no Estado de Minas Gerais. As autoras destacam que no contexto brasileiro, as condições de acesso e de permanência do estudante na instituição de ensino e, especialmente, na escola técnica, são determinadas em grande parte pela política educacional destinada para essa modalidade de ensino e sua relação com o ensino de nível médio.

As autoras apontam ainda que as diversas possibilidades de mudanças no ensino técnico podem indicar a existência de distintas oportunidades de escolha e de experimentação profissional ou podem significar a instabilidade e/ou falta de orientação do discente quanto ao seu futuro profissional. Sendo assim, é importante conhecer a movimentação de estudantes nos cursos técnicos, visando contribuir para a formulação de estratégias destinadas a prevenção da evasão, seja através das políticas públicas ou das ações e práticas pedagógicas próprias de cada instituição de ensino (DORE & LUSCHER, 2011).

No caso brasileiro, à questão da evasão no ensino técnico acrescenta-se a dificuldade de acesso dos jovens a essa modalidade de ensino, tendo em vista os altos índices de evasão e de outros indicadores de fracasso escolar na educação básica. A relação entre a educação básica (ensino fundamental e médio) e a educação técnica é um dos contextos mais significativos da pesquisa sobre evasão na educação técnica no Brasil e em Minas Gerais (DORE & LUSCHER, 2011, p. 778).

Meira (2015) adotou como público alvo de sua pesquisa os estudantes evadidos do curso Técnico de Ferrovias, ingressantes entre o ano de 2006 e 2014 na modalidade concomitante ao ensino médio, do *Campus* Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Foi constatada uma elevada taxa de abandono presente em todas as turmas ofertadas (entre 23,44% e 62,85%). A autora identificou que o índice de evasão no turno noturno foi superior ao vespertino. Da mesma forma, há uma supremacia dos discentes do sexo masculino dentre os evadidos do curso. A maior parte dos estudantes evadidos apresentavam estado civil solteiro e estavam na faixa etária entre 17 a 21 anos (39,37%). Sobre o local de residência, 48,83% dos evadidos eram oriundos da cidade onde o *Campus* se localiza (MEIRA, 2015).

De acordo com pesquisa realizada por Costa (2016) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), no *Campus* Cuiabá foram verificadas média de 81% de evasão no curso técnico de Edificação e 73% para o curso técnico de Eletrotécnica, ambos na modalidade PROEJA. No total, esses números indicam que 77% dos discentes evadiram. O estudo verificou ainda a existência de desigualdades tanto no acesso quanto na permanência dos discentes do sexo feminino nos cursos do PROEJA. Do total de discentes

matriculados, 14% das mulheres concluíram e 86% evadiram. Já os discentes do sexo masculino registraram 75% de evasão. Com relação a faixa etária foi observado que no curso de edificação a maior parte dos estudantes encontram-se entre 21 e 25 anos e, no curso de Eletrotécnica entre 26 e 30 anos. A maior porcentagem de evasão ocorre nos três primeiros semestres de curso, representando 56% do total (COSTA, 2016).

Sobre o perfil dos estudantes evadidos do Senac Sete Lagoas, Cruz (2013) identificou que são em sua maioria do sexo feminino (79,37%), solteiros (81%), com idade entre 23 e 27 anos (42,33%) e com renda familiar de até dois salários mínimos (62%). Quanto a moradia, 78,84% residem no município onde se localiza a instituição. Quanto ao grau de escolaridade dos pais, foi verificado que 69,52% dos pais não chegaram a concluir o ensino médio. Sobre a escolaridade das mães, 60,95% tem o ensino médio incompleto. A maioria dos estudantes não tinham filhos, mas três dos cinco que tinham evadiram por motivos que podem ser relacionados ao fato de terem filhos. Quanto a situação de trabalho, 33% dos evadidos não trabalhavam, mas 63% dos que exerciam alguma atividade remunerada alegaram incompatibilidade entre horário de trabalho e horário de estudo (CRUZ, 2013).

Quadro 2 – Revisão de Literatura Evasão Escolar na Educação Profissional

Autor/Ano	Local	Curso	Período de Análise	Resultados
Meira (2015)	Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), <i>Campus Cariacica</i>	Técnico de Ferrovias, na modalidade concomitante ao ensino médio	2006 – 2014	Os evadidos eram em sua maioria homens, solteiros, com idade entre 17 e 21 anos, residentes na cidade onde o <i>Campus</i> se localiza.
Costa (2016)	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), <i>Campus Cuiabá</i>	Técnico de Edificação e Técnico de Eletrotécnica, ambos na modalidade PROEJA	2007 – 2015	Identificou-se a existência de desigualdades tanto no acesso quanto na permanência dos discentes do sexo feminino. Do total de matriculados, 14% das mulheres concluíram e 86% evadiram. A maior porcentagem de evasão ocorre nos três primeiros semestres de curso.
Cruz (2013)	Senac Sete Lagoas	Cursos Técnicos de Formação Profissional	2009–2011	Os evadidos são em sua maioria do sexo feminino, sem filhos, solteiros, com idade entre 23 e 27 anos e com renda familiar de até dois salários mínimos, residentes no município onde se localiza a instituição. Três dos cinco que tinham filhos evadiram por motivos que podem ser relacionados ao fato de terem

				filhos. 33% dos evadidos não trabalhavam, mas 63% dos que exerciam alguma atividade remunerada alegaram incompatibilidade entre horário de trabalho e horário de estudo.
--	--	--	--	--

Fonte: elaborado pela autora com base na revisão de literatura

3.1 EVASÃO NO IFPE – *CAMPUS* BELO JARDIM: METODOLOGIA, DADOS E RESULTADOS

3.1.1 Metodologia

3.1.1.1 Uma breve discussão acerca do Estudo de Caso

De acordo com Yin (2001, p. 21), “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Já Ventura (2007, p. 383) destaca que:

Descrever e caracterizar estudos de caso não é uma tarefa fácil, pois eles são usados de modos diferentes, com abordagens quantitativas e qualitativas, não só na prática educacional, mas também como modalidade de pesquisa, com aplicação em muitos campos do conhecimento, principalmente na Medicina, Psicologia e em outras áreas da saúde, e também nas áreas tecnológicas, humanas e sociais, entre outras.

Costa *et. al.* (2013, p. 50) ressaltam que: “os diversos métodos de pesquisa social são formas de analisar as evidências empíricas, cada um seguindo sua própria lógica, tendo suas vantagens e desvantagens”. Com o método de estudo de caso não poderia ser diferente.

O estudo de caso se configura como uma das diversas formas de se fazer pesquisa em ciências sociais. Cada maneira apresenta vantagens e desvantagens próprias, a depender essencialmente de três condições: a) o tipo de questão da pesquisa; b) o controle que o pesquisador possui sobre os eventos comportamentais efetivos; c) o foco: fenômenos históricos ou fenômenos contemporâneos (YIN, 2001).

Para Ventura (2007, p. 384):

[...] o estudo de caso como modalidade de pesquisa é entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais. Visa à investigação de um caso específico, bem delimitado,

contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações.

Como uma de suas vantagens, o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa bastante abrangente. Podendo ser utilizada em várias situações como: sociologia, psicologia, economia, pesquisa de planejamento regional e municipal, ciência política, supervisão de dissertações e teses, etc. (YIN, 2001).

De acordo com Yin (2001), o estudo de caso é mais vantajoso em relação a outros métodos quando se deseja saber o “como” e o “por quê” de algum fenômeno contemporâneo e sobre o qual se tenha pouco ou nenhum controle. No entanto, não há impedimentos no seu uso para resolução de outras questões de pesquisa.

Para Ventura (2007, p. 385):

Como qualquer pesquisa, o estudo de caso é geralmente organizado em torno de um pequeno número de questões que se referem ao **como** e ao **porquê** da investigação. É provável que questões como essas estimulem também o uso de experimentos e pesquisas históricas.

Destaca-se ainda que o estudo de caso contribui, de forma singular, para a compreensão dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos.

Em resumo, o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real— tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores (YIN, 2001, p. 12).

A seguir destacamos as principais críticas direcionadas para este método de pesquisa de acordo com Yin (2001):

- O estudo de caso ficou marcado como o "parente pobre" entre os métodos de ciência social. Os pesquisadores que se utilizam do método são julgados como se tivessem sido desviados de suas disciplinas acadêmicas. Do mesmo modo, suas investigações são vistas como se tivessem precisão, objetividade e rigor insuficientes. De acordo com o autor, tal pensamento decorre da má compreensão dos pontos fortes e fracos do método, sendo necessária uma análise de uma perspectiva distinta;
- Outra crítica refere-se ao enquadramento reduzido do estudo de caso enquanto apenas ferramenta exploratória. Essa interpretação é resultado da divisão hierárquica das diversas estratégias de pesquisa. Dessa forma, estudos de caso seriam exploratórios,

levantamentos de dados descritivos e experimentos explanatórios ou causais. Entretanto, essa divisão está equivocada e não há impedimentos para que esses métodos de pesquisa sejam utilizados para outras finalidades. Como citado anteriormente, existem critérios que definem qual a melhor estratégia de pesquisa a ser utilizada;

- A ausência de rigor da pesquisa de estudo de caso também se constitui numa crítica. Esse pensamento pode ser resultado da negligência de alguns pesquisadores de estudo de caso que permitiram o uso de evidências equivocadas ou visões tendenciosas para influenciar o significado das descobertas e das conclusões. Da mesma forma, também destaca a possibilidade de que tenham confundido o ensino do estudo de caso com a pesquisa do estudo de caso. O autor destaca que outras estratégias de pesquisa não estão isentas as mesmas ocorrências. Porém, na pesquisa de estudo de caso, são problemas frequentemente encontrados e pouco superados;
- Por último, destacamos a preocupação com a impossibilidade para se fazer uma generalização científica. O autor salienta que fatos científicos excepcionalmente se baseiam em experimentos únicos. São fruto, em geral, de um conjunto múltiplo de experimentos, que repetiu o mesmo fenômeno sob condições diferentes. Diante do exposto, o estudo de caso, como o experimento, não representa uma "amostragem", e o objetivo do pesquisador é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística) (YIN, 2001).

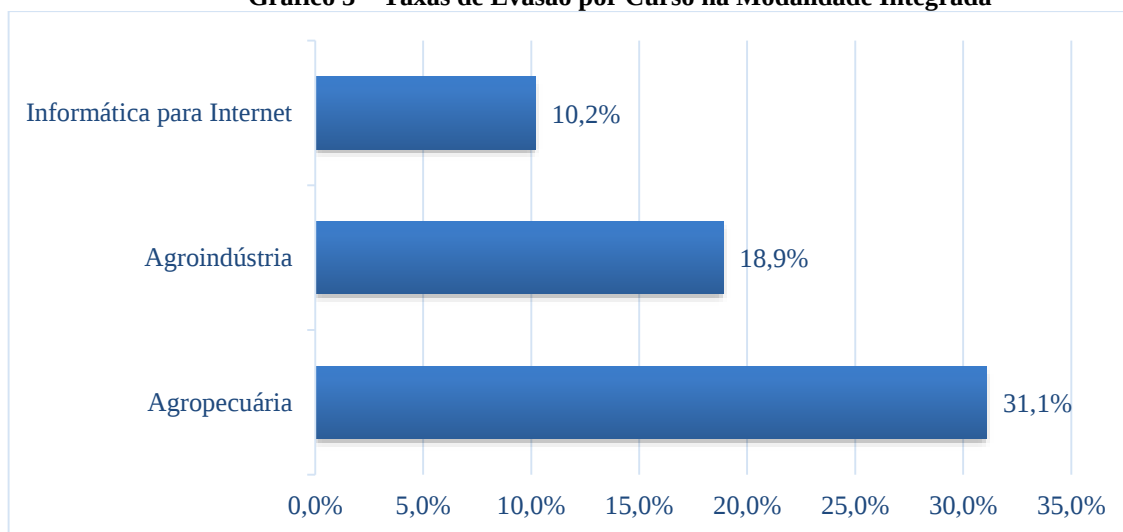
3.1.1.2 Dados e Resultados

Para a descrição dos casos de evasão identificados entre os discentes do IFPE *Campus* Belo Jardim foram realizadas consultas ao Q-acadêmico – sistema informatizado utilizado pela instituição para registrar os dados acerca dos alunos (matrícula, frequência, notas, histórico, dados pessoais, etc). As consultas objetivaram levantar dados sobre as variáveis: número de evadidos por curso, sexo, modalidade, turno, renda *per capita* da família do evadido e período no qual ocorreu a evasão, entre os anos de 2013 a 2017⁴.

⁴ Embora o *Campus* seja relativamente antigo, apresentando quarenta e oito anos de existência no ano de 2018, apenas a partir de 2011 o sistema q-acadêmico passou a ser utilizado. Durante os anos de 2011 e 2012 ocorreu o período de transição entre o manejo manual e eletrônico da documentação dos discentes. Sendo assim, para evitar inconsistências nos dados, o levantamento foi realizado a partir do ano de 2013.

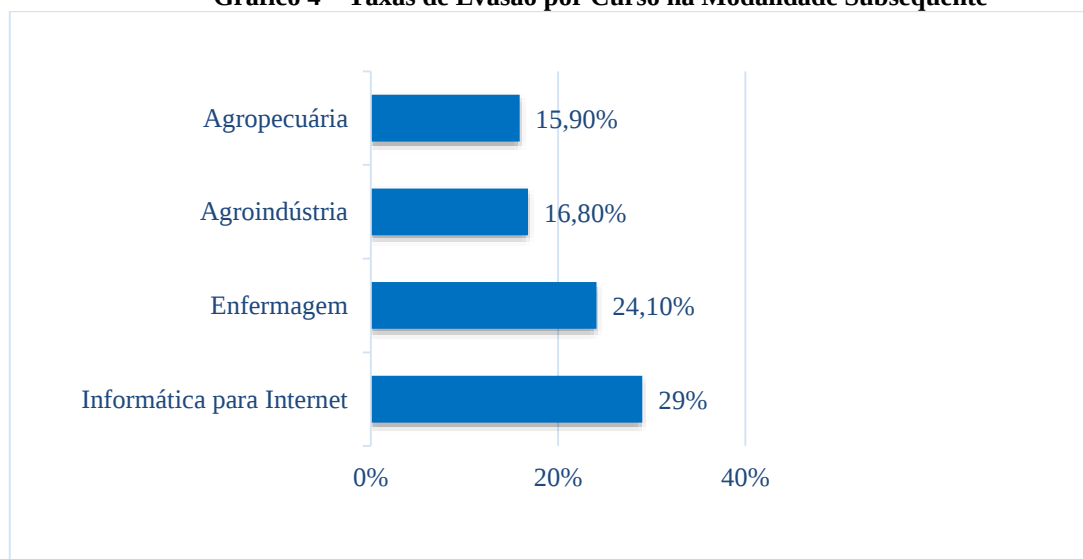
Dessa forma, será utilizada a estatística descritiva para expor os dados obtidos junto à instituição, a fim de demonstrar a evasão dos discentes do *Campus* Belo Jardim. Para melhor clareza na exposição das informações, os dados serão apresentados por meio de tabelas e gráficos. Aproximando-se um pouco mais da realidade local, conforme o Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito do IFPE (IFPE, 2016), no *Campus* Belo Jardim, o curso técnico integrado de agropecuária apresentou os maiores índices de evasão – 31,1% (ver Gráfico 3). Na modalidade subsequente: evasão – 15,9% (ver Gráfico 4).

Gráfico 3 – Taxas de Evasão por Curso na Modalidade Integrada



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da instituição.

Gráfico 4 – Taxas de Evasão por Curso na Modalidade Subsequente

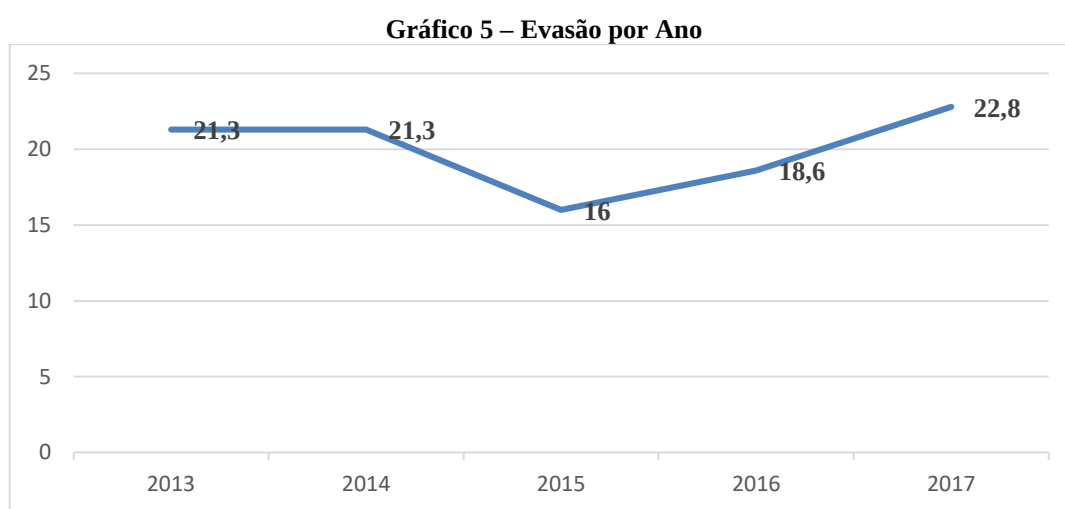


Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da instituição.

Com relação ao sexo, é possível constatar um percentual de 55,3% de evadidos do sexo masculino e 44,7% do feminino. É possível afirmar que há um predomínio do sexo masculino entre os estudantes evadidos do *Campus* Belo Jardim, mas os dados não são tão discrepantes.

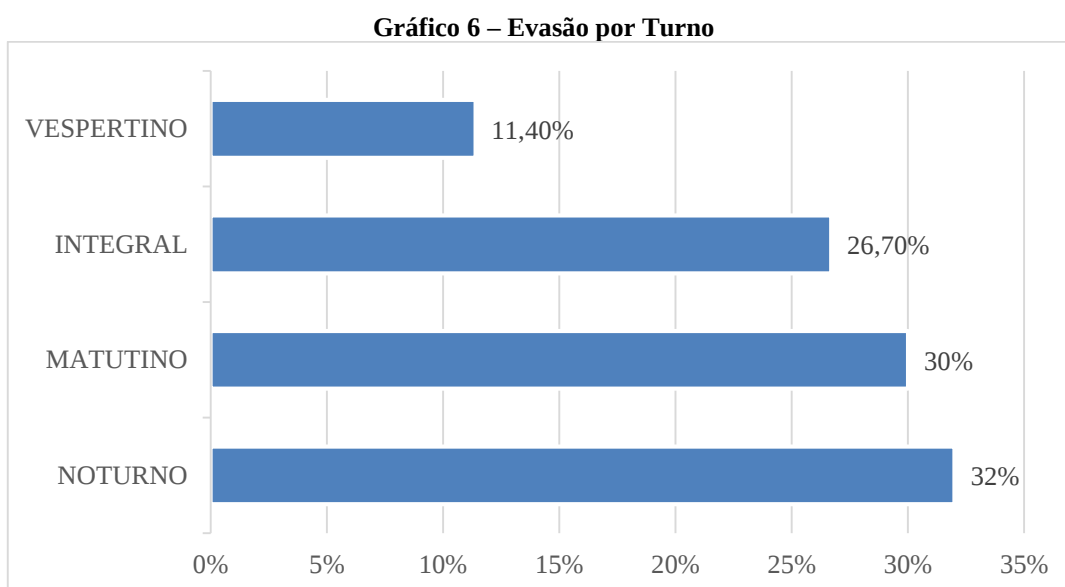
Em pesquisa realizada por Meira (2015), havia uma diferença significativa entre os estudantes evadidos do sexo masculino (80,31%) e os do sexo feminino (19,69%).

Com relação ao comportamento da evasão ao longo dos anos, é possível verificar certo equilíbrio entre os anos de 2013 e 2014, seguido por queda do número de casos no ano de 2015. No entanto, a porcentagem volta a crescer a partir do ano de 2016.



Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa

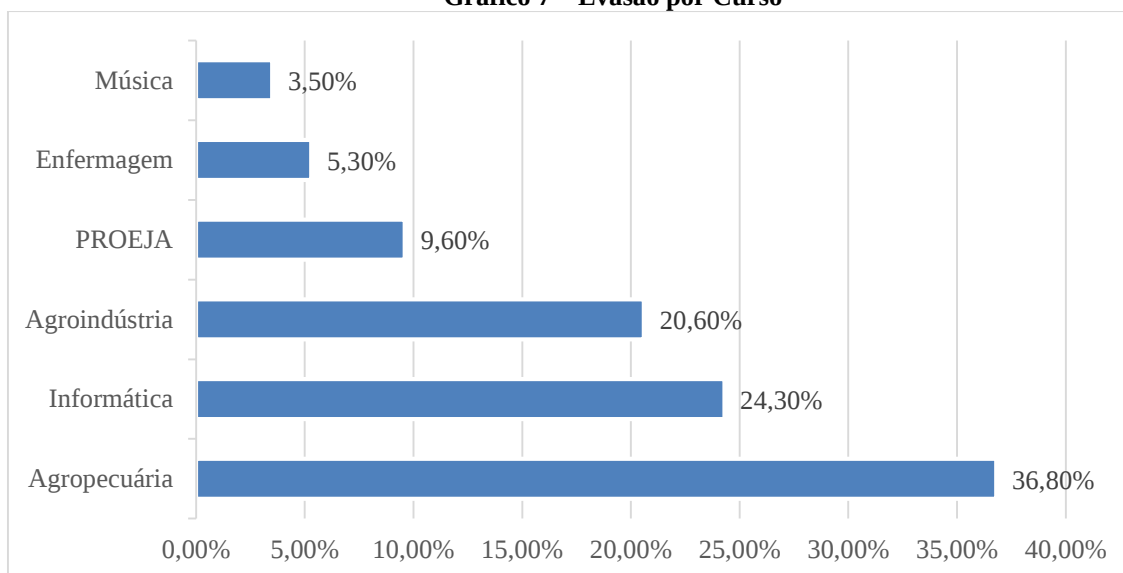
Os dados apresentam ainda maior ocorrência de evasão no período noturno (32% dos casos), seguido do turno matutino (30%).



Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa

Relativo aos cursos, foi constatado que o curso mais antigo do *Campus* é o que apresenta os maiores índices de evasão: Agropecuária (36,8%). Em seguida, tem-se o curso de Informática, apresentando 24,3% dos casos. Por outro lado, o curso com menor porcentagem de evasão é o de Licenciatura em Música.

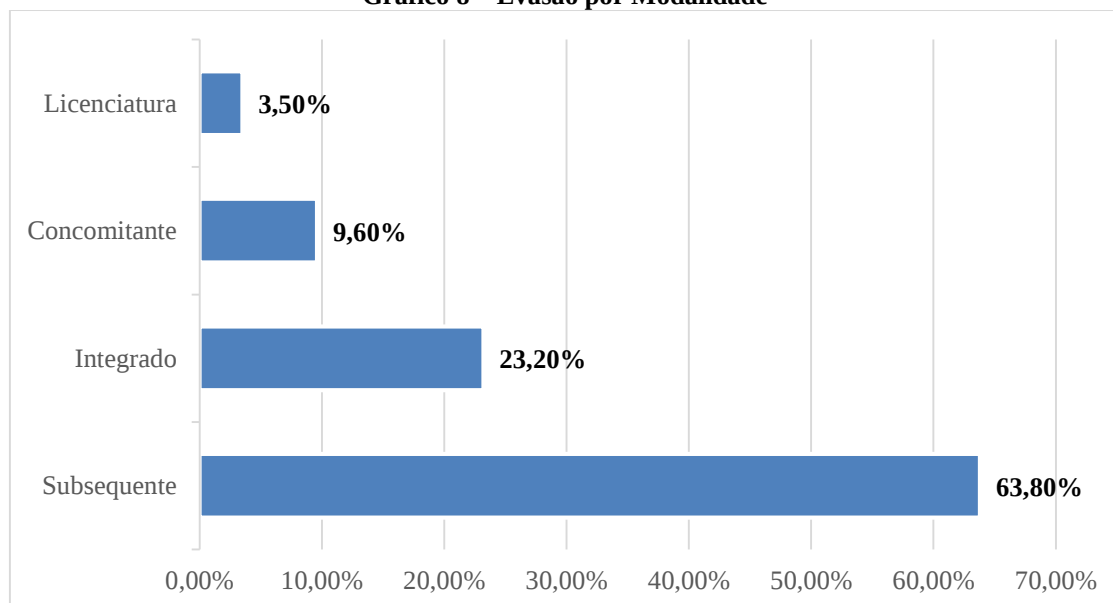
Gráfico 7 – Evasão por Curso



Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa

No que se refere a modalidade com maior índice de evasão, destaca-se a modalidade subsequente bastante acima das outras, representando 63,8% dos casos. Em seguida, a modalidade integrada com 23,2%, concomitante com 9,6% e a licenciatura com 3,5%.

Gráfico 8 – Evasão por Modalidade

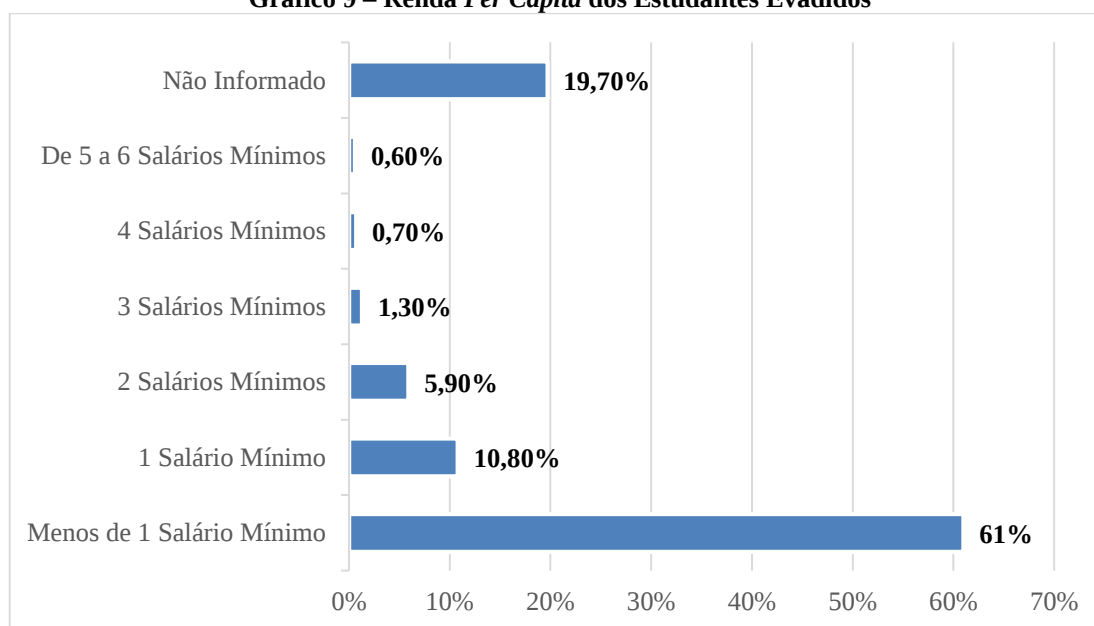


Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa

Os dados mostram que a maior porcentagem de estudantes evadidos informaram possuir renda *per capita* de menos de um salário mínimo (61%), um indicativo que os discentes encontram-se em situação de vulnerabilidade social e que isso poderia influenciar na ocorrência da evasão escolar. Entretanto, apenas estudos mais aprofundados poderão verificar a existência dessa relação.

Por outro lado, destaca-se que a segunda maior porcentagem representa os discentes que não preencheram seus dados sobre a renda *per capita* da família (19,7%). Este fato dificulta uma interpretação da real situação dos alunos nesse ponto específico⁵. Em outros casos poderia até impossibilitar a análise. Situação verificada em pesquisa realizada por Meira (2015), onde constatou-se que a maioria dos estudantes não havia informado dados a respeito de sua renda familiar (68,50%), impossibilitando a análise da real situação dos alunos nesse aspecto.

Gráfico 9 – Renda Per Capita dos Estudantes Evadidos



Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa

3.1.2 Conclusão: perfil da evasão

Esta seção teve por objetivo realizar a descrição dos casos de evasão ocorridos no IFPE – Campus Belo Jardim entre os anos de 2013 e 2017. Após uma queda no número de evasões

⁵ No caso específico desta pesquisa, pretendia-se também utilizar a variável cota (forma de ingresso na instituição) na análise descritiva. Entretanto, a insuficiência de dados no sistema q-acadêmico não possibilitou sua inclusão.

no ano de 2015, os casos voltaram a crescer a partir de 2016. Foi constatado ainda que a maior parte das evasões ocorreram entre os estudantes do sexo masculino embora não haja muita discrepância com o número de evadidos do sexo feminino.

Da mesma forma, os maiores índices de evasão foram observados no turno noturno, no curso de agropecuária e na modalidade subsequente. Sobre a renda, a maioria dos discentes informou possuir renda familiar *per capita* inferior a um salário mínimo, embora tenha se destacado uma parcela de estudantes que não preencheram suas informações sobre renda. Este último fato pode indicar certa fragilidade na forma como a instituição faz o levantamento dos dados. Além das lacunas observadas nos dados sobre renda, percebeu-se insuficiência de informações também referentes as cotas, impossibilitando a análise dessa variável.

A presente pesquisa visa contribuir ainda com o debate sobre a evasão enquanto problemática a ser estudada no *Campus* Belo Jardim. Nas próximas seções iremos investigar os fatores que contribuem para a evasão escolar no *Campus* Belo Jardim, especificamente no curso Técnico de Agropecuária. Dessa forma, esperamos contribuir para a melhoria de uma política de enfrentamento à evasão escolar.

4 FALHAS NA GERMINAÇÃO DA SEMENTE: A PERCEPÇÃO DE DOCENTES E GESTORES

4.1 EVASÃO ESCOLAR: PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS NESTA PROBLEMÁTICA

Conforme estudo realizado por Queiroz (2002), os docentes identificaram que as causas da evasão escolar estavam relacionados a aspectos familiares, do estudante e da escola. Sobre a família, foi verificada sua não participação na vida escolar do aluno. Segundo os docentes entrevistados, a família seria uma instituição com problemas afetivos e financeiros. Entretanto, caso se aproximasse mais da escola e se interessasse mais pela educação da criança/adolescente, talvez fosse possível prevenir a evasão escolar (QUEIROZ, 2002). No que se refere à escola, esta apresentaria certo grau de responsabilidade na ocorrência da evasão através da figura do Professor – didática utilizada na forma como ministra as aulas e na maneira de transmitir os conteúdos – e pela ausência de uma política escolar que promova uma maior integração com a família (QUEIROZ, 2002).

Sobre a participação do estudante na evasão, segundo os docentes, esta ocorre: “[...] por falta de interesse do aluno, da sua não participação nas atividades, da falta de perspectiva de vida, e da defasagem de aprendizagem trazida das séries anteriores” (QUEIROZ, 2002, p. 08).

Em pesquisa realizada por Pezzi & Marin (2014), o estudante, sua família e a própria instituição (nesse aspecto considerando também a atuação dos docentes), foram identificados como contribuintes para a ocorrência da evasão. Sobre o aluno, as docentes destacaram a ausência de disciplina, maturidade e as dificuldades na aprendizagem, principalmente nos primeiros anos de ensino. Foi ressaltado ainda um sentimento de desvalorização proveniente dos próprios discentes (PEZZI & MARIN, 2014).

Relativo à família, as entrevistadas destacaram aspectos como a desestrutura familiar e a ausência de referência. Em certo momento, o aluno reside com um familiar e em outro já está sob a guarda de outro familiar. Da mesma forma, ressaltaram a maternidade precoce e o baixo nível de escolaridade dos pais (PEZZI & MARIN, 2014).

Quanto aos professores, salientaram a dificuldade de aprendizagem dos alunos com determinados docentes, odiar a matéria por implicar com o professor regente e a importância da flexibilidade do professor. Além da necessidade de descobrir a forma como cada aluno

aprende. Por último, foi destacado ainda a importância da afetividade para superar o fracasso escolar (PEZZI & MARIN, 2014).

No que se refere as questões institucionais, as professoras informaram que a organização curricular da escola não possibilitava ao professor uma maior aproximação com o discente. Foi ressaltado ainda uma sobrecarga de trabalho imposta aos professores, bem como a ausência de momentos de integração entre eles para planejarem ações conjuntas. Sobre os aspectos culturais, à questão da gravidez na adolescência e a importância do trabalho para o seu próprio sustento foram aspectos levantados (PEZZI & MARIN, 2014).

Diogo *et. al.* (2016) apresentam a percepção de coordenadores de curso superior sobre a evasão. Foram elencados como determinantes principais o equívoco dos estudantes sobre a formação; a ausência de clareza sobre as características dos diferentes campos de atuação, confundindo cursos com grades curriculares semelhantes; e a incompatibilidade vocacional. Nesse último quesito, às perspectivas iniciais dos discentes não estariam sendo atendidas pelo curso. Outra causa seria as características do mercado de trabalho do curso escolhido que levariam os estudantes a abandonar aqueles com menor *status* profissional e buscar outros com maior remuneração e visibilidade social (DIOGO *ET. AL.*, 2016).

Os fatores apresentados acima demonstram uma falta de esclarecimento acerca do curso selecionado e sobre sua inserção no mercado de trabalho. Além disso: “Em geral, os alunos não ingressam no Ensino Superior conscientes das suas diferenças em relação ao Ensino Médio e se deparam com diversas disciplinas com alto grau de complexidade no início acadêmico, gerando ansiedade e forte sensação de inaptidão” (DIOGO *ET. AL.*, 2016, p. 136).

O despreparo do ingressante e à defasagem na sua formação anterior também foram razões apontadas para as retenções e evasões. Da mesma forma, foi observada a frustração dos alunos devido à ausência de articulação teórico/prática das disciplinas nas fases iniciais do curso. Por outro lado, razões de natureza pedagógica, como dificuldades na relação docente/estudante, também foram especificados como contribuintes para a evasão e reprovação (DIOGO *ET. AL.*, 2016).

Os entrevistados também destacam a relevância da situação socioeconômica dos discentes na evasão e reprovação, especialmente entre os alunos oriundos dos cursos de licenciatura: “[...] o perfil majoritário dos acadêmicos nesses cursos seria de baixo poder aquisitivo, levando-os a buscar trabalhos ou estágios remunerados em períodos alternados às aulas, limitando o tempo dedicado aos estudos” (DIOGO *ET. AL.*, 2016, p. 138).

Batista *et. al.* (2009), a partir da percepção docente, identificaram o trabalho como a principal causa do abandono. Em segundo lugar, foi apontada a família. De acordo com os

participantes, a família teria um papel essencial para a permanência do aluno na escola. Sendo assim, quando não se tem o apoio adequado, o estudante não se sente motivado para os estudos.

Ademais, foi destacado diversos problemas familiares como divórcio, brigas, entre outros, como fatores que influenciam a decisão de deixar a escola. Os professores apontaram também a ausência de interesse dos alunos pelos estudos e, por parte da escola, esta não despertaria nenhum interesse no aluno (BATISTA *ET. AL.*, 2009). O Quadro 3 apresenta um sumário dos fatores causadores do abando escolar de acordo com a literatura.

Quadro 3 – Fatores causadores de evasão para docentes e gestores

Autor (ano)	Estudante	Família	Escola	Aspectos Sociais
Queiroz (2002)	Falta de interesse; Falta de perspectiva de vida; Defasagem de aprendizagem	Não participação na vida acadêmica; Problemas afetivos e financeiros	Didática do docente; Ausência de uma política escolar que promova integração com a família	–
Pezzi & Marin (2014)	Ausência de disciplina, maturidade e as dificuldades na aprendizagem; sentimento de desvalorização dos próprios discentes	Deseestrutura familiar e a ausência de referência; maternidade precoce e o baixo nível de escolaridade dos pais	Dificuldade de aprendizagem dos alunos com certos docentes, odiar a matéria por implicar com o professor regente e a importância da flexibilidade do professor; Sobrecarga de trabalho imposta aos professores, bem como a ausência de momentos de integração entre eles para planejarem ações conjuntas.	
Diogo <i>et. al.</i> (2016)	Equívoco dos estudantes sobre a formação; a ausência de clareza sobre as características dos diferentes campos de atuação, confundindo cursos com grades curriculares semelhantes; e a incompatibilidade vocacional		Frustração dos alunos devido à ausência de articulação teórico/prática das disciplinas nas fases iniciais do curso e dificuldades na relação docente/estudante	As características do mercado de trabalho do curso escolhido que levariam os estudantes a abandonar aqueles com menor <i>status</i> profissional e buscar outros com maior remuneração e visibilidade social

Batista <i>et. al.</i> (2009)	Falta de interesse do aluno.	Falta de apoio da família e problemas familiares.	Escola não atrativa	Trabalho
----------------------------------	------------------------------	---	---------------------	----------

Fonte: elaborado pela autora com base na revisão de literatura

4.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPE

A Política de Assistência Estudantil do IFPE foi aprovada pelo Conselho Superior⁶ (CONSUP) através da Resolução Nº 21/2012, de 26 de março de 2012. Apresenta como objetivo: “ampliar as condições de permanência dos estudantes do IFPE, contribuindo para a igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas, científicas, esportivas e culturais” (IFPE, 2012, p. 11).

A Política tem como público alvo discentes regularmente matriculados nos cursos e modalidades presenciais de ensino que sejam, prioritariamente, oriundos de escolas públicas, com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, e/ou em situação de vulnerabilidade social. Do mesmo modo, abarca estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (IFPE, 2012).

Os programas que compõem a Política dividem-se em três grupos: Programas Técnico-científicos (PIBIC, PIBEX, Monitoria, etc.), Programas Específicos e Programas Universais (Acompanhamento Biopsicossocial, Incentivo à Cultura e Arte, Incentivo ao Esporte e Lazer).

Os primeiros visam contribuir para a formação acadêmica, intelectual e profissional dos estudantes. Os programas Específicos são destinados prioritariamente ao atendimento dos estudantes em situação de vulnerabilidade social e exigem comprovação de renda e realização de análise socioeconômica para acesso ao Programa. Os últimos são direcionados a todos os estudantes regularmente matriculados (IFPE, 2012).

Os Programas específicos visam o provimento de condições mínimas sociais aos discentes em situação de vulnerabilidade social e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Sua finalidade é contribuir com a equidade da experiência da educação, respeitando a inclusão de grupos específicos (IFPE, 2012).

⁶ Órgão máximo do IFPE de caráter consultivo e deliberativo. Presidido pelo reitor em exercício, cabe ao CONSUP aprovar as diretrizes de atuação do IFPE e deliberar sobre sua política educacional, programas e projetos institucionais, além de questões de âmbito administrativo. Ver: <<http://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

São Programas Específicos o Bolsa Permanência, o Moradia Estudantil e Refeitório Estudantil, o Auxílio Financeiro, o Benefício Eventual, o Programa de Apoio à Participação em Eventos, o Programa de Apoio à Visitas Técnicas e o Programa de Assistência ao Estudante PROEJA⁷ (IFPE, 2012).

A seguir iremos abordar com um pouco mais de profundidade os Programas Bolsa Permanência e Moradia Estudantil por serem os mais citados nas entrevistas realizadas.

4.2.1 Programa Bolsa Permanência

O Programa Bolsa Permanência consiste na concessão de auxílio financeiro com a finalidade de contribuir para a manutenção acadêmica dos estudantes. De acordo com a Regulamentação do Bolsa Permanência no âmbito do IFPE (2013, Capítulo 1, art. 1):

Art. 1º O Programa de Bolsa Permanência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) é um programa de assistência aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, regularmente matriculados nos cursos presenciais oferecidos pelo IFPE, que visa a contribuir para a permanência através de apoio financeiro, com vistas ao atendimento prioritário ao transporte, à alimentação, à moradia e à creche.

Para ter acesso ao programa, o estudante deve se submeter a processo seletivo orientado por meio de edital. Comumente são publicados dois editais por ano para cada *Campi*. Um no início do primeiro semestre letivo e outro no início do segundo. Para participar da seleção, é necessário que o estudante esteja matriculado em no mínimo três componentes curriculares e possua, prioritariamente, renda *per capita* não superior a um salário mínimo e meio.

Constitui objetivo do Programa:

Ampliar as condições de permanência dos (as) estudantes do IFPE, contribuindo para a igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas, minimizando os efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais a fim de assegurar sua frequência e permanência com êxito no curso por meio de auxílio financeiro ao (a) estudante (IFPE, 2018).

O desenvolvimento desse programa no âmbito do IFPE, decorre da crença que a responsabilidade do Estado com a efetiva democratização da educação perpassa a construção de condições concretas e objetivas de permanência ao estudante em condição de vulnerabilidade social nas instituições públicas de ensino. Isso se dá por meio da formulação de programas que

⁷ Ao consultar a Política, é possível verificar os Programas Manutenção Acadêmica e Aluno Colaborador. O primeiro foi substituído pelo Bolsa Permanência e o segundo não é mais executado no âmbito do IFPE.

tenham em sua essência, elementos que busquem minimizar os efeitos das desigualdades existentes, provocadas pelas condições da estrutura social e econômica dos cidadãos (IFPE, 2013).

Dessa forma, compreende-se que a constante busca da redução das desigualdades sociais não ocorre apenas através de mecanismos de acesso à educação. Também é necessária a criação de toda uma infraestrutura que garanta a permanência dos discentes que ingressam no IFPE, reduzindo, assim, as consequências das desigualdades oriundas de segmentos sociais que apresentam dificuldades para prosseguir seus estudos com êxito (IFPE, 2013).

Vasconcelos (2010, p. 613–614) ao estudar a assistência estudantil no ensino superior público já destacava que:

Nessa perspectiva, evidencia-se a necessidade da democratização do ensino superior. Democratização essa voltada não apenas a ações de acesso à universidade pública gratuita, mas também aos mecanismos para a permanência, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

E Imperatori (2017, p. 298) complementa:

Por isso, é importante considerar o pressuposto da assistência estudantil de que fatores socioeconômicos interferem na trajetória dos estudantes nos seus cursos de graduação, gerando inclusive abandono escolar. Isso é um avanço ao se compreender que o desempenho acadêmico não é resultado do binômio capacidade–oportunidade, mas que inclui outros elementos, tais como a situação socioeconômica expressa por moradia, alimentação, transporte, entre outros.

O Programa possui ainda a vertente de contribuir para a redução das retenções e dos índices de evasão, considerando que: “Trazer para si os custos da escolarização cria dificuldades de manutenção desses estudantes em vulnerabilidade social no interior da Instituição, levando, em alguns casos, à desistência, ao retardo ou à evasão do curso” (IFPE, 2013, p. 02).

Em 2018, os valores das bolsas variaram entre R\$ 100,00, R\$ 150,00 e R\$ 230,00 reais. Estes valores são definidos a partir da realização de análise socioeconômica. São critérios de análise, dentre outros: o estudante ser cotista de escola pública com renda *per capita* familiar de até 1,5 salário mínimo; condições de trabalho do estudante e de seus familiares; gênero/raça; pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas; orientação sexual; beneficiário de outros programas sociais; despesas de manutenção no curso na Instituição (IFPE, 2018).

Os discentes poderão ser desligados do programa nas seguintes situações:

- a. Cancelamento ou trancamento de matrícula.

- b. Desistência do curso.
- c. Reprovação acima de 50% dos componentes curriculares em que o(a) estudante esteve matriculado(a).
- d. Frequência abaixo de 75% nas aulas do curso.
- e. Estar matriculado (a) em um número abaixo de três componentes curriculares.
- f. Caso seja identificada inexatidão das declarações, irregularidades nos documentos ou outras de qualquer natureza (IFPE, 2018, p. 04).

Para permanência no Programa é exigida uma frequência mínima do aluno e um bom desempenho acadêmico por parte do estudante. O que implica na necessidade do acompanhamento da frequência e do rendimento acadêmico dos discentes participantes. São critérios de permanência no Programa, dentre outros: “Avaliação do desempenho do(a) estudante no curso, conforme os registros acadêmicos; Frequência mínima de 75% nas aulas do curso; Avaliação das informações da ficha disciplinar e Aprovação de, no mínimo, 50% dos componentes curriculares em que o (a) estudante esteve matriculado(a) no semestre anterior (IFPE, 2018).

4.2.2 Programa Moradia e Refeitório Estudantil

O Programa Moradia Estudantil é destinado aos alunos com dificuldades em manter residência com recursos próprios, principalmente aqueles que residem fora da cidade em que o *Campus* se localiza ou em locais de difícil acesso. O período de ocupação da moradia é o prazo máximo de integralização do curso escolhido pelo estudante. Ainda faz parte do Programa a oferta de refeições diárias aos estudantes atendidos (IFPE, 2012).

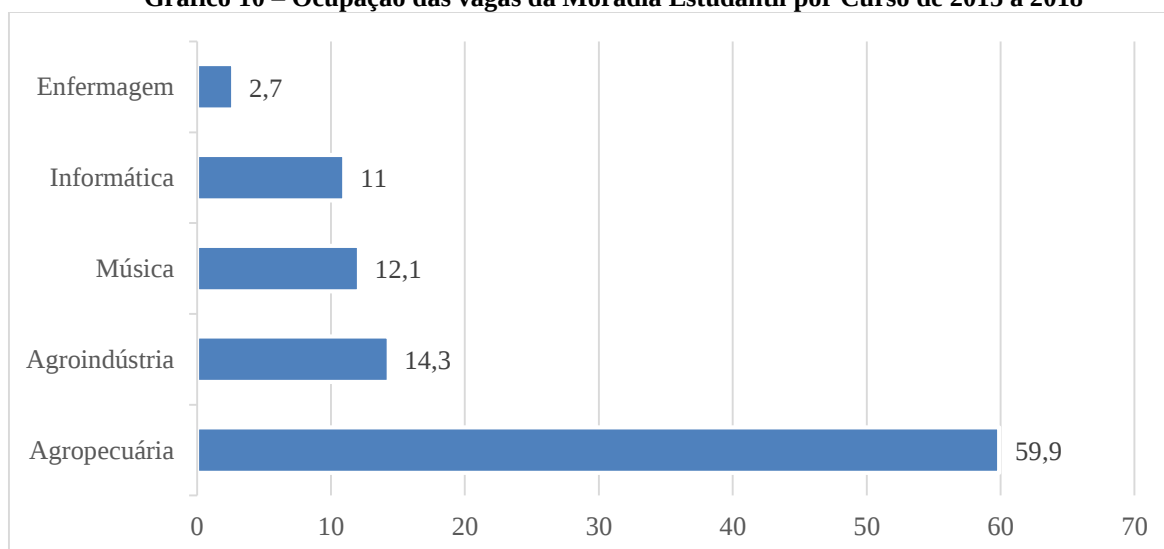
No âmbito do IFPE, apenas os *Campi* Agrícolas: Barreiros, Belo Jardim e Vitória de Santo Antão ofertam esse Programa. No *Campus* Belo Jardim as vagas são ofertadas para os estudantes regularmente matriculados nos cursos nas modalidades Médio Integrado, Subsequente e Superior, prioritariamente oriundos do ensino público, ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, e/ou em situação de vulnerabilidade social (IFPE, 2018).

Garrido (2013) ao analisar a produção científica nacional sobre as moradias estudantis universitárias identificou que elas apresentam diferentes focos, podendo ser divididas em três grandes categorias: o estudante morador, a moradia estudantil e a assistência estudantil. Em pesquisa mais recente, Wiese *et. al.* (2017, p. 05), destacam outros aspectos que permeiam o significado deste importante aparelho:

No cenário nacional atual, estruturado pela ampliação ao acesso à universidade e a necessidade de novas políticas de permanência estudantil, as discussões acerca do tema começam a ser retomadas, buscando soluções que garantam condições para que os estudantes desempenhem suas atividades acadêmicas com qualidade e diminuindo os números de evasão nos cursos de graduação. Para isso, é preciso também conceber a moradia estudantil com o potencial de construir identidades, estabelecer novas redes de sociabilidade e pode ser entendida como um espaço de fortalecimento da autonomia estudantil. Ao contrário de como vem sendo desenvolvida em várias universidades brasileiras, que se limitam a discutir a temática somente sob a abordagem assistencialista, buscando apenas atender uma pequena parte do número de vagas necessárias, fornecendo abrigo a estudantes menos favorecidos financeiramente e deixando excluídos outros aspectos relacionados ao tema, assim como, individualidade, coletividade, formação de identidade, etc.

Através do levantamento de dados acerca dos estudantes selecionados para ocupação da Moradia Estudantil no *Campus* Belo Jardim entre os anos de 2015 e 2018, verificamos que a maior parte dos discentes eram oriundos do curso de agropecuária (59,9%). Esses dados corroboram os relatos de alguns dos entrevistados sobre a importância deste instrumento para a permanência dos estudantes do referido curso. Entretanto, este assunto será tratado com maior atenção num tópico adiante.

Gráfico 10 – Ocupação das vagas da Moradia Estudantil por Curso de 2015 a 2018



Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa

4.3 A PERCEPÇÃO DOS GESTORES E DOCENTES DO CAMPUS BELO JARDIM: METODOLOGIA, DADOS E RESULTADOS

4.3.1 Metodologia

O presente estudo adotou uma abordagem qualitativa. Esta perspectiva permitiu a identificação da percepção dos professores e gestores acerca da ocorrência da evasão no curso

Técnico de Agropecuária. Para coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com sujeitos pertencentes a dois segmentos da comunidade acadêmica do *Campus* Belo Jardim: membros da equipe de gestores e membros do corpo docente. Os instrumentos utilizados para coleta de dados estão disponíveis ao final da dissertação: Apêndice A e Apêndice B.

A forma de seleção dos elementos da população foi não probabilística através de amostragem intencional. O tamanho da amostra foi composto por quatro membros do corpo docente e quatro membros da equipe gestora. As entrevistas foram realizadas no *Campus* Belo Jardim entre fevereiro/2018 e abril/2018.

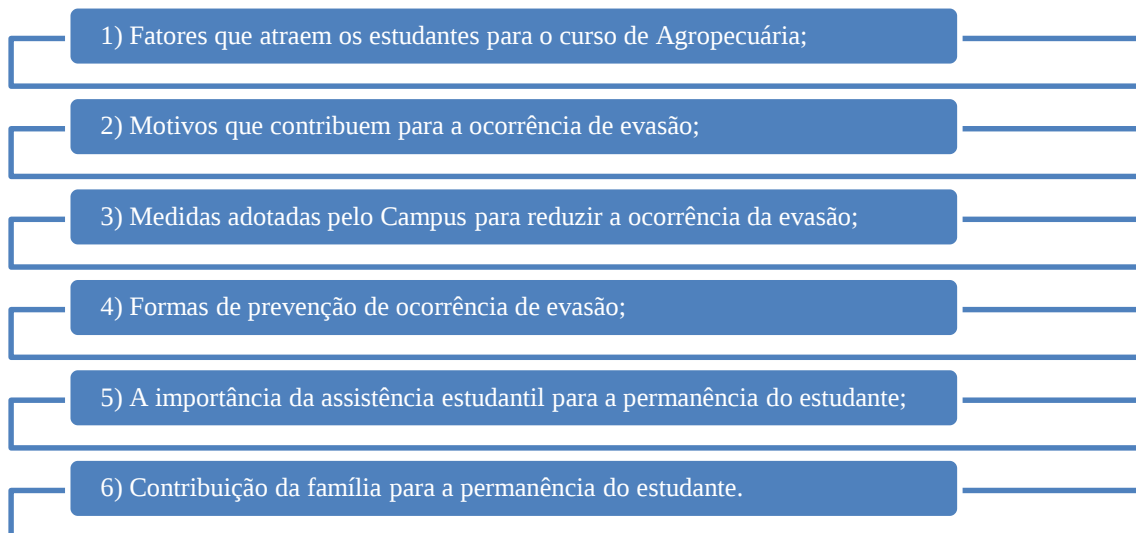
No grupo dos docentes foram entrevistados dois professores da área de conhecimentos gerais e dois professores da parte técnica do curso, sendo três indivíduos do sexo masculino e um do sexo feminino. Para garantir seu anonimato, ao longo do texto serão tratados a partir de P1, P2, P3 e P4. No grupo dos gestores foram entrevistados o Diretor Geral do *Campus*, o diretor do Departamento de Desenvolvimento Educacional (DDE), o Coordenador Geral de Assistência ao Educando e o Coordenador do Curso Técnico de Agropecuária. Todos do sexo masculino.

Para preservar o anonimato dos gestores participantes da pesquisa, eles serão denominados por: G1, G2, G3 e G4. A escolha dos integrantes do grupo de gestores ocorreu devido à natureza dos cargos ocupados na Instituição e do nível de informação e envolvimento que possuem sobre o curso supracitado e questões relativas a problemática evasão escolar⁸. As aproximações para solicitação da contribuição dos docentes e gestores foram realizadas por meio de abordagens informais nas dependências do *Campus*. A análise dos dados aconteceu de forma simultânea à coleta, a fim de possibilitar que a identificação de eventuais limitações do instrumento de coleta.

Para análise dos dados resultantes das entrevistas semiestruturadas foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo. Com base na análise das entrevistas semiestruturadas concedidas pelos professores do curso Técnico de Agropecuária e gestores, as unidades de análise foram agrupadas em seis categorias, são elas:

⁸ Cabe ainda explicitar que os entrevistados apenas tiveram contato com o instrumento de coleta de dados no momento da realização da pesquisa, com exceção do Coordenador Geral de Assistência. O mesmo solicitou que o roteiro da entrevista fosse entregue com antecedência para que fosse possível sua preparação para a entrevista.

Figura 1 – Categorias de Análise das Entrevistas Semiestruturadas com Docentes e Gestores



Fonte: elaborado pela autora

Uma vez que esta pesquisa se propõe a identificar a percepção de docentes e gestores acerca da evasão escolar, é importante melhor compreender o conceito de percepção. Da mesma forma, como a Análise de Conteúdo foi escolhido como método de análise dos dados coletados, também separamos uma seção para uma maior aproximação com este método.

4.3.2 Percepção: pequenas aproximações sobre o conceito

A percepção é objeto de estudo de várias áreas do conhecimento: filosofia, psicologia, neurociência, Teoria da Arte, etc. Conforme Dicionário Básico de Filosofia (2006, p. 215), a percepção seria o “Ato de perceber, ação de formar mentalmente representações sobre objetos externos a partir dos dados sensoriais. A sensação seria assim a matéria da percepção”.

Bacha *et. al.* (2006, p.06) complementam ainda: “a percepção é um fenômeno complexo que resulta de um conjunto de processamentos psicológicos humanos que envolvem tanto as sensações como pelo repertório do indivíduo presente na memória ou ainda associações e comparações”. A sensação nos permitiria acessar as qualidades dos objetos e os efeitos internos dessas qualidades sobre nós. Já a percepção seria uma síntese de percepções paralelas (CHAUÍ, 2008). “Por isso se diz que, na realidade, não temos uma sensação isolada de outras, mas só temos sensações na forma de percepções, isto é, como reunião de muitas sensações ou como sínteses de várias sensações” (CHAUÍ, 2008, p. 133).

Ainda de acordo com a autora, até o século XX, duas correntes filosóficas se destacavam no estudo da sensação e da percepção: a empirista e a intelectualista (racionalista). Estas distinguem a sensação da percepção por meio do seu grau de complexidade. Para os empiristas a sensação e a percepção eram oriundas de estímulos externos. Para os racionalistas, a sensação e a percepção dependiam de fatores internos: a transformação da sensação em percepção seria fruto de um ato realizado pelo entendimento do sujeito do conhecimento (CHAUÍ, 2008). Resumindo, para os empiristas o sujeito assumiria uma postura passiva e para os racionalistas o sujeito seria o ator principal.

De acordo com Japiassú & Moraes (2006), para os empiristas, a percepção representaria a origem de todo o conhecimento. Para os racionalistas, a percepção, por resultar de elementos sensíveis, não seria confiável. Dando continuidade, no século XX, essas duas tradições foram superadas pela fenomenologia de Husserl e pela Psicologia da forma ou Teoria da Gestalt. Dentre as mudanças ocasionadas, essas duas novas perspectivas mostraram que não há diferença entre sensação e percepção (CHAUÍ, 2008). A fenomenologia teve como seu principal expoente Edmund Husserl, segundo o qual “[...] os objetos se definem precisamente como correlatos dos estados mentais, não havendo distinção possível entre aquilo que é percebido e nossa percepção. A experiência inclui, entretanto, não só a percepção sensorial, mas todo objeto do pensamento (JAPIASSÚ & MORAES, 2006, p. 97).

A teoria da Gestalt se origina na psicologia e se estende para outros campos do conhecimento. Tem como seus principais representantes Kurt Koffka e Wolfgang Köhler. Segundo ela, não temos sensações parciais, mas percebemos conjuntos de elementos. Por exemplo, quando vemos algo, vemos concomitantemente certa forma (no sentido de contorno ou forma geométrica), certa cor, certa distância etc. Esse conjunto percebido se denomina forma, correspondendo a configuração, estrutura e organização (JAPIASSÚ & MORAES, 2006).

No campo da Psicologia, outra teoria que se destaca no estudo da percepção é a Teoria de Jean Piaget. Para o pensador, a percepção não se constitui numa atividade única, mas compõe processos diversos como a exploração, reorganização, esquematização, transporte e antecipação. Ademais, apesar de todas essas atividades se encontrarem provavelmente presentes desde o nascimento, elas não se desenvolvem num mesmo ritmo. Em suma, a descentralização é um acontecimento que não ocorre uma única vez, acontece de acordo com as características particulares da interação sujeito/objeto (ALVES, 2008). Por fim, Chauí (2008) caracteriza percepção como:

- Conhecimento sensorial de configurações ou de totalidades organizadas e dotadas de sentido e não uma soma de sensações elementares; sensação e percepção são a mesma coisa;
- Conhecimento de um sujeito corporal, isto é, uma vivência corporal, de modo que a situação de nosso corpo e as condições de nosso corpo são tão importantes quanto a situação e as condições dos objetos percebidos;
- É sempre uma experiência dotada de significação, isto é, o percebido é dotado de sentido e tem sentido em nossa história de vida, fazendo parte de nosso mundo e de nossas vivências;
- Uma relação do sujeito com o mundo exterior e não uma reação físico–fisiológica de um sujeito físico–fisiológico a um conjunto de estímulos externos (tradição empirista), nem uma ideia formulada pelo sujeito (tradição intelectualista). A relação dá sentido ao percebido e ao percebedor, e um não existe sem o outro;
- O mundo percebido é qualitativo, significativo, estruturado e estamos nele como sujeitos ativos, isto é, damos às coisas percebidas novos sentidos e novos valores, pois as coisas fazem parte de nossas vidas e interagimos com o mundo;
- O mundo percebido é um mundo intercorporal, isto é, as relações se estabelecem entre nosso corpo, os corpos dos outros sujeitos e os corpos das coisas, de modo que a percepção é uma forma de comunicação que estabelecemos com os outros e com as coisas;
- Envolve nossa vida social, isto é, os significados e os valores das coisas percebidas decorrem de nossa sociedade e do modo como nela as coisas e as pessoas recebem sentido, valor ou função. Assim, objetos que para nossa sociedade não causam temor, podem causar numa outra sociedade;
- A percepção nos oferece um acesso ao mundo dos objetos práticos e instrumentais. Nos orienta para a ação cotidiana e para as ações técnicas mais simples; a percepção é uma forma de conhecimento e de ação fundamental para as artes, que são capazes de criar um “outro” mundo pela simples alteração que provoca em nossa percepção cotidiana e costumeira (CHAUÍ, 2008).

Nesta pesquisa, adotaremos o conceito de Bacha *et. al.* (2006, p. 06): “Percepção é o processo por meio do qual um indivíduo reconhece, seleciona, organiza e interpreta a informação que recebe do ambiente, através dos cinco sentidos (visão, audição, olfato, paladar e tato)”.

4.3.3 O Método de Análise de Conteúdo

A Análise de Conteúdo surgiu no início do século XX, mas foram as pesquisas realizadas nos Estados Unidos sobre a imprensa que tornaram a técnica conhecida. Dentre elas, destacam-se as investigações de Lasswell que buscavam sintetizar e compreender o conteúdo dos argumentos e propagandas utilizados por jornais no período da grande guerra (MINAYO, 2009; CARLOSMAGNO & ROCHA, 2016).

Para Bardin (2002), a Análise de Conteúdo se constitui num conjunto de técnicas de análise das comunicações que se utiliza de processos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Silva & Fossa (2015, p. 02) complementam:

A análise de conteúdo é uma técnica de análise das comunicações, que irá analisar o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador. Na análise do material, busca-se classificá-los em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos. O caminho percorrido pela análise de conteúdo, ao longo dos anos, perpassa diversas fontes de dados, como: notícias de jornais, discursos políticos, cartas, anúncios publicitários, relatórios oficiais, entrevistas, vídeos, filmes, fotografias, revistas, relatos autobiográficos, entre outros.

Para Carlomagno & Rocha (2016, p. 175), a Análise de Conteúdo objetiva: “[...] classificar e categorizar qualquer tipo de conteúdo, reduzindo suas características a elementos-chave, de modo com que sejam comparáveis a uma série de outros elementos.

Bardin (2002) divide o método de Análise de Conteúdo em três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A pré-análise reflete a organização propriamente dita. Diz respeito a um período de intuições, mas tem por vistas tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de forma a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. Comumente, esta primeira fase apresenta três missões: escolha dos documentos a serem analisados; formulação das hipóteses e dos objetivos e elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final (BARDIN, 2002).

Sobre esta fase Silva & Fossa (2015, p. 03) ressaltam que:

A primeira fase, pré-análise, é desenvolvida para sistematizar as ideias iniciais colocadas pelo quadro referencial teórico e estabelecer indicadores para a interpretação das informações coletadas. A fase compreende a leitura geral do material eleito para a análise. [...] De forma geral, efetua-se a organização do material a ser investigado, tal sistematização serve para que o analista possa conduzir as operações sucessivas de análise.

A segunda fase é também denominada por Campos (2004) como a fase de seleção das unidades de análise ou unidades de significados: “o evidenciamento das unidades de análise temáticas, que são recortes do texto, consegue-se segundo um processo dinâmico e indutivo de atenção ora concreta a mensagem explícita, ora as significações não aparentes do contexto” (CAMPOS, 2004, p. 613).

Conforme Silva & Fossa (2015, p. 04): a exploração do material consiste na construção das operações de codificação, considerando-se os recortes dos textos em unidades de registros, a definição de regras de contagem e a classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas”.

Para Bardin (2002), a codificação corresponde a uma forma de tratar o material. Representa uma transformação, realizada de acordo com regras precisas, dos dados brutos do texto. Esta transformação, feita por recorte, agregação e enumeração leva a uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, capaz de esclarecer o analista sobre as características do texto. Para o autor, a organização da codificação envolve ainda três escolhas: o recorte (seleção das unidades); a enumeração (seleção das regras de contagem); e, a classificação e a agregação (seleção das categorias) (BARDIN, 2002).

A terceira e última fase é denominada por Campos (2004) como o processo de categorização e sub-categorização.

Segundo Silva & Fossa (2015, p. 04):

A terceira fase [...] consiste em captar os conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material coletado (entrevistas, documentos e observação). A análise comparativa é realizada através da justaposição das diversas categorias existentes em cada análise, ressaltando os aspectos considerados semelhantes e os que foram concebidos como diferentes.

Campos (2004, p. 614) define categoria como

[...] grandes enunciados que abarcam um número variável de temas, segundo seu grau de intimidade ou proximidade, e que possam através de sua análise, exprimirem significados e elaborações importantes que atendam aos objetivos de estudo e criem novos conhecimentos, proporcionando uma visão diferenciada sobre os temas propostos.

As categorias utilizadas podem ser ainda apriorísticas ou não apriorísticas. As primeiras são categorias pré-definidas pelo pesquisador. Comumente são de grande abrangência e podem comportar sub-categorias emergentes do texto. Como ponto negativo, essas categorias pré-definidas podem limitar a adição de novos conteúdos igualmente importantes que não se “encaixem” nessas categorias prévias (CAMPOS, 2004). Já as categorias não apriorísticas são oriundas totalmente do contexto das respostas dos participantes da pesquisa. Inicialmente

exigem do pesquisador intensa consulta e retomada do material analisado e teorias embasadoras, além de não ficar desatento ao atendimento dos objetivos da pesquisa (CAMPOS, 2004).

Carlosmagno & Rocha (2016) apresentam ainda regras fundamentais a serem observadas na definição das categorias: regras claras para inclusão/exclusão nas categorias; as categorias precisam ser mutuamente excludentes (exclusividade); as categorias não podem ser muito abrangentes (Homogeneidade); as categorias devem contemplar todos conteúdos possíveis (exaustividade); e, por último: Objetividade (confiabilidade).

4.3.4 Análise dos dados

4.3.4.1 A percepção dos docentes

a) Categoria 1 – Fatores que atraem os estudantes para o curso de Agropecuária.

A partir da percepção dos professores entrevistados, foi identificado que o principal fator de atração para o curso de agropecuária é o próprio histórico da instituição. Considerando que o *Campus* completou quarenta e oito anos de existência no ano de 2018, o instituto já se encontra consolidado na região como uma instituição que oferece educação de qualidade. Foram citados ainda os auxílios, através dos quais os discentes têm a possibilidade de atendimento e a própria divulgação realizada pela escola em período de processo seletivo. Ademais, a influência de familiares que já estudaram na instituição. Conforme respostas abaixo:

“Há alguns anos eu achava que o que atraía era a possibilidade de emprego. Hoje com o acesso mais fácil a Universidade, então eu não sinto mais como a possibilidade de emprego, mas sim como a possibilidade de estar numa escola melhor e que também tem bolsa para o aluno. Para manutenção. Isso tem ajudado muito. Infelizmente tem interferido na vocação” (P2).

“Eu acho que o que atrai é o histórico. A maioria já teve alguém que estudou aqui: irmão, pai. Os que eu converso são mais nesse sentido aí. E também a escola faz a divulgação durante o teste de seleção. Faz divulgação pelo interior. Aí alguém já fez da família: um conhecido, um primo. Aí vem, eu acho, por causa disso também” (P3).

“Eu creio que o que favorece muito a escola até hoje é toda aquela fama que ela tinha de ser uma escola federal, de ter recursos. O curso de agropecuária, especificamente é o pioneiro da escola e bastante famoso, né. Eu creio que seja isso: por ser federal e por ser considerada uma escola possuidora de recursos” (P4).

O P4 ainda complementa que o fato de ter o *status* de uma escola federal também motiva os estudantes a buscarem o *Campus*: “É uma cultura nacional de achar que o federal é uma boa escola.” E, em outro momento da entrevista, são destacados outros elementos que também se constituem em atrativos para os estudantes:

“Porque muitas vezes os meninos não saem por ser uma escola federal, por ter alimentação, por ter bolsa, né. Por poder morar aqui na escola, alguns. Por sair de casa também, porque não deixa de ser uma experiência de tá fora de casa. Tem toda essa riqueza cultural que eles conseguem na escola, os que querem mesmo” (P4).

Percebemos que mais uma vez os auxílios voltados para manutenção acadêmica dos estudantes são citados. Assim como P2, P4 ressalta esta particularidade do *Campus* que faz parte de uma política institucional do IFPE.

b) Categoria 2 – Motivos que contribuem para a ocorrência de evasão.

O principal fator motivador de evasão elencado pelos entrevistados foi a ausência de uma base educacional forte que proporcionasse condições para que os estudantes pudessem cursar com maior destreza essa nova fase do ensino. Conforme fala do P1: “Muitos deles não tem base. Vem com uma base muito fragilizada e enfrentam muitas dificuldades, principalmente na questão de exatas. Eu vejo muito isso”. O mesmo aspecto é ressaltado na fala do P3 e P4:

“O que eu noto é que os alunos quando chegam aqui, ele não tem uma certa base. Principalmente nas matérias exatas: matemática, química, física. Que envolvem cálculo. Até mesmo de texto. Eu vejo as professoras de português também reclamando que eles não sabem interpretar um texto. Então, eu acho que a grande dificuldade é a base, porque eles chegam aqui quase sem base nenhuma” (P3).

“A gente vê que os alunos vêm com dificuldade de escrita. É muita dificuldade, não é pouca. Então pra gente fazer qualquer prova, qualquer trabalho, qualquer seminário, dificuldade na fala. Mesmo estando lá projetado, eles não conseguem ler a palavra. [...]Então, a gente vê que a base realmente é muito é muito carente” (P4).

“A evasão aqui pode tá acontecendo pelo seguinte: o aluno vem de uma escola que não tem pressão. Estuda pouco, os professores têm dificuldade de dar aula. A estrutura é fraca. Não tem como puxar muito ou outros problemas diversos que a gente sabe que tem na educação pública nacional. Ai quando chega aqui, vê que é muito pesado, que os professores puxam. Aí ficam com medo de reprovar e: “Não, vou voltar praquela minha vida que tava melhor. Lá eu estudava pouco e vou voltar pra lá”. E acaba ocorrendo a evasão. É uma das linhas que também eu penso” (P4).

Um perfil semelhante também foi identificado por Machado (2009) quando estudou a evasão escolar nos cursos de agropecuária e informática/ nível técnico da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes (MG).

Os alunos do curso de agropecuária foram identificados como pertencentes à classe social menos favorecida, cuja formação fraca se justifica em sua origem, na maioria de zona rural ou de cidades do interior. Fato este frequentemente citado como dificultador da permanência do aluno na escola (MACHADO, 2009, p. 75).

Schwartzman (2010, p. 02) complementa:

Como muitos jovens chegam ao ensino médio com deficiências de formação vindas da educação básica, um grande número de pessoas não consegue completá-lo, e, dos que completam, uma grande maioria não atinge os conhecimentos mínimos considerados indispensáveis para este nível de formação.

Essa defasagem na aprendizagem também foi identificada por Queiroz (2002) como um dos contribuintes para ocorrência de evasão, bem como, a falta de interesse dos estudantes. Como fatores secundários os professores indicaram desestímulo por parte dos estudantes e falta de identificação com o curso.

“Uma é a questão que nós já falamos, né? A questão dos conhecimentos básicos. Isso pra mim é o principal. E outro é o desestímulo, né. Eles chegam aqui no primeiro ano, no primeiro semestre, você já percebe uma diferença tremenda do primeiro para o segundo. Eles chegam muito motivados aí no segundo ano eles já vão, no segundo semestre, desculpe! Começa já aquela moleza. Um certo desinteresse. É uma coisa que tem que ser analisada com mais profundidade: o porquê” (P1).

“No caso do subsequente, o que eu tenho observado é que alguns não se identificam com o curso. No integrado, quem não se identifica com o curso, mas continua porque tem o médio e pretende galgar postos superiores na educação e tudo mais. Então, pretende ir pra universidade. Então consequentemente continua devido ao médio, mesmo sofrendo porque tá fazendo um curso não se identificou, alguns continuam ainda” (P2).

Afirmção bastante semelhante a esta última também foi pronunciada por P4:

“Algo a se discutir, porque acaba que vem muita gente sem vocação de fazer. Vem simplesmente pelas disciplinas da base comum. Ai fica levando as agriculturas, as zootecnias e as demais da área profissional simplesmente pra tirar aquele seis a pulso ou passar lá no final. Porque não tem interesse pela base profissional” (P4).

Outro fator não determinante, mas que também estaria relacionado a ocorrência da evasão refere-se ao quantitativo de aulas práticas:

“O que eu também tenho observado entre os alunos, principalmente entre os do subsequente é que pelo maior grau de amadurecimento, na vida e na idade também, eles buscam um curso mais prático e tem encontrado um curso muito teórico[...]

Alguns já são do campo. Então chegam aqui e não percebem melhoria que ele possa levar de imediato para a propriedade dele. Ai desiste, saindo” (P2).

Afirmção semelhante também é verificada na fala de P1: “Muitas vezes na parte técnica no primeiro ano, eles vê pouca coisa na parte prática. Basicamente é só teoria no primeiro ano”.

O entrevistado P4 complementa que:

“Hoje a matriz curricular só tem a introdução a zootecnia e a introdução a agricultura no primeiro ano. Então acaba que os meninos vem pro curso de agropecuária e só vê base comum, porque essas disciplinas são bem gerais. Não tinha como antigamente a zoo 1, que os meninos iam direto pro campo. Na zoo 1 e na Ag1, que é agricultura e zootecnia. Então eles chegavam na escola e já saboreavam o campo [...]” (P4).

Já com relação à inserção no mercado de trabalho foi verificada uma discrepância na fala dos entrevistados P2 e P4. Para o primeiro, no caso da obtenção de um emprego, se não possível conciliar, o estudante tenderia a deixar o curso. Para o segundo, não necessariamente.

Esta discordância pode ser ilustrada a partir das seguintes falas: “Já no subsequente eu vejo o seguinte você tem uma possibilidade de emprego já de imediato. Então, se você consegue um emprego, normalmente você deixa o curso (P2).

“Teve alguns alunos que teve a oportunidade de arrumar um emprego durante o curso, mas eles ficam realmente. E atrapalha um pouquinho, começam a faltar, mas acaba (pelo menos nesse tempo que eu estou aqui), os casos que eu vi, eles acabaram deixando o trabalho lá e vindo terminar o curso. Os do integrado tá. Os do subsequente não aconteceu nenhum caso de dizer assim: “Oh, arrumei um emprego e tô abandonando o curso”. Trabalhavam e faziam o curso” (P4).

Através das narrativas de P2 e P4, verificamos que a inserção no mercado de trabalho não é uma dificuldade para os estudantes do curso Técnico de Agropecuária. Os dados supracitados divergem do estudo realizado por Meira (2015) sobre o curso técnico de Ferrovias oferecido pelo Instituto Federal do Espírito Santo. Foram identificados fatores internos e externos à instituição como motivadores da evasão escolar, mas o principal motivo alegado foi a ausência de perspectivas de inserção no mercado de trabalho.

Ainda de acordo com Meira (2015), destacaram-se como fatores extraescolares motivadores da evasão: a dificuldade em conciliar trabalho e estudo e o cansaço proveniente das múltiplas jornadas. Por fim, outro motivo elencado foi a dificuldade em acompanhar o curso. A autora destaca que essa dificuldade tanto pode ser oriunda de questões subjetivas ao aluno ou decorrente dos métodos de ensino utilizados.

O fato do ensino ser integral e a grande quantidade de disciplinas cursadas pelos estudantes da modalidade integrada também foram mencionados como fatores que contribuem para a ocorrência de evasão:

“Eles vem em sua maioria de escolas do município, sítio, né. Só com as matérias básicas. Às vezes tem só um professor pra ensinar. Chamado professor polivalente, que ensina várias disciplinas. Chega aqui cada um tem seu professor diferente. Realmente dá esse impacto quando eles chegam aqui” (P3).

“[...] em relação ao integrado é a questão de ter muitas disciplinas e estudar manhã e tarde e eles não terem esse hábito de estudar tanto” (P4).

Sobre esse quesito Vargas *et al* (2015, p. 09), ressalta que:

Ainda no que diz respeito ao despreparo dos estudantes para estudarem no ensino técnico, com alta carga horária de disciplinas, pode-se dizer que ocorre uma relação diretamente proporcional com as deficiências escolares anteriores, ou seja, a baixa qualidade do ensino fundamental nas escolas públicas.

Quando questionados acerca das condições socioeconômicas dos estudantes como uma das razões que levariam a ocorrência da evasão no curso de agropecuária, os entrevistados não a consideraram como relevante. Tal percepção diverge da grande maioria das pesquisas sobre a temática evasão escolar (FILHO & ARAÚJO, 2017; DIOGO *ET. AL.*, 2016; BATISTA *ET. AL.*, 2009) que costumam atribuir sua ocorrência à ausência de condições socioeconômicas dos estudantes. Estas se manifestam, na maioria das vezes, através da necessidade de deixar os estudos a fim de trabalhar para sustento próprio ou da família e nas dificuldades de conciliar trabalho e estudo.

Entretanto, ressaltamos que foram citados os programas de assistência estudantil do *Campus* como responsáveis por amenizar a influência da condição de vulnerabilidade social dos discentes como determinante para ocorrência da evasão e por contribuir com a permanência do estudante. A assistência estudantil será melhor aprofundada na Categoria 5.

Além dos fatores já expostos, também foram relatados como motivadores de evasão a ausência de vocação para o campo (P2 e P4) e saudades de casa e da família por parte de alguns estudantes (P2). Este último ponto converge com a pesquisa realizada por Scremin (2008) numa instituição total de ensino, caracterizada pela presença da moradia estudantil que acolhe os estudantes no alojamento durante a duração do curso. A autora identificou como principal causa da evasão saudades da família, explicado pelo grande período de tempo que o estudante passa na escola e afastado de casa.

“Muitas vezes, você vir de outras cidades. Ficar longe da família. Apesar da gente pensar que aos 17, 18 anos já tem certa independência, mas ainda existe um relacionamento familiar muito forte. O cordão umbilical ainda não foi cortado. Tem isso. Aí, os pais, quando o menino também diz que não tá gostando do curso, não quer ficar aqui, tal. Muitas vezes o pai concorda porque a mãe também tá sofreda com a ausência do filho” (P2).

Foi mencionada ainda a carência de competitividade para ingresso no curso (P4):

“Não tem competição pela entrada. Eu creio que isso também prejudica a evolução dele e leva a evasão. Porque passou simplesmente porque assinou a prova e veio pra aqui e disse: ‘Não, não tem condições de eu continuar aqui’.”

Por último, os professores foram indagados sobre como a infraestrutura da instituição poderia influenciar a evasão. Neste quesito também foram verificadas algumas divergências na declaração dos entrevistados. Destacam-se alguns trechos:

“Pelo menos da minha parte, a gente tem uma estrutura boa aqui na escola. Boas salas. Só que os alunos reclamam do calor, que o ar condicionado não dá condição. Agora, com relação as matérias técnicas, eu não sei como é que tá. A parte das unidades de produção não sei como é que andam aqui na escola, mas no geral a escola oferece condições” (P3).

“[...] a parte técnica mesmo todos sabem que tá muito esfacelada, né. Os setores não estão funcionando plenamente e são poucos que estão funcionando e outros que não tem o material necessário pra funcionar” (P1).

“Com praticamente o sucateamento das unidades educativas de produção, o aluno percebe isso também. É porque toda vez que ele faz uma visita técnica, ele vê que na vida real é diferente da escola. A escola não está acompanhando a tecnologia. Entendesse?” (P2)

“Não é uma questão do *Campus* Belo Jardim. É uma questão nacional. Se você ver o ensino da agropecuária no Brasil, diminuiu muito a questão de insumos para as áreas” (P4).

Como pôde ser visto, as percepções variaram entre o conhecimento sobre o assunto, o reconhecimento das condições insuficientes em que se encontram as Unidades Educativas de Produção (UEPs⁹) e uma reflexão acerca da atual situação de sucateamento dos cursos de agropecuária no Brasil.

c) Categoria 3 – Medidas adotadas pelo *Campus* para reduzir a ocorrência da evasão.

A partir da narrativa de dois dos entrevistados foi identificada a existência do Programa de Acesso, Permanência e Êxito do IFPE (PROIFPE). O programa apresenta como objetivo geral: “contribuir para que os estudantes construam de forma autônoma, colaborativa e

⁹ As Unidades Educativas de Produção (UEPs) são entidades organizacionais onde se desenvolvem os projetos educativos e de produção. Esses projetos servem para que os alunos utilizem conhecimentos adquiridos em sala de aula e também, possibilitam a geração de novos conhecimentos que poderão ser utilizados em sala de aula (MARQUES & LOVE, 1993).

participativa o conhecimento, promovendo o acesso, a permanência e o êxito” (IFPE, 2013, p. 15).

A primeira linha de ação do programa (Acesso) busca preparar estudantes oriundos do ensino médio para ingresso no IFPE, de forma a possibilitar uma concorrência mais justa às vagas ofertadas. Da mesma forma, permite o contato dos participantes com o *Campus* e um maior conhecimento sobre os cursos oferecidos (IFPE, 2013). A segunda linha de ação (Permanência) visa contribuir para a permanência do discente, promovendo a diminuição da retenção e da evasão escolar nos cursos regulares ofertados pelo IFPE. Compõem suas linhas de atuação a identificação das dificuldades na construção do conhecimento e a eliminação de possíveis lacunas de aprendizagem do aluno (IFPE, 2013).

Por último, a linha de ação de número três (Êxito) objetiva auxiliar o estudante na sua inserção no mercado de trabalho (IFPE, 2013).

Sobre o programa, os entrevistados P1 e P3 relataram que:

“Eles vem com mais deficiência. Muitos vem oriundos de escolas rurais, uma diversidade. Uma diversidade tremenda, né. Tem alunos que vieram bem preparados e outros não. Quando chega aqui, apesar que a escola tem o programa de permanência, né. Mas esse programa de permanência não é colocado em prática. [...] Se for aquele aluno bem motivado que corra atrás ainda possa até sanar, mas muitos deles não tem essa motivação, né. Termina indo na onda, levando só na barriga” (P1).

“PROIFPE, que é acesso, permanência e êxito. Eu vejo assim que funciona só o de êxito. Tem o cursinho, mas o de permanência que é bom nada. Que é justamente pra pegar esses alunos que tem dificuldade. E, infelizmente, a escola tá acho que negligenciando nessa parte aí desse programa. Na parte de permanência” (P1).

“Sim. Aqui a gente tem o chamado PROIFPE acesso e tem o PROIFPE... e agora esqueci o segundo” (P3).

“Exatamente. Tem o acesso e o permanência. Que é um reforço que a gente dá de matemática. Pelo menos eu dou de matemática, para os alunos que chegam com essa dificuldade. A instituição já oferece esse recurso” (P3).

Durante as narrativas, também foi destacado por P2 a realização de momentos de adaptação durante o acolhimento dos novos estudantes:

“Nós já fizemos outras vezes uma semana de adaptação. Então, na semana de adaptação o aluno primeiro ele conhecia toda a estrutura da instituição. Então ele passava em todos os setores. Não importava se o setor era um setor que ele só iria trabalhar nele ou praticar nele no terceiro ano ou no segundo, não. Ele passava em todos os setores. E durante a semana de adaptação ele tinha reforço de matemática, português, porque a semana de adaptação passou a ser de 15 dias. Deixou de ser uma semana e passou a ser de duas semanas” (P2).

Neste quesito, cabe destacar que alguns estudos (VIOLIN, 2012; MUNIZ, 2015) já identificaram a não adaptação ao curso como um dos fatores motivadores de evasão. Sendo

assim, iniciativas deste tipo poderiam tornar-se em ações institucionais que compõem o conjunto de intervenções voltadas para redução da evasão.

d) Categoria 4 – Formas de prevenção de ocorrência de evasão.

Considerando os fatores apontados como motivadores da evasão apresentados pelos professores na categoria 2, os mesmos foram indagados acerca das melhores medidas a serem adotadas pela instituição para prevenir a ocorrência de evasão.

Conforme P1, além do desenvolvimento de estratégias para motivar os estudantes, sobre a deficiência na base educacional oriunda do ensino fundamental:

“Que fossem dadas aulas diferenciadas pra justamente na questão de resgatar essa deficiência que os alunos tiveram no ensino médio. Porque já teve aí caso de colocar uma aula a mais, mas os alunos não sabem nem se é aula normal ou se não é. E não teve o acompanhamento”.

De acordo com P2, o uso de mais tecnologias educacionais poderia minimizar as deficiências infraestruturais do *Campus* relativas ao desenvolvimento das aulas práticas. Outra alternativa seria a realização de testes vocacionais: “Se na seleção nossa, nós tivéssemos testes vocacionais. Eu acho que ajudava. Infelizmente, a realidade é que nós reduziríamos muito o número de alunos” (P2).

Sobre as dificuldades de aprendizagem, P2 ressalta que a instituição deve assumir um compromisso com esses estudantes:

“Bom, a partir do momento que a gente vai ao campo buscar o aluno do campo a gente tem que ter o compromisso também de romper as deficiências que eles chegam com elas. Então, por exemplo, não porque o aluno que vem oriundo do campo, da zona rural, ele é ruim de matemática, ele é ruim de química, ele é ruim de física. Mas isso aqui é uma instituição de ensino. A gente tá aqui é pra corrigir essas falhas. “Não, mas aí não é culpa nossa”. É culpa nossa. Que aqui é uma instituição de ensino. Então sempre pensei assim. A gente precisa fazer alguma coisa pra que o nosso aluno seja o melhor. E para que ele seja o melhor ele tem que aprender matemática, português, química, física, antes mesmo de aprender agricultura, zootecnia” (P2).

Já P3 destaca a necessidade de mudanças na grade curricular, visando a diminuição da carga horária dos estudantes do curso na modalidade integrada:

“Acho que deve ter uma mudança na grade curricular, diminuir a carga horária, não sei. Porque e as vezes a gente quer marcar uma aula extra e dificilmente a gente encontra horário. Eles não tem esse tempo vago. Parece que eles começam no primeiro ano não sei se é 14 disciplinas ou 15 disciplinas. Como é integral, geralmente na quarta-feira a gente tem depois das 15h essas duas aulas vagas, mas as vezes tem as nossas reuniões pedagógicas e fica um pouco inviável” (P3).

Para a redução da evasão, P4 sugere mudanças na matriz curricular de forma a promover um maior contato dos alunos com o campo desde o início do curso. Da mesma forma, aumentar a concorrência para o ingresso, mesmo que por meio da redução do número de vagas, de modo que o discente ingressante tenha de fato interesse pelo curso. E, caso fosse possível, a criação de uma cota para filhos de agricultores. Tais pensamentos podem ser ilustrados a partir das narrativas abaixo:

“Eu creio que seria fazer um vestibular mais seletivo. Mais seletivo do ponto de vista de diminuir a quantidade de vagas. [...] Fazer uma pressão de seleção maior pra esse aluno que vim pra aqui ele ser um aluno mais estudioso. Um aluno que tenha mais dedicação ao estudo. Ir no campo. Ir na zona rural. Incentivar. Divulgar melhor que tem curso de agropecuária e talvez criar uma cota” (P4).

“Não especificamente se ter uma cota, mas se trabalha pro filho do agricultor chegar aqui dentro. Porque acaba que a gente vai ter um aluno que tem vontade de fazer agropecuária e não só um aluno que vem pra aqui porque é o IF e é uma escola rica. É uma escola federal. Porque federal é federal, né” (P4).

“O que eu apontaria também é tentar mexer na matriz, como eu já falei. Essa matriz que leva o aluno de volta ao campo. Essa matriz que incentiva o aluno a ficar no campo pra ele ter a própria vontade de fazer atividades no campo, porque hoje não é mais obrigatório o aluno” (P4).

Importante ressaltar que o IFPE já contempla no seu sistema de cotas um acesso diferenciado para discentes oriundos do campo. Desde 2013, a partir da Resolução nº 041/2013, expedida pelo Conselho Superior do IFPE, 25% das vagas destinadas à ampla concorrência são reservadas a estudantes de Escolas da Rede Pública do Território Nacional provenientes do campo, desde que optem por Cursos de vocação agrícola oferecidos nos *Campi Afogados* da Ingazeira, Barreiros, Belo Jardim e Vitória de Santo Antão do IFPE (IFPE, 2018).

e) Categoria 5 – A importância da assistência estudantil para a permanência do estudante.

Quando questionados se a assistência estudantil contribuía para a permanência do estudante, todos os entrevistados responderam de forma positiva acerca da sua importância para a manutenção do discente.

P2 e P3 apontam que:

“Eu acho que a assistência estudantil contribui muito. A gente podia ter uma evasão muito maior se não tivesse assistência estudantil” (P2).

“Contribui. Isso ajuda muito. Eu acho que se não fosse essa contribuição muitos já tinham desistido já” (P3).

P2 ressalta ainda o caráter punitivo dos programas e a utilidade dos auxílios:

“O aluno, ele fica com medo de faltar pra não perder a bolsa. Isso é importante. Mas o outro fator mais importante que eu vejo, é o aluno ter a possibilidade de comprar seus mantimentos, comprar sua bolsa, seus materiais escolares, comprar seus materiais de higiene. Tudo com esse dinheiro, entendeu. Eu acho importante isso” (P2).

P4 informa ainda que:

“Porque especificamente falando da agropecuária, a grande maioria que vem são de alunos que precisam disso. Precisam desse fomento do governo, senão dificulta o transporte. Como é um curso integrado, embora tenha o refeitório, mas é um intervalo muito grande de uma alimentação pra outra, então eles precisam de um lanche” (P4).

Já P1 elenca alguns dos problemas verificados na assistência estudantil realizada pelo *Campus*, principalmente quando se trata do Programa Moradia Estudantil:

“Essa questão financeira, porque a escola oferece alojamento, que os alojamentos daqui precisam ser reformados, o sistema, como funciona, que os alunos não tem ambiente pra estudar. Se você for analisar, pesquisar a fundo, saber como é o sistema aí. Os alunos, o comportamento, é de péssimo comportamento. A dormida, como é que eles ficam nos alojamentos. Então, pra quem mora aqui mesmo, ele enfrenta dificuldade para estudar a noite. Mas tem os programas sociais no momento que ajuda né. Na questão de transporte, até onde eu saiba, existe. E que eu acredito que se for colocado com seriedade tem facilitado a vida desses alunos mais carentes” (P1).

Embora a maior parte das considerações tenham sido positivas, não podemos deixar de identificar a Política de Assistência Estudantil como um instrumento importante de intervenção frente a problemática da evasão. Dessa forma, avaliações mais profundas e críticas sobre sua implementação, como a realizada por P1, são bastante relevantes.

f) Categoria 6 – Contribuição da família para a permanência do estudante.

De forma geral, os discursos dos professores convergiram sobre a ausência da família no acompanhamento pedagógico dos estudantes.

“Os pais sempre foram ocupados. Mas eu acho que os pais hoje se envolvem menos. [...] Quando a gente vem a reuniões de pais e mestres, o que a gente observa é que normalmente os pais virem aqui reclamar e normalmente de quê? De alimentação, de não sei o quê. Mas participar do processo pedagógico, é muito complicado” (P2).

“Acho que a família de forma geral tá deixando muito o aluno por conta da escola e a gente não consegue sozinho não. Isso aí todo mundo sabe” (P4).

“Eu acho a família um pouco falha aqui. Eu falo em relação a família dos alunos, porque geralmente/difícilmente um pai vem aqui” (P3).

“Então, a gente vê que tem aluno que passa dificuldade na primeira unidade, na segunda, na terceira e o pai não aparece em nenhuma reunião de pais e mestres pra conversar com o professor” (P4).

As narrativas mostram a necessidade de a instituição desenvolver estratégias que promovam uma maior aproximação família–escola. Estudos já ressaltam o papel essencial da família no bom desempenho acadêmico do estudante (SILVA *ET. AL.*, 2013; CASARIN & RAMOS, 2007; RIBEIRO *ET. AL.*, 2016).

4.3.4.2 A percepção dos gestores

a) Categoria 1 – Fatores que atraem os estudantes para o curso de Agropecuária.

O fato da escola ser uma instituição federal e seu histórico na região mais uma vez foram ressaltados como fatores de atração para realização do curso. Podemos constatar isso através das narrativas de G1 e G2:

“Então assim, a nossa escola sempre foi uma referência aqui na região. Então, nós temos aí, não só no estado de Pernambuco, mas como outros estados. Muitos alunos nossos desenvolvendo um excelente trabalho. Então assim, eu acho que o atrativo é um pouco do que a escola tem despertado nesses trinta e oito anos para toda a comunidade” (G1).

“Que essa escola tem tudo pra oferecer ao menino, ao aluno, não é? É uma escola federal” (G2).

Por outro lado, a assistência estudantil, assim como as UEPs também foram elementos citados como atrativos para a instituição e o curso. Da mesma forma, o acesso a um ensino de qualidade com professores capacitados que poderá possibilitar o ingresso numa Universidade.

“O que atrai? Alojamento, alimentação e, principalmente, as unidades educativas. Eu acho que é o diferencial. Aquilo que chama a atenção do aluno. Ele sabe que ao fazer o curso, ele vai ter a unidade educativa, que é a parte de produção. Vamos colocar assim, unidades de produção: de olericultura, de fruticultura, culturas anuais, a zootecnia, bovino, caprino e suíno. Eu acho que é o grande atrativo do curso” (G3).

“Alguns alunos vem pra cá com a intenção de fazer o ensino médio sem pensar muito que aqui é uma escola profissionalizante. Então, ele vem com essa ideia de fazer o ensino médio e daí fazer uma Universidade. E não entende que aqui é um ensino profissionalizante que tem o médio e tem as disciplinas profissionais” (G3).

“No médio aqui nós temos professores com um nível muito alto. E que isso aí atrai o aluno” (G3).

“Os professores são altamente qualificados e os alunos que aqui chegam são, na grande maioria oriundos da zona rural de Belo Jardim e outras cidades circunvizinhas” (G4).

A partir das narrativas é possível identificar pontos de convergência entre a percepção de professores e gestores acerca dos atrativos da instituição. O histórico do *Campus* e o *status*

de instituição federal se repetem, bem como, os auxílios da assistência estudantil. Entretanto, destacamos o aparecimento das UEPs também como fator de atração, embora tenham sido criticadas por alguns docentes.

b) Categoria 2 – Motivos que contribuem para a ocorrência de evasão.

De acordo com a percepção dos gestores, diversos fatores foram apontados como causadores da evasão. Não foi observado, como verificado nas narrativas dos professores, uma prevalência por determinado motivo. Dentre os que foram citados, enumeramos: inserção no mercado de trabalho, dificuldade de adaptação a nova instituição de ensino, influência de parentes e a distância entre o *Campus* e a residência do estudante:

“Eu percebo que na parte do integrado não é tão grande a evasão, mas com relação ao subsequente, eu vejo alguns pontos. Um dos pontos que eu vejo, o aluno que vem pra cá, Cecília, muitas vezes ele está afastado um pouco do mercado de trabalho. Quando chega aqui dentro, as vezes alguns deles tem a sorte de conseguir algum trabalho. Eu já vi, a maioria, os depoimentos até na cidade. Hoje eu tenho aluno empregado em posto de gasolina, farmácia. Que deu início aqui ao curso, mas que a parte financeira obriga muitas vezes a ele realmente se evadir do curso” (G1).

“Eu acho que o maior período que ocorre evasão, é logo no início do curso aqui dos alunos, principalmente do integrado. Eles vem de uma realidade, na cidade deles, na casa deles, e aqui se deparam com essa escola. Passam o dia todo que é o ensino integrado. Passam o dia todo na escola. Aí, muita disciplina, eles vão fazer, vão cursar. Isso daí dificulta um pouco e as vezes eles desistem por conta disso no primeiro ano, principalmente” (G2).

“Primeiro, é uma escola nova, diferente. Muitas disciplinas, que eles estranham. Tem umas normas que tem que cumprir. Às vezes eles se deparam com essas normas e tem alguma dificuldade. Às vezes ele vem porque o pai quis que ele viesse, mas não é o curso que ele desejaria fazer” (G2).

“[...] adaptação, número excessivo de disciplinas do curso, não há muito tempo para se colocar os conteúdos das disciplinas em dia, são relatos dos alunos. Os alunos chegam do ensino fundamental também sem base, implicando evidentemente na sua evasão” (G4).

O Gestor 3 enfatiza bastante a dificuldade que os discentes enfrentam com as disciplinas da área de exatas. Podemos inferir que esta dificuldade relaciona-se com a base educacional frágil ao qual o estudante teve acesso no ensino fundamental e que é mencionada no relato de outros entrevistados.

“[...] a distância do aluno ao *Campus* é uma das causas. O transporte. Ele se deslocar. A outra dificuldade também que o aluno que já vem fazer o curso de agropecuária geralmente é aluno oriundo da zona rural e ao chegar aqui se depara com algumas disciplinas que ele nunca tinham visto, como física, química, biologia” (G3).

“A dificuldade que eles enfrentam aqui com a disciplina de física, química e biologia, que leva a evasão. A outra também que a gente observa, o aluno não tem o perfil do curso e com isso ele também desiste. Tem uma outra causa também que o aluno vem pra cá no ensino médio, o integrado, mandado pelos pais e ao chegar aqui eles já vem

obrigados pelos pais e não pela sua própria vontade. E isso aí leva também a desistência” (G3).

O Gestor 3 é o único que cita a desmotivação do professor e suas condições de trabalho como um dos fatores que podem gerar a evasão.

“Que eu também não falei no início, mas uma das questões também de evasão é a própria desmotivação do professor. Se o professor fica desmotivado leva também esse “desmotivamento” para o aluno. Desmotiva também o aluno. Então, o professor que chega no ambiente de trabalho dele, na UEP ou na sala de aula e não tem uma estrutura adequada para o seu trabalho. Isso ele vai passar para o aluno” (G3).

Sobre a infraestrutura da instituição, três dos gestores não consideraram este elemento relevante na ocorrência da evasão, mas afirmaram a necessidade de melhorias. O Gestor 3 levantou alguns pontos sobre como essa questão pode afetar a motivação de estudantes e professores:

“Então, assim, eu não vejo as Unidades totalmente realmente sem infraestrutura pra funcionar o curso. Precisa melhorar? Com certeza precisa” (G1).

“Na verdade, a infraestrutura precisa melhorar. No entanto, não estamos assim tão distantes do ideal” (G4).

“Se você tem as unidades todas funcionando, então isso vai ajudar bastante que o aluno se interesse e até se motive. Quando se tem uma unidade que tem problemas de funcionamento, isso vai levar também o aluno a ficar desmotivado. E nós temos realmente algumas unidades que estão precisando ser recuperadas” (G3).

“Prejudica. Com certeza prejudica as aulas práticas porque se você não tem um ambiente satisfatório pra aula. Então, tanto o professor como o aluno, eles ficam desmotivados. E a prática não acontece como deveria acontecer. Em todos os seus objetivos, as vezes, uma prática ou outra ficam com um objetivo prejudicado” (G3).

“A outra também que eu vejo, além do sucateamento, que a gente vê que existem algumas unidades que estão necessitando serem recuperadas, tá. Existe também o seguinte, a falta do material pra fazer a prática. Se tem o ambiente, a infraestrutura, mas não tem os insumos da aula prática. No caso da suínos, você tem lá a estrutura, os suínos, você tem as baias, mas falta o que as vezes? Medicamento, falta seringa, falta luva. Então, isso as vezes também acarreta a não ter a prática. E a prática não ser a contento” (G3).

c) Categoria 3 – Medidas adotadas pelo *Campus* para reduzir a ocorrência da evasão.

Como medidas já executadas para enfrentamento dos fatores que contribuem para a evasão no *Campus*, foram identificadas as seguintes por meio das falas dos entrevistados: melhorias das UEPs, o programa PROIFPE, a presença no *Campus* de profissionais como assistentes de aluno, psicólogo e assistente social.

“Hoje, o nosso setor de bovinocultura, ele foi bem melhorado. Precisa melhorar mais? Precisa. Nos recuperamos capineiras, principalmente forrageiras. A parte de palma que não tinha. Melhoramos o estábulo que tava caindo. Quer dizer, melhoramos muito

o Setor de Bovinocultura. Tivemos aí também o Setor de Caprinocultura. Do primeiro para o segundo mandato, fizemos um investimento muito alto lá. Na parte do Setor de Caprinocultura” (G1).

“Hoje nós temos aí um PROIFPE que nós podemos realmente melhorar muito os nossos alunos. Eu venho batendo nessa tecla, principalmente nesse ano de 2018, principalmente com os coordenadores” (G1).

“Então a escola tem uma boa estrutura. Tem psicóloga. Tem assistente social. Tem os professores. Tem toda a infraestrutura para dar apoio exatamente a esses alunos, não é? Evitando assim que exista evasão ou que se existir seja o mínimo, não é?” (G2).

“Uma delas é o seguinte, foi feita uma comissão¹⁰ para estudar a questão da evasão e da retenção. A questão também do conselho de classe que tá seguindo à risca realmente. Cada bimestre a gente tá se reunindo com os alunos e identificando quais problemas eles tem. A outra é melhorar as UEPs. Agora a UEP leva um custo. Para acabar é rápido. Agora para recuperar... Mas foi feita a recuperação da UEP de suíno, de caprino, bovino. Estamos agora recuperando fruticultura. Mas todas é um custo que no momento em que se encontra o governo com redução de custos. Aí você limita a recuperação. Mas estamos nesse trabalho” (G3).

“Além do PROIFPE, vou falar também da Monitoria, os estágios. Nós temos o SIEC e o Setor de extensão, a Coordenação de extensão. Trabalham muito a questão de visita técnica, estágio e o estágio tanto na comunidade externa nas empresas fora como dentro do *Campus* também oferece. Isso aí também é com o objetivo de diminuir a evasão e diminuir a retenção também” (G3).

“Além disso, a questão de visita técnica, a questão dos eventos. Que também não foi falado, mas os eventos e visitas técnicas também ajudam muito para que os estudantes permaneçam na escola. Que ele começa a ver o mundo lá fora de uma outra maneira e vê a possibilidade dele. Ele se vê naquela visita lá. Tem um técnico, então ele se vê naquela postura de um técnico. Ele tá aqui estudando, mas ao terminar ele poderá estar lá. Porque ele foi a visita e lá tava um técnico que estudou aqui na escola trabalhando. Então isso é fundamental” (G3).

“Uma das ações que já faz um certo tempo foi a contratação de profissionais como assistente de aluno, assistente social, pedagogo, psicólogo e outros profissionais que vem ajudar para que isso aí diminua” (G4).

Importante destacar que o problema elencado pelos docentes referente às UEPs já foi identificado pela equipe gestora e, de alguma forma, já é objeto de intervenção. Ressaltamos ainda que foram mencionados outras linhas de ação da Política de Assistência Estudantil não

¹⁰ Comissão Permanente de Acompanhamento do Plano Estratégico para Permanência e Êxito, possui as seguintes áreas de atuação: Identificar focos de maior retenção e evasão entre os cursos e as disciplinas ofertados pelo *Campus*; Identificar os estudantes em situação de retenção e de evasão, buscando escutá-los para saber o que motivou a situação; Estabelecer medidas pedagógicas e administrativas que promovam reversão nos status de retenção e evasão; e, Acompanhar as estratégias de intervenção e monitoramento para superação da evasão e retenção.

diretamente ligadas aos auxílios financeiros ou alojamento, tais como: visitas técnicas, participação em eventos, extensão, etc.

d) Categoria 4 – Formas de prevenção de ocorrência de evasão.

A partir dos fatores causadores da evasão apontados na Categoria 2, os gestores foram indagados acerca da melhor forma de lidar com essa problemática. G1 ressaltou a importância de ampliar a qualidade do serviço prestado a população através dos seguintes aspectos:

“Eu vejo a forma de prevenir, é a gente melhorar como tá sendo feito, melhorar os cursos, melhorar realmente a qualidade das nossas aulas. Quando eu falo assim, eu estou generalizando a todos nós professores. Eu acredito que muitas vezes, incentivar mais a questão das aulas práticas. Então isso é um grande atrativo. Melhoria nas Unidades Educativas de Produção” (G1).

As soluções apontadas pelo Gestor 2 perpassam a realização de um acolhimento para os discentes com vistas a facilitar sua adaptação a nova instituição e sua compreensão acerca do seu funcionamento. Da mesma forma, motivar os estudantes sobre a importância da formação acadêmica para o seu futuro.

“Eu acho que preparando uma boa recepção para os alunos na chegada a escola. É um ponto que diminui bastante essa questão da evasão. E a gente orientar os meninos. Explicar porque que é uma escola diferente. Que vai ser importante para o futuro deles, para a formação deles, para a vida que eles desejam ter futuramente” (G2).

Já as alternativas elencadas pelo Gestor 3 compreendem desde questões de infraestrutura até ampliação das vivências culturais e esportivas dos discentes. Da mesma forma, para melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes, G3 sugere ampliar o reforço educacional fornecido pelos docentes.

“Hoje, esse atendimento ao discente, a gente quer não fazer só as duas horas. A gente quer ampliar. E também a questão do alojamento. A gente sabe que o alojamento, que os alunos internos, a situação hoje do alojamento não é tão adequada. É outra coisa que a gente pensa também em melhorar. E a questão também da parte de esportes. Esse ano a gente tá colocando, além deles terem os jogos *intercampi*, os jogos do IF, a gente vai ter os jogos internos. Que é uma maneira também de estimular o estudante. E também envolver ele em todas as atividades do *Campus*. Atividades culturais, colocando também que não é só a sala de aula que é o local de aprendizado mas também que a parte cultural, a parte esportiva, a parte de lazer também seja importante para que ele se sinta mais à vontade” (G3).

Em consonância com o Gestor 3, G4 também indica a necessidade de ampliação das vagas nos alojamentos. Do mesmo modo, demonstra preocupação com o grande número de disciplinas cursadas, bem como, com a necessidade de uma maior participação dos pais na vida acadêmica dos estudantes:

“Os pais, na minha opinião, acho que os pais deveriam acompanhar os seus filhos mais de perto. A redução do número de disciplinas. Um valor mais justo no que concerne a Bolsa permanência e aumento do número de vagas nos alojamentos. Ao meu ver são os fatores mais importantes” (G4).

e) Categoria 5 – A importância da assistência estudantil para a permanência do estudante.

Da mesma forma que os docentes, os gestores ressaltaram a relevância da assistência estudantil e sua contribuição para a permanência escolar do estudante. Observamos ainda que é dado destaque ao Programa Bolsa Permanência e ao Programa Moradia Estudantil.

“Ah, isso é fundamental, não é? [...]. Ele aqui tem bolsa até, dependendo do estado de economia da família dele. Ele não tem despesa com nada. Recebe fardamento. Quer dizer, alimentação” (G2).

“[...]se hoje não tivesse a questão da bolsa, o auxílio permanência. A gente praticamente não ia ter aluno, porque a gente sabe hoje que pra uma família tirar um filho pra vim pra escola. E essa família na zona rural que precisa desse filho como mão de obra pra manter a família. Se não tivesse o Bolsa Permanência, ele não ficaria” (G3).

“A questão também da moradia. Acho que 80% dos alunos internos são de agropecuária. Porque são oriundos da zona rural e se não tivesse a gente praticamente não teria o curso de agropecuária. A gente sabe. É fundamental para o curso. Não só para o curso de agropecuária, para a escola como um todo, mas agropecuária reflete mais” (G3).

“O nosso aluno, ele tem a Bolsa Permanência. Então isso já diminui essa questão financeira, a questão da dificuldade financeira. E a gente vê que realmente a bolsa permanência ajuda bastante. Tanto na questão do transporte dele, da sua residência a escola, como também ajuda nas suas despesas dentro do *Campus*” (G3).

“O refeitório atende a todos os alunos internos com café da manhã, almoço e janta e para os alunos do integrado, nós temos o almoço para todos esses alunos. Dando por média 450 alunos por dia. Acho que isso já evidencia muita coisa nessa permanência” (G4).

Ressaltamos que, no Brasil, a trajetória da Política de Assistência Estudantil está bastante relacionada com a da Política de Assistência Social. Ambas se fortaleceram através dos movimentos sociais e se concretizaram com a Constituição Federal de 1988 (VASCONCELOS, 2010).

A criação de mecanismos com o intuito de garantir a permanência do estudante também está vinculada ao reconhecimento que as desigualdades sociais influenciam no processo de democratização da educação e no rendimento de alunos/as provenientes de classes sociais mais vulnerabilizadas. (SANTOS & FREITAS, 2015).

Da mesma forma, está relacionado ao reconhecimento de que estudantes procedentes de classes com baixo poder aquisitivo já ingressam no ensino em condição desfavorável aos estudantes de outras classes (ARAÚJO, 2003).

f) Categoria 6 – Contribuição da família para a permanência do estudante.

Como observado na Categoria anterior, os gestores corroboraram as afirmativas dos professores também com relação a participação da família na vida acadêmica do aluno. Entretanto, dois gestores incluíram a questão financeira como influente na presença/ausência da família no *Campus*:

“Falta de tempo, falta de interesse e condição financeira. A condição financeira é uma questão muito forte. Porque em agropecuária a maioria dos nossos alunos são de zona rural” (G3).

“Mas eu acho que o principal fator dos pais não virem: Um é o financeiro, outros também alegam o tempo e há também o interesse. Eles ainda não tem a educação como prioridade. E também, eles acham também ao meu ver que confiam muito: “Ah, tá numa instituição federal, tá bem guardado”. E não é bem assim” (G3).

“Como já frisei anteriormente, a família deveria acompanhar mais de perto os discentes. Uma vez que aqueles que moram mais distantes ficam aqui no *Campus* vários finais de semana seguidos e isso inviabiliza um maior contato. [...]Nem sempre eles vem porque são pessoas carentes. Então não tem essa frequência mesmo assim desses contatos não” (G4).

Em pesquisa realizada por Moreira & Gabriel (2013) foi verificado que os discentes cuja família era mais presente na escola eram mais participativos, atenciosos e demonstravam mais interesse nos estudos. Já os estudantes cuja família era mais ausente apresentavam rendimento escolar inferior aos demais.

As autoras ainda complementam que:

Nos dias atuais, a ausência da família, seja ela consanguínea ou constituída, na escola é tão grande que órgãos educacionais estão se preocupando em realizar palestras com enfoque na família, a fim de trazê-la para a escola, pois estão sentindo que a falta dela está contribuindo com o mau desempenho escolar dos alunos e aumentando, assim, o fracasso escolar (MOREIRA & GABRIEL, 2013, p. 02).

Silva *et. al.* (2013, p. 97) ressaltam ainda que:

A criança cuja família participa de forma mais direta no cotidiano escolar apresenta um desempenho superior em relação a que os pais estão ausentes do seu processo educacional. Ao conversarem com o filho sobre o que acontece na escola, cobrarem dele e ajudarem a fazer o dever de casa, falarem para não faltar à escola, tirar boas notas e ter hábitos de leitura, os pais estarão contribuindo para a obtenção de notas mais altas. Além disso, reduz a evasão escolar e a depredação da escola.

De acordo com Souza (2009), a escola e a família, da mesma forma que outras instituições, se transformam com o passar do tempo. Estas mudanças interferem na configuração familiar e na dinâmica escolar de modo que a família, devido ao contexto (inserção no mercado de trabalho das mães e/ou responsáveis para contribuir com o sustento da casa, por exemplo) tem transferido para a escola algumas de suas funções.

A autora complementa ainda que:

Desta forma, percebe-se que, tendo em vista todas as mudanças ocorridas na família ao longo da história em função de diversos fatores, entre eles a emancipação feminina, que os papéis da escola foram ampliados para dar conta das novas demandas da família e da sociedade. Negar este fato é agir fora da realidade, pois as mudanças na família além de afetar a sociedade como um todo, afeta também a educação dos filhos refletindo indiscutivelmente sobre as atividades desenvolvidas pela escola (SOUZA, 2009, p. 06).

Quadro 4 – Fatores elencados como motivadores de evasão pelos docentes e gestores do *Campus Belo Jardim*

Docentes	Defasagem educacional. Deficiências de formação	Dificuldades de aprendizagem	Desestímulo. Falta de interesse	Grande quantidade de disciplinas cursadas no integrado	Não identificação com o curso	Falta de vocação	Poucas aulas práticas
Gestores	Inserção no mercado de trabalho	Dificuldade de adaptação	Número excessivo de disciplinas do curso	Não identificação com o curso	Dificuldades com as disciplinas exatas	Desmotivação do professor	Distância entre o <i>Campus</i> e a residência do estudante

Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa

4.3.5 Conclusão: percepção de docentes e gestores

Os resultados verificados mostram semelhanças nas percepções de docentes e gestores com relação aos fatores causadores da evasão. Embora os professores sejam mais enfáticos em como a base educacional do fundamental dificulta a permanência no curso e, conseqüentemente, contribui mais para a ocorrência da evasão. Por outro lado, relativo à infraestrutura, as narrativas dos professores apontaram maiores deficiências neste quesito. Entretanto, os gestores apenas admitiram a necessidade de melhorias e elencaram algumas medidas já tomadas para melhoria das UEPs.

Percebemos ainda que os fatores elencados como motivadores da evasão não diferem daqueles verificados em outros estudos. Entretanto, foram evidenciados mais os fatores extraescolares que contribuem para ocorrência de evasão.

Considerando que a principal razão apontada pelos docentes como responsável pela ocorrência da evasão foi a falta de base educacional, poderíamos inferir que a instituição não está atuando de forma satisfatória para compensar essa deficiência que os estudantes apresentam. Embora o Programa PROIFPE tenha sido citado como o principal instrumento de intervenção nessa problemática, a instituição deve avaliar como ele está sendo executado a fim de possibilitar o melhor alcance dos objetivos a que se propõe.

Por outro lado, os entrevistados foram unânimes em afirmar o quanto os programas da Política de Assistência Estudantil auxiliam na permanência do estudante do curso de Agropecuária. Em primeiro lugar, através do Programa Moradia Estudantil, cujo maior público beneficiário são os discentes do curso de agropecuária. E, em segundo lugar, pelo Programa Bolsa Permanência, que possibilita o suporte necessário para manutenção acadêmica do estudante. E, numa segunda vertente, impede a evasão dos estudantes por motivo de falta de condições financeiras.

No quesito participação familiar, os relatos apontam que a família ainda está muito ausente dos espaços construídos pela escola para discussão dos aspectos relacionados ao desenvolvimento acadêmico dos estudantes. De acordo com a percepção dos entrevistados, essa ausência seria fruto de falta de tempo, interesse ou condições financeiras. Ficou claro ainda que a instituição busca de forma frequente uma maior aproximação com a família do estudante e, aos poucos, conforme relatos, a presença dos responsáveis na escola está sendo ampliada. Principalmente, no que diz respeito às reuniões de pais e mestres.

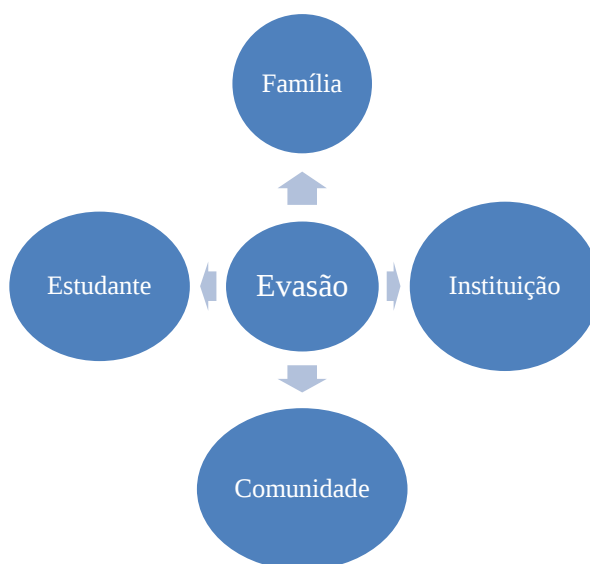
Por fim, o presente estudo observou a ausência de iniciativas direcionadas para os estudantes evadidos. Sobre a evasão, destacam-se ações voltadas para os discentes frequentam a escola, mas não para aqueles que a abandonaram.

5 POR QUE NÃO GERMINARAM? A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES DO CURSO TÉCNICO DE AGROPECUÁRIA

5.1 FATORES QUE CONTRIBUEM PARA OCORRÊNCIA DE EVASÃO – UMA PEQUENA REVISÃO DE LITERATURA

Para Dore e Luscher (2011), a evasão escolar é fruto de um conjunto de fatores interligados que se associam tanto ao estudante e sua família quanto à instituição de ensino e à comunidade. A Figura 2 ilustra essa relação.

Figura 2 – Conjuntos de fatores que influenciam na ocorrência da evasão escolar



Fonte: Elaboração própria com base na revisão de literatura realizada.

Paula (2009) destaca como fatores extraescolares às precárias condições de vida e de subsistência da maior parte da população brasileira no que se refere à escolaridade, entre elas as péssimas condições econômicas, responsáveis pela fome e desnutrição, a falta de moradias adequadas e de saneamento básico. Já os fatores intraescolares abrangem o currículo, os programas, o trabalho desenvolvido pelo professor e pelos especialistas, as avaliações de desempenho dos alunos, etc.

A autora afirma ainda que constantemente a escola atribui o problema do fracasso escolar ao discente, considerando-o portador de algum tipo de “desvio” ou “anormalidade”. Dessa forma, o “insucesso” é resultado da debilidade das capacidades intelectuais, à cultura

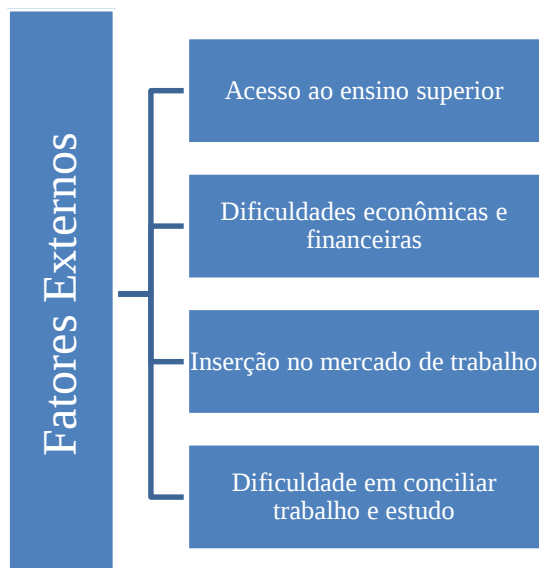
desviante e a outras categorias como: dificuldades de leitura, ortografia e cálculo (PAULA, 2009).

Entretanto, Muniz (2015, p. 37) destaca que:

Associado a fatores individuais do aluno, um dos principais desencadeadores do fracasso é a própria estruturação do sistema educativo e das práticas que ocorrem no interior das escolas. A evasão escolar, bem como as diversas formas de fracasso, nada mais é do que uma resposta às práticas excludentes que se concretizam no sistema escolar de forma camuflada sob um discurso da igualdade de oportunidades.

Souza (2014) ao estudar permanência escolar no curso técnico subsequente de Redes de Computadores oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte destacou alguns dos fatores que colaboraram com a evasão escolar. Entre eles constatam-se: acesso ao ensino superior; dificuldade de conciliar trabalho e estudo; desempenho acadêmico do discente; especificidades do curso, como disciplinas que envolvem muito cálculo; retenções, também consequente das especificidades do curso; a didática do docente: na maioria das vezes são engenheiros que não tiveram formação pedagógica para atuar como professor.

Figura 3 – Fatores externos que influenciam na ocorrência da evasão escolar

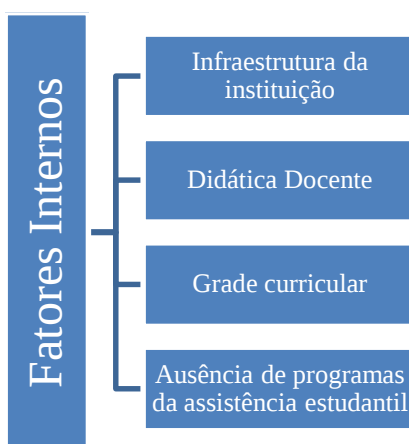


Fonte: Elaboração própria com base na revisão de literatura realizada.

No quesito didática do docente, a autora verifica uma troca de acusações entre estudantes e professores. O professor argumenta que o estudante não estuda e o aluno que o professor não busca formas de incentivá-lo a estudar (SOUZA, 2014).

Entretanto, de acordo com Lima (2014), a infrequência não se mostra como um fato a ser lamentado ou enfrentado por aqueles que trabalham na escola: os discentes não frequentes são “indesejados”. A não frequência é utilizada para justificar o não aprendizado do estudante. E, a própria prática pedagógica não é avaliada como responsável pela baixa frequência da comunidade discente, sendo as dificuldades de aprendizagem atribuídas aos alunos. A Figura 4 ilustra os fatores internos que influenciam na quebra do vínculo estudantil.

Figura 4 – Fatores internos que influenciam na ocorrência da evasão escolar



Fonte: Elaboração própria com base na revisão de literatura realizada.

Dando prosseguimento, no estudo de Meira (2015) sobre o curso técnico de Ferrovias oferecido pelo Instituto Federal do Espírito Santo, foram identificados fatores internos e externos à instituição como motivadores da evasão escolar. O principal motivo alegado foi a ausência de perspectivas de inserção no mercado de trabalho; o segundo: acesso ao ensino superior.

Nesse quesito, Dore e Luscher (2011) destacam que as diversas possibilidades de mudanças no ensino técnico podem indicar a existência de distintas oportunidades de escolha e de experimentação profissional ou podem significar a instabilidade e/ou falta de orientação do discente quanto ao seu futuro profissional. Sendo assim, é importante conhecer a movimentação de estudantes nos cursos técnicos, visando contribuir para a formulação de políticas destinadas a prevenção da evasão, seja através das políticas públicas ou das políticas e práticas pedagógicas próprias de cada instituição de ensino (DORE & LUSCHER, 2011).

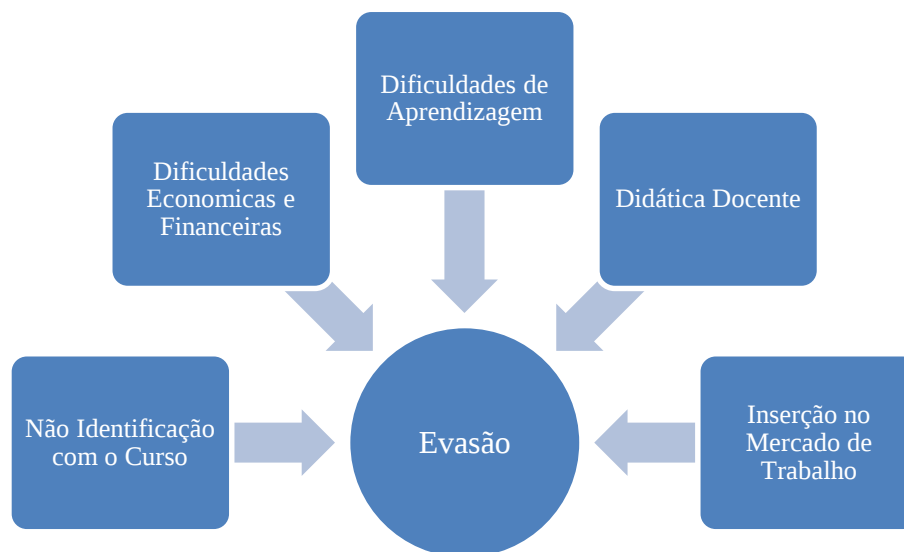
Figura 5 – Fatores pessoais que influenciam na ocorrência da evasão escolar



Fonte: Elaboração própria com base na revisão de literatura realizada.

Ao analisar a ocorrência de evasão escolar nos cursos superiores de uma instituição de ensino privada, Assis (2013) identificou como principais fatores motivadores: dificuldades econômicas e financeiras e incompatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho. O autor observou ainda que a evasão, na maioria das vezes, não ocorre por um motivo único, mas é fruto de um processo que envolve diversos fatores. A pesquisa também verificou o percurso acadêmico após a evasão. Foi observado que a evasão de curso é seguida, na maior parte das vezes, pela continuidade dos estudos, seja em outros cursos ou em outras instituições. Isso significa que não ocorre a evasão do sistema educacional (ASSIS, 2013).

Figura 6 – Fatores pessoais que influenciam na ocorrência da evasão escolar



Fonte: Elaboração própria com base na revisão de literatura realizada.

Diante do exposto, é necessário integrar a investigação sobre a evasão escolar ao estudo de fatores sociais, institucionais e individuais que podem influenciar na decisão dos estudantes sobre permanecer em um curso ou deixá-lo antes de concluí-lo. Ressalta-se ainda que os motivos elencados podem se diferenciar de acordo com as características e o contexto de cada instituição.

5.2 POR QUE ELES EVADEM? A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES NÃO CONCLUÍNTES DE ACORDO COM A LITERATURA

Como esta seção se propõe a identificar a percepção de estudantes evadidos acerca desta problemática, esta seção apresentará a percepção de discentes evadidos de outras instituições de ensino sobre este fenômeno. O objetivo é verificar o que já foi publicado acerca da temática estudada, possibilitando uma maior aproximação com o assunto. Da mesma forma, identificar as principais abordagens utilizadas pelos demais autores que já estudaram o tema.

Batista *et. al.* (2009) realizaram uma pesquisa com estudantes do ensino médio do período noturno de uma escola estadual. De acordo com a percepção deles, foi verificado que os principais fatores motivadores da evasão foram: dificuldade de concentração nas aulas, em decorrência do cansaço físico resultante da jornada de trabalho; filhos e gravidez; influência de colegas, a certeza da reprovação e dificuldades financeiras para pagamento de transporte. Diante dos fatores elencados, destaca-se que a maior parte deles refere-se a fatores extraescolares de ordem social ou individual.

Conforme estudo realizado por Almeida (2017), com estudantes dos cursos técnicos EAD do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS, foi verificado que fatores pessoais estavam relacionados com a ocorrência da evasão escolar. A partir das narrativas dos estudantes não concluintes, constatou-se que certa parcela dos problemas eram fruto da falta de informações ou informações inconsistentes, especialmente antes do ingresso no curso.

Os estudantes evadidos elencaram a dificuldade ou não aprovação em algumas disciplinas como razão mais relevante para terem abandonado. Também atribuíram alto grau de dificuldade ao curso. Fazer mais de um curso concomitantemente aparece como a segunda maior causa para o abandono. Outros estudantes informaram ainda que abandonaram devido a oportunidade de fazer outro curso em área diferente da que estavam matriculados no IFRS (ALMEIDA, 2017).

Gomes (1998, III – IV), a partir do discurso dos estudantes evadidos, identificou as seguintes características da evasão escolar no ensino superior:

- as pressões sofridas pelo jovem universitário por parte da família para ingressar na universidade e as dificuldades de adaptação ao novo ambiente escolar causam grande insatisfação, frustração e muitas vezes, o abandono da carreira escolhida;
- há por parte do jovem estudante uma grande expectativa em relação ao ambiente universitário, frustrada pelas dificuldades de adaptação e pelas profundas diferenças em relação ao ambiente escolar de 2o. grau;
- o desejo de cursar a universidade está fortemente vinculado a projetos de ascensão social e econômica, ou seja, projeção social e bons empregos e salários;
- a falta de opções para ingresso na universidade, tem levado jovens a ingressarem em cursos noturnos, principalmente na área de Ciências Humanas;
- as expectativas dos sujeitos entrevistados diferenciam-se em função da idade, experiência de vida e maturidade de cada um deles;
- a falta de informações sobre o curso em que ingressam leva muitos alunos a evadirem do curso;
- uma das razões para o abandono do curso é a dificuldade de conciliar trabalho e escola;
- a decepção com o curso superior e a universidade leva alguns alunos a desvalorizarem a carreira pela qual optaram inicialmente, levando-os a uma nova opção;
- o fenômeno da evasão escolar no ensino superior diferencia-se em relação aos demais níveis de ensino, uma vez que vários ex-alunos optam por novas carreiras, após abandonarem o primeiro curso no qual ingressaram (GOMES, 1998, III – IV).

Violin (2012) também analisando a evasão na educação superior de acordo com a percepção dos estudantes, divide as causas da evasão entre sociais, pedagógicas e psicológicas. A autora ressalta que muitas pesquisas costumam atribuir a evasão escolar a fatores financeiros e sociais, mas nem sempre esses fatores são determinantes. Entretanto, a autora destaca que:

Em última análise, embora os fatores sociais não pareçam ser determinantes para a evasão escolar, eles são determinantes para a escolha do curso. Um percentual considerável de alunos prioriza o ingresso numa universidade pública e gratuita, num curso com mercado de trabalho aquecido, em detrimento de sua afinidade pessoal com as disciplinas. Essa situação pode levar a uma dificuldade de adaptação à decepção com o curso – essas sim causas de evasão, as quais, embora ligadas a fatores psicológicos, têm origem em fatores sociais (VIOLIN, 2012, p. 83).

Como fatores pedagógicos, a autora cita a relação professor–aluno que pode ser determinante para a permanência do estudante. Da mesma forma, destaca-se o rendimento acadêmico do estudante evadido: “Embora não se possa definir se isso é causa ou efeito do processo de evasão, é possível observar que em geral a desistência está relacionada com uma dificuldade que decorre do curso ou nele se reflete” (VIOLIN, 2012, p. 85).

Certa parcela dos estudantes não concluintes atribuíram sua decisão de evadir como decorrência da insuficiência de conhecimentos adquiridos no ensino médio e sua própria falta de organização nos estudos (VIOLIN, 2012, p. 85). Neste último ponto, são fatores pedagógicos que se relacionam a ocorrência da evasão, mas que não são causados pela escola.

Como fator psicológico motivador da evasão prevaleceu a dificuldade de adaptação a nova instituição e ao curso escolhido. “Esses dados parecem corroborar a tese de que a evasão está diretamente ligada à adaptação do aluno ao curso e à instituição, ou seja, à reconstrução de sua identidade de acordo com os valores e requisitos da vida acadêmica que ele passa a integrar” (VIOLIN, 2012, p. 86 – 87).

Em pesquisa realizada por Bardagi e Hutz (2009), as diferenças entre o ambiente escolar e o ambiente universitário foram apontadas por estudantes de nível superior não concluintes como fator motivador da evasão. De acordo com os autores, algumas dessas diferenças são vistas de forma negativa e contribuem para o distanciamento do discente em relação ao curso. “Os participantes demonstram, na realidade, um desconhecimento grande sobre o funcionamento universitário, suas rotinas, normas, etc.” (BARDAGI & HUTZ, 2009, p. 100).

Sobre os fatores determinantes para a evasão, foi enfatizado: o desconhecimento da realidade do trabalho; problemas de relacionamento com colegas e professores e a existência de conflitos; e, choque cultural com as pessoas e ambientes próprios da área. Da mesma forma, os estudantes afirmaram terem realizado uma escolha errada com relação ao curso. Muitas vezes pressionados para ingressar na universidade após sua formação no ensino médio (BARDAGI & HUTZ, 2009).

O estudo dos autores identificou ainda dois perfis de insatisfação e de saída do curso:

Quanto à primeira, o grupo se dividiu entre aqueles cuja insatisfação e insegurança existiam desde a entrada na universidade e a possibilidade de evasão era algo sistematicamente presente, e aqueles cuja insatisfação surgiu ao longo da graduação. Quanto à saída, o grupo se dividiu entre aqueles que gradativamente foram se desligando do curso até evadirem e aqueles cuja evasão foi um evento abrupto motivado por uma situação específica, apesar da insatisfação recorrente (BARDAGI & HUTZ, 2009, p. 102).

Os estudantes evidenciaram ainda a necessidade de acompanhamento dos processos de trancamento e desligamento de curso (BARDAGI & HUTZ, 2009). Seria uma forma da instituição demonstrar interesse nas dificuldades enfrentadas pelos estudantes ao longo do curso e uma oportunidade para o desenvolvimento de estratégias para reduzir o número de evasões.

Por sua vez, Muniz (2015) concentrou sua pesquisa no *Campus* Formosa do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG. Lá observou-se que as razões apresentadas pelos discentes como motivadoras para saída: foram baixo desempenho, não adaptação ao curso e dificuldade em conciliar vida escolar e pessoal.

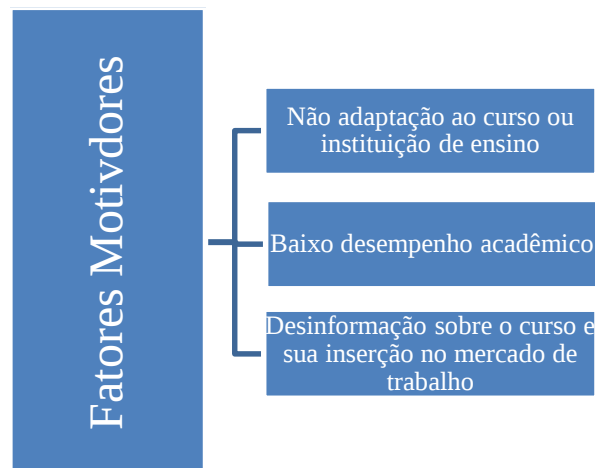
Essas três motivações, que juntas justificam 71% das saídas, estão diretamente interligadas entre si, pois, como pôde ser observado em algumas falas, o baixo desempenho está em grande medida relacionado a dificuldades de adaptação ao curso

no que se refere à carga horária, volume de atividades, falta de afinidade com as disciplinas técnicas, nível de cobrança do ensino técnico, dentre outros (MUNIZ, 2015, p. 161).

Ainda de acordo com a pesquisa da autora, a desilusão ou descontentamento com o curso foram mencionados como motivadores da evasão, representando 14% das saída. Através desse dado pode-se inferir a existência de dúvidas, incertezas, falta de informação e possibilidades de erro na escolha profissional.

Através das pesquisas apresentadas aqui, percebemos que dificuldade de adaptação, baixo desempenho e falta de informação são fatores recorrentes como motivadores da evasão, de acordo com a percepção dos discentes. Constatamos ainda que os estudantes costumam atribuir a si mesmos a responsabilidade pela ocorrência da evasão, ou a fatores sociais, mas poucas vezes a instituição é mencionada.

Figura 7 – Resumo dos fatores motivadores da evasão de acordo com a percepção dos discentes



Fonte: Elaboração própria com base na revisão de literatura realizada.

Souza (2016) realizou uma pesquisa no Curso Técnico Subsequente de Redes de Computadores, oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, *Campus* São Gonçalo do Amarante. Através desta, destacaram-se fatores internos como motivadores da evasão: “Sobre esses empecilhos para permanência no curso, os principais fatores destacados pelos alunos foram quanto ao currículo, disciplinas consideradas de difícil compreensão e em relação à metodologia dos professores” (SOUZA, 2016, p. 27).

Ademais, a relação docente–estudante mais uma vez se destaca como determinante para a permanência do estudante (VIOLIN, 2012), podendo influenciar de forma positiva ou negativa para a continuidade dos estudos dos discentes (SOUZA, 2016).

A prática do professor foi um ponto bastante criticado pelos estudantes. Estes ressaltavam que a metodologia utilizada por alguns dos docentes não contribuía com o aprendizado e tornava o curso menos interessante (SOUZA, 2016).

Conforme pesquisa realizada por Gomes & Bastos (2016), a desmotivação ou desinteresse foram apontados como principal causa de evasão pelos estudantes dos cursos técnicos oferecidos pelo CEFET–RJ. Em segundo lugar ficou a necessidade de trabalhar.

Ao analisar os dados, os autores observaram que a família exerce forte influência nas decisões dos discentes. Foi verificado que a maioria dos evadidos são oriundos de famílias em que os pais possuem nível superior. A partir dessas informações, pode-se inferir que esse foi um dos fatores que influenciaram a decisão dos filhos seguirem os genitores, escolhendo uma formação de nível superior (GOMES & BASTOS, 2016).

De acordo com o estudo, 68,1% de evadidos seguiram para o nível superior após deixarem o CEFET–RJ. Pode-se afirmar que não precisam trabalhar para contribuir com o sustento da casa e têm a oportunidade de residir com os genitores, não teriam pressa para entrar no mercado de trabalho. Como resultado, terminam não se interessando em seguir a área técnica, segundo a causa mais citada por 57,9% dos evadidos: desmotivação e desinteresse (GOMES & BASTOS, 2016).

Por fim, os autores constataram que no CEFET–RJ, a diversidade social, econômica e cultural entre os estudantes colabora para a multiplicidade de causas motivadoras da evasão. Da mesma forma, percebeu-se que a melhoria contínua do ensino, o acompanhamento dos discentes pela instituição, bem como, por seus familiares e informações prévias sobre os cursos oferecidos influenciam na ocorrência da evasão escolar (GOMES & BASTOS, 2016).

Quadro 5 – Fatores causadores de evasão para os discentes

Autor (ano)	Fatores Internos	Fatores Externos	Fatores Pessoais
Batista <i>et. al.</i> (2009)	–	Dificuldades financeiras para pagamento de transporte.	Filhos e gravidez, influência de colegas, a certeza da reprovação.
Almeida (2017)	–	Acesso ao ensino superior.	Falta de informação sobre o curso, retenções, dificuldade em conciliar diferentes cursos.

Gomes (1998)	–	Dificuldade em conciliar trabalho e estudo.	Relação familiar, falta de informação sobre o curso.
Violin (2012)	Relação professor–aluno, desempenho acadêmico do estudante.	–	Ausência de base educacional, dificuldade de adaptação ao curso.
Bardagi e Hutz (2009)	Problemas de relacionamento com colegas e professores.	–	Desconhecimento sobre o contexto universitário, escolha errada do curso.
Muniz (2015)	–	–	Baixo desempenho, não adaptação ao curso e dificuldade em conciliar vida escolar e pessoal.
Souza (2016)	Currículo, disciplinas consideradas de difícil compreensão e didática docente.	–	–
Gomes & Bastos (2016)		Necessidade de trabalhar.	Desmotivação ou desinteresse.

Fonte: elaborado pela autora com base na revisão de literatura

5.3 PLANO INSTITUCIONAL ESTRATÉGICO PARA PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ESTUDANTES DO IFPE

O Tribunal de Contas da União, por meio de uma auditoria realizada no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, entre 2011 e 2012 (TC 026.062/2011–9), emitiu relatório apontando o problema da retenção e evasão nos Institutos Federais e encaminhou medidas para atuação através do Acórdão nº 506/2013 (BRASIL, 2014; IFPE, 2016). Como resultado, o Ministério da Educação (MEC), através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – SETEC, e com a participação de representantes de toda a Rede Federal elaborou o DOCUMENTO ORIENTADOR PARA A SUPERAÇÃO DA EVASÃO E RETENÇÃO NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. Este foi o principal norte para que cada Instituto Federal pudesse construir seu próprio planejamento estratégico para combater a evasão (BRASIL, 2014; IFPE, 2016).

Assim, esse Documento tem o propósito de orientar o desenvolvimento de ações capazes de ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no processo formativo oferecido pelas instituições da Rede Federal, respeitadas as especificidades de cada região e território de atuação. Assim, oferecem-se subsídios para a criação de planos estratégicos institucionais que contemplem o diagnóstico das causas de evasão e retenção e a implementação de políticas e ações administrativas e pedagógicas de modo a ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no processo educativo (BRASIL, 2014, p. 04).

Diante do exposto, foi indicado que cada instituição da Rede Federal elaborasse e desenvolvesse um Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção. As metas do plano e suas ações deveriam estar previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e os resultados no relatório anual de gestão institucional (BRASIL, 2014).

Para elaboração dos planos estratégicos foi sugerida uma metodologia dividida em quatro fases:

Fase 1: Instituição de comissão interna

O dirigente máximo da instituição deve constituir uma comissão composta por gestores sistêmicos de ensino e de assistência estudantil, coordenadores de curso e equipe técnico-pedagógica e de assistência estudantil, dentre outros profissionais. Essa comissão terá como objetivo coordenar e sistematizar a elaboração do plano estratégico institucional¹⁷

Fase 2: Elaboração de diagnóstico quantitativo

Fase 3: Elaboração de diagnóstico qualitativo

Fase 4: Consolidação do plano estratégico

A partir dos documentos sistematizados de cada curso, a comissão interna elaborará uma proposta de Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção que deverá ser submetida ao Conselho Superior da instituição (BRASIL, 2014, p. 29–30).

Neste contexto, foi elaborado o Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFPE. Após publicação do documento orientador, instituiu-se a Comissão Responsável pela Elaboração do Plano Institucional Estratégico para a Permanência e Êxito dos Estudantes, através da Portaria nº 1378/2015–GR. A partir daí, foram compostas as comissões locais por *Campus* e Educação a Distância (IFPE, 2016).

Cabe a Comissão Permanente o acompanhamento dos índices de retenção e evasão a nível de IFPE, bem como, prestar assistência e acompanhar os trabalhos das Comissões locais. A estas últimas cabe, dentre outras atividades, o acompanhamento dos níveis de retenção e evasão em cada *Campus* e a adoção de medidas para sua redução.

O Plano é hoje a principal ferramenta institucional utilizada pelo IFPE para redução da ocorrência da evasão escolar.

5.4 A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO CAMPUS BELO JARDIM: METODOLOGIA, DADOS E RESULTADOS

5.4.1 Metodologia

O presente estudo utilizou-se de abordagem de caráter qualitativo. Esta abordagem permitiu a identificação da percepção dos discentes do curso Técnico de Agropecuária acerca da problemática da evasão. Para coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com estudantes evadidos do curso supracitado. O instrumento utilizado para coleta de dados está disponível ao final da dissertação (Apêndice C).

A forma de seleção dos elementos da população foi não probabilística através de amostragem convencional. Utilizamos esta forma de seleção devido ao *Campus* Belo Jardim acolher estudantes das mais diversas localidades, incluindo discentes oriundos de lugares distantes de onde o *Campus* se localiza. Considerando o tempo e os custos necessários para realização de viagens longas, foram selecionados estudantes evadidos de cidades circunvizinhas ao *Campus* que apresentavam o maior número de evadidos conforme levantamento realizado pelo sistema Q-acadêmico.

Como resultado, a pesquisa concentrou-se na própria cidade de Belo Jardim (onde o *Campus* se localiza), na cidade de Sanharó (15,4 km de distância da cidade de Belo Jardim), São Bento do Uma (25,7 Km de distância da cidade de Belo Jardim) e Pesqueira (37,2 Km de distância da cidade de Belo Jardim). Considerando ainda as dificuldades para localização dos estudantes evadidos já levantadas em outros estudos (CRUZ, 2013; BIAZUS, 2004; SCREMIN, 2008), decidimos realizar as entrevistas apenas com estudantes residentes da zona urbana.

Diante do exposto, o tamanho da amostra foi composto por quatro membros do grupo discente do curso supracitado. As entrevistas foram realizadas no mês de abril de 2018. Foram entrevistados dois estudantes do sexo masculino e dois estudantes do sexo feminino. Três oriundos da cidade de Belo Jardim e um proveniente da cidade de Pesqueira. Todos cursaram a modalidade subsequente. Para preservar a identidade dos participantes da pesquisa, ao longo do texto eles serão tratados como E1, E2, E3 e E4.

Para seleção dos discentes supracitados foram realizadas consultas ao sistema Q-acadêmico para identificar estudantes com situação de matrícula “evadido” nos períodos 2017.1, 2017.2 e 2018.1. Foi delimitado este período de tempo, considerando que estes alunos

apresentariam os dados para localização e contato mais atualizados. Foram identificados estudantes ingressantes desde 2012.1 até 2017.1. A Tabela 2 apresenta o resultado da consulta realizada por cidade.

Tabela 2 – Resultados da metodologia de busca aos estudantes evadidos

Cidade	Total de Estudantes Evadidos	Estudantes Oriundos da Zona Rural	Estudantes Oriundos da Zona Urbana	Estudantes Localizados ¹¹
Belo Jardim	10	03	07	04
Pesqueira	09	01	08	06
São Bento do Uma	12	04	08	03
Sanharó	05	03	02	02

Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa

As aproximações para solicitação da contribuição dos discentes foram realizadas por meio de visitas pessoais às residências dos estudantes. Estas se deram de duas formas: na cidade de Belo Jardim, a pesquisadora realizou as visitas sozinha; nas demais cidades, as visitas foram feitas em conjunto com a psicóloga do *Campus* como uma das atividades da Comissão de Permanência e Êxito do *Campus* Belo Jardim. Esta segunda abordagem teve por objetivo ampliar o acesso aos evadidos através do uso dos recursos institucionais, como o uso do carro oficial, por exemplo.

A análise dos dados aconteceu de forma simultânea à coleta, a fim de possibilitar a identificação de eventuais aspectos do instrumento de coleta que precisassem ser reelaborados. Para análise dos dados resultantes das entrevistas semiestruturadas foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo. Com base na análise das entrevistas semiestruturadas concedidas pelos discentes do curso Técnico de Agropecuária, as unidades de análise foram agrupadas em duas categorias, são elas: 1) Fatores de Atração para o Curso Técnico de Agropecuária e 2) Fatores Motivadores da Evasão.

¹¹ Foram inseridos dentro do grupo de estudantes localizados todos aqueles cujo endereço foi localizado e conseguimos realizar contato, mesmo que o contato tenha sido feito com familiares.

5.4.2 Análise dos dados

Antes de iniciar a análise dos dados propriamente dita, cabe destacar algumas descobertas realizadas ainda na etapa de coleta de dados. Durante as visitas aos estudantes que se encontravam com a situação de matrícula como evadido no sistema Q-acadêmico, verificamos que alguns destes não se encontravam de fato evadidos. Apenas não haviam realizado a renovação da matrícula, procedimento necessário para manutenção do vínculo com a instituição. Dessa forma, embora no sistema eles estivessem evadidos, os discentes apresentavam o desejo de concluir o curso. Verificamos esta situação nas cidades de Belo Jardim, Pesqueira e São Bento do Uma.

Tabela 3 – Quantitativo de estudantes não evadidos registrados no sistema como evadidos

Cidade	Estudantes Localizados ¹²	Estudantes com Intenção de Concluir o Curso
Belo Jardim	4	1
Pesqueira	6	3
São Bento do Uma	3	2

Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa

Quando estes estudantes eram questionados sobre os motivos de terem deixado o curso, os mesmos respondiam que não haviam abandonado o curso. Estavam apenas aguardando para realizar a defesa do estágio. Houve o caso de uma estudante que inclusive já havia defendido, só aguardava a mudança da situação de sua matrícula de evadida para concluinte. Através das visitas constatamos três situações:

- a) Inconsistências do sistema Q-acadêmico sobre a real situação de matrícula dos discentes do curso;
- b) Falta de conhecimento/esclarecimento sobre os procedimentos burocráticos necessários para manutenção do vínculo com a instituição de ensino. Certa parcela dos estudantes com os quais mantivemos contato desconheciam a necessidade de renovar a matrícula para manutenção do vínculo;

¹² Foram inseridos dentro do grupo de estudantes localizados todos aqueles cujo endereço foi localizado e conseguimos realizar contato, mesmo que o contato tenha sido com familiares.

- c) A ausência de acompanhamento da evasão no *Campus*, especificamente no curso de Agropecuária, visto que, através de contato telefônico com os estudantes seria possível identificar que os mesmos não estavam de fato evadidos, simplesmente não haviam renovado a matrícula.

Esclarecemos que de acordo com a Organização Acadêmica do IFPE: “o estudante que, no prazo estabelecido no cronograma de matrícula, deixar de renová-la, perderá seu vínculo acadêmico, caracterizando com isso abandono de curso” (art. 117, IFPE, 2016). Entretanto, o estudante desvinculado por abandono poderá requerer reintegração, mas apenas uma vez.

Dando continuidade, durante as visitas realizadas em conjunto com a psicóloga do *Campus*, com exceção de uma estudante, não foram feitas entrevistas semiestruturadas, apenas fizemos o levantamento da situação dos estudantes. Diante do exposto, apresentaremos por situação de cada estudante localizado ou aqueles com os quais foi possível contato com a família por cidade.

Em Belo Jardim realizamos a entrevista semiestruturada com três discentes evadidos. A quarta discente localizada não estava de fato evadida, aguardava apenas a definição da data para realizar a defesa do estágio e não havia renovado a matrícula. Para as demais cidades, as situações dos discentes serão expostas através dos quadros a seguir. O Quadro 6 sumariza as informações de interesse.

Quadro 6 – Situação dos Estudantes com Status de Evadidos da cidade de Pesqueira

Estudante	Regime de Ensino	Situação
E1	Subsequente	Evadido. Já havia cursado o estágio. Faltava apenas concluir o relatório e defender.
E2	Integrado	Evadido. Mudou-se para outra cidade a trabalho, mas concluiu o estágio e gostaria de defender. Entretanto, reside fora da região nordeste e a defesa é realizada apenas presencialmente.
E3	Subsequente	Embora esteja como evadido no sistema, já fez o estágio e está finalizando o relatório para defender.
E4	Subsequente	Já fez o estágio e defendeu. Aguarda apenas a regularização do sistema para modificação da sua situação para concluinte.
E5	Integrado	Conforme informações do seu genitor, está servindo ao Exército.
E6	Subsequente	Já fez o estágio e concluiu o relatório. Aguarda apenas a definição da data para realização da defesa.

Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa

Quadro 7 – Situação dos Estudantes com Status de Evadidos da cidade de Sanharó

Estudante	Regime de Ensino	Situação
E1	Subsequente	Evadido. Foi necessário deixar o curso por problemas de saúde, mas no momento não consegue voltar porque está inserida no mercado de trabalho. Falta apenas estagiar e defender o relatório.
E2	Integrado	Evadido. Deixou o curso por dificuldades na disciplina de física. Tem interesse no curso de agropecuária. Voltaria para cursar o subsequente.

Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa

Quadro 8 – Situação dos Estudantes com Status de Evadidos da cidade de São Bento do Una

Estudante	Regime de Ensino	Situação
E1	Integrado	Não está evadido. Falta cursar duas disciplinas, estagiar e defender o relatório.
E2	Integrado	Não está evadido. Aguarda apenas a definição da data da defesa.
E3	Subsequente	Evadido. De acordo com familiares, fez o estágio, mas não defendeu.

Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa

Diante do exposto, é possível constatar que a maioria dos estudantes já havia concluído todas as disciplinas, faltava apenas o estágio e/ou a defesa do relatório de estágio. A partir dessas informações, já podemos inferir que existe certa dificuldade com o quesito estágio, elaboração do relatório ou defesa do relatório.

Na próxima seção, apresentaremos especificamente os resultados das análises das entrevistas semiestruturadas realizadas.

5.4.2.1 A Percepção dos estudantes

Com relação ao perfil dos estudantes evadidos entrevistados, verificamos que todos são oriundos de escola pública e a maioria já foi atendido pelo programa Bolsa Família. Sobre o curso Técnico de Agropecuária, foi a primeira opção para a maioria deles.

Todos já haviam cursado todas as disciplinas do curso e metade deles já havia realizado o estágio. Faltava apenas a defesa para conclusão do curso. Nenhum deles encontrava-se estudando no momento da entrevista. E3 havia iniciado o curso superior de Administração, mas por questões financeiras trancou o curso. Com exceção de um deles, todos estão trabalhando,

mas não na área de abrangência do curso. Sobre a assistência estudantil, apenas um deles foi atendido pelos programas da Política de Assistência Estudantil do *Campus* Belo Jardim. Quando questionados se voltariam para concluir o curso, todos manifestaram o desejo de concluir.

Quadro 9 – Perfil dos estudantes entrevistados

Estudante	Estudou em Escola Pública	Foi atendido pelo programa Bolsa Família	O curso de agropecuária foi sua primeira opção	Estagiou	Retornaria para finalizar o curso	Está estudando atualmente	Está trabalhando atualmente	Era atendido pela Assistência Estudantil
E1	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não
E2	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
E3	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não
E4	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim

Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa

a) Categoria 1 – Fatores de Atração para o Curso Técnico de Agropecuária.

Sobre as razões de ingresso no Curso Técnico de Agropecuária, destacaram-se como elementos motivadores: afinidade com a área, pretensões para ingresso no ensino superior em uma área relacionada ao do curso e as oportunidades ofertadas pela instituição de ensino.

“Bom! Primeiro que me despertou foi a minha família sempre foi da agricultura (agricultores). Trabalhei com os meus pais e sempre tive o interesse de me aprofundar mais no técnico que a gente não tinha. Aí, por conta disso, vendo a necessidade do meu pai que era agricultor. Foi aonde eu tive o interesse, o despertar, de fazer o curso na área de agropecuária” (E1).

“Porque eu pretendia ser veterinário” (E2).

“Assim, foi a oportunidade, né. Porque lá dá muita oportunidade pra a pessoa poder crescer, mas a área que eu fiz, que foi de agropecuária, realmente não era a que eu queria” (E3).

“Porque eu me identifico com o curso. Eu gosto da área de animais e da área de plantação também, da de horticultura, essas coisas. Eu gosto. Aí eu fui pra lá” (E4).

Diante do exposto, podemos observar que era realmente o desejo dos estudantes o curso Técnico de Agropecuária, com exceção de um dos casos. Sendo assim, a não adaptação ao curso

(VIOLIN, 2012; MUNIZ, 2015) e o desinteresse (GOMES & BASTOS (2016)) não se destacaram como possíveis causadores da evasão.

b) Categoria 2 – Fatores Motivadores da Evasão.

Durante as entrevistas foi verificado que o principal fator motivador da ocorrência da evasão estava relacionado a realização do estágio ou defesa do relatório de estágio. Dos quatro estudantes participantes da pesquisa, dois já até tinham feito o estágio, mas não tinham defendido o relatório, tornando-se assim inaptos para concluir o curso.

“Eu, como eu falei, né? No início eu procurei um estágio fora. Eu achava que eu me identificava na área e eu gostava também na avicultura. Aí, foi aonde que eu fui estagiar. Aí eu vi que não era a minha praia, tal. E pensei ainda em voltar ao colégio e procurar um estágio na área de suinocultura, mas o tempo foi passando. Eu desleixando. E, infelizmente eu não corri atrás. Mas se eu pudesse voltar eu voltaria pra estagiar de novo na área de suíno” (E1).

“Não. Só não fiz o estágio. Que eu queria estagiar fora. Porque eu vi que aqui em Belo Jardim, tipo assim, se eu estagiasse aqui você não ia aprender o quanto você ia aprender fora. Que muitos alunos que estudou comigo, estagiou aqui mesmo, no IF. Mas estágio é um lugar que você vai aprendendo mais, né. E aqui eu não via muito futuro você estagiar. Aí, por isso que eu desanimei, entendesse?” (E2).

“Eu estagiei numa empresa aqui em Pesqueira, na ... Aí fazia visita técnica com ele. Aí eu fui até fazendo. Aí depois eu não conclui. Não fiz a defesa, mas eu estagiei” (E4).

Quando questionamos se haviam cursado todas as disciplinas: “Todas. Só não estagiei e não defendi” (E3).

Outros aspectos não relevantes, mas que surgiram na narrativa dos discentes diz respeito às aulas práticas, comportamento de alguns docentes e a necessidade de pagamento de transporte para acesso a instituição.

“Não. Em termos da instituição, eu como aluno fui bem recebido. Não tenho nada a dizer do colégio, tá entendendo? Inclusive superou a minha expectativa. Só não foi mais 100% do que eu almejava por conta de um ponto que ficou a desejar que foi as aulas práticas que foi muito pouca, mas na teoria, em termo de professor, eu não tenho nada que dizer. Foi excelente” (E1).

“Aulas práticas foram poucas. Teve poucas aulas práticas. Era mais teórica e quando eram as aulas teóricas aí era aquela enrolação todinha e a gente nem...” (E2).

“Sim. Tinha uns que explicavam mais do que outros. Os mais antigos eram os mais acomodadinhos, mas dava pra entender” (E4).

“Eu enfrentei dificuldade por causa do transporte. Porque na época quando eu comecei a estudar lá, a gente pagava o transporte. Aí depois, 2013, no começo de julho pro final que a gente conseguiu um benefício da escola. Aí o colégio pagava o transporte. A metade do transporte. Porque na época eu pagava cento e pouco e recebia 100 reais da escola” (E4).

Foi observado ainda certo equívoco por parte de alguns estudantes sobre o significado da conclusão do curso. Para alguns deles, o fato de terem cursado todas as disciplinas já era indicativo da conclusão do curso, embora não tenham realizado o estágio ou feito a defesa do relatório. Esse desentendimento ficou claro em algumas falas quando os discentes foram questionados sobre a principal razão de terem abandonado o curso:

“Bom. *Quando eu concluí o curso*. Procurei seguir na área. Fiz o estágio na Ferraz, em avicultura. Terminei o estágio. Quando eu terminei o estágio eu vi que não era a minha área de avicultura. Aí, por conta disso é que eu não fui defender. Eu não quis defender só por dizer: “Oh, defendi pra ter o diploma”. Não. Eu queria fazer, defender e ter certeza de que eu queria atuar. Aí por conta disso eu não atuei na defesa do curso” (E1) (Grifo da pesquisadora).

“Rapaz! Eu acho que nada. Porque assim: *eu concluí né o curso*, porém não estagiei” (E2) (Grifo da pesquisadora).

Esclarecemos que para que o estudante seja habilitado enquanto Técnico em Agropecuária, é necessário, além de ser aprovado em todas as disciplinas, realizar 200h de estágio supervisionado. Após concluir o estágio, o discente deverá ainda construir um relatório de estágio que será apresentado na forma de seminário. Apenas cumpridas estas etapas e, se aprovado, o estudante poderá se inserir no mercado de trabalho como Técnico em Agropecuária.

Dando continuidade, a partir das narrativas apresentadas faremos algumas observações. Considerando que os estudantes entrevistados conseguiram finalizar todas as disciplinas, a evasão não foi influenciada por fatores internos a instituição como a didática do docente, por exemplo (SOUZA (2016); VIOLIN (2012); BARDAGI E HUTZ (2009)).

Da mesma forma, a dificuldade de aprendizagem fruto da ausência de uma base educacional apropriada não foi determinante para a evasão (VIOLIN, 2012; MUNIZ, 2015). Este foi o principal fator destacado pelos docentes do curso Técnico de Agropecuária na seção anterior, mas não foi relatado como um empecilho pelos sujeitos entrevistados.

Outro fator comum destacado nas diversas pesquisas (BATISTA ET. AL. (2009); GOMES (1998); GOMES & BASTOS (2016)), são as dificuldades financeiras e os problemas decorrentes da tentativa de conciliar trabalho e estudo. A inserção no mercado de trabalho também foi destacado pelos gestores na seção 3, porém este fator motivador também não se mostrou determinante para a ocorrência da evasão.

Por outro lado, observamos que a ausência de informação sobre alguns aspectos do curso e até sobre o funcionamento da instituição, embora não condicionantes, se relacionam com o

fenômeno da evasão. Destacamos os problemas gerados pela não renovação da matrícula e pela não realização do estágio.

5.4.3 Conclusão: percepção dos discentes

Diante do exposto, podemos concluir que existe uma assimetria na percepção sobre as causas da evasão entre professores e alunos. Destacamos que os estudantes entrevistados conseguiram concluir todas as disciplinas com êxito, mas o que impediu a conclusão do curso foi o estágio ou defesa do relatório de estágio.

Da mesma forma, verificamos que as condições socioeconômicas não foram determinantes. Dos quatro entrevistados, só um foi atendido pelos programas da assistência estudantil do *Campus* e três foram atendidos pelo programa Bolsa Família, mas apenas um continua como beneficiário.

Ademais, embora o IFPE possua um Plano Institucional Estratégico voltado para o combate à evasão, suas ações de acompanhamento ainda não são muito abrangentes, pelo menos no caso específico do *Campus* Belo Jardim. A existência de estudantes não evadidos, mas que aparecem no sistema como se assim estivessem, mostra isso.

Podemos inferir ainda que essa falha no acompanhamento se deve ao plano ser muito recente, tendo em vista que foi publicado no ano de 2016. Deste modo, verifica-se a necessidade de um melhor acompanhamento da situação dos estudantes, com vistas a prevenir inconsistências no sistema e contribuir para a reversão da evasão nos casos em que isto for possível.

Da mesma forma, podemos inferir, em descompasso com a literatura sobre o assunto, que as dificuldades de adaptação, baixo desempenho acadêmico e baixo conhecimento sobre o curso também não foram determinantes para ocorrência da evasão. Afinal, os estudantes não evadiram nos períodos iniciais do curso e concluíram todas as disciplinas.

Ademais não houve queixas sobre a relação aluno-docente e a infraestrutura da instituição. Embora a quantidade de aulas práticas e a didática de certos professores tenha sido mencionada por alguns discentes entrevistados, estes aspectos não foram condicionantes para a evasão. A própria narrativa dos alunos deixa isso claro.

Talvez a desmotivação/desinteresse tenham contribuído para que os estudantes evadissem, mas é necessário identificar a partir daqui porque o desinteresse/desmotivação só

ocorre nos períodos finais da trajetória acadêmica, quando os discentes precisam fazer o estágio e a defesa.

Outro ponto a ser observado é a necessidade de um maior esclarecimento aos discentes sobre as exigências necessárias para Habilitação enquanto Técnico em Agropecuária. Talvez haja uma falta de informação sobre a importância do estágio e o quanto é essencial para a sua formação. Da mesma forma, acerca dos procedimentos necessários para manutenção dos vínculos com a instituição após o término das disciplinas.

Seria necessária a realização de ações voltadas para os estudantes concluintes esclarecendo sobre os estágios e, caso possível, apresentando as áreas que eles poderiam estagiar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como foco estudar a evasão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – *Campus* Belo Jardim. Assim como já identificado nos demais estudos sobre a temática, são várias as causas que podem contribuir com a ocorrência da evasão e elas variam a depender do contexto da instituição estudada.

Relativo ao fator principal motivador da evasão escolar no *Campus* Belo Jardim, está relacionado a realização do estágio e a defesa do relatório do estágio. Identificamos que boa parte dos estudantes evadidos já haviam concluído todas as disciplinas e faltavam apenas realizar o estágio ou a defesa do relatório de estágio. Seja por acomodação, por falta de tempo, por causa do trabalho, os estudantes não voltam para concluir o curso, mesmo depois de investir seu tempo cursando as disciplinas. Percebemos que após as aulas presenciais existe um afastamento do estudante com relação à instituição, o que dificulta a sua volta.

Diferente da literatura sobre o assunto, um dos principais pontos de destaque que identificamos ao longo da pesquisa é que as causas da evasão no *Campus* não foram associadas a dificuldades socioeconômicas dos estudantes ou a sua condição de vulnerabilidade. Grande parte das pesquisas sobre o assunto atribui a ocorrência da evasão prioritariamente a esse fator. Seja este atuando de forma direta – o estudante deixa os estudos para trabalhar para seu sustento e o da família – ou de forma indireta: dificuldade de acompanhar as disciplinas devido a conciliação trabalho e estudo, gerando retenções, desestímulo e, por fim, o abandono.

Neste quesito, destaca-se a importância da Política de Assistência Estudantil do IFPE. Docentes e gestores através reconheceram a importância deste instrumento para a permanência do estudante na instituição, seja por meio de auxílios financeiros, do alojamento ou do refeitório. Considerando que em sua maioria os estudantes do curso Técnico de Agropecuária são oriundos de zona rural, muitas vezes locais de difícil acesso e, tendo em vista o tempo de deslocamento residência – *Campus* e os custos desse deslocamento, não haveria possibilidade de permanência no curso sem acesso aos programas da assistência estudantil do *Campus*.

Verificamos ainda, em conformidade com outras pesquisas realizadas na área, que a evasão escolar pode estar associada a fatores externos à instituição. Constatamos esta tendência tanto na fala de docentes e gestores quanto na fala dos próprios alunos. Por exemplo, destacamos que a principal causa atribuída para ocorrência de evasão por parte dos professores foram as dificuldades de aprendizagem dos estudantes, resultado de uma educação básica deficitária. Por parte dos alunos, eles responsabilizaram a si próprios pelo abandono escolar.

Embora as dificuldades de aprendizagem tenham sido o fator predominante indicado pelos docentes, a percepção dos estudantes aponta para um cenário diferente. Em particular, observamos que a maioria dos alunos já havia concluído todas as disciplinas e a evasão tinha ocorrido antes ou depois da realização do estágio. Desse modo, podemos inferir que, se o estudante conseguiu cursar com êxito todas as disciplinas, isso significa que sua dificuldade não estava exatamente na sala de aula.

Ainda sobre esse quesito, destacamos que a instituição já teve a iniciativa de desenvolver uma estratégia para amenizar a defasagem de ensino verificado pelos professores: o Programa de Acesso, Permanência e Êxito. Embora esta não tenha sido a causa principal verificada entre os estudantes evadidos, outras pesquisas já alertaram sobre como a dificuldade de aprendizagem pode contribuir para o rompimento do vínculo escolar. Por meio deste Programa, existe a possibilidade da prevenção e redução do número de retenções, amenizando assim problemas de auto estima e o desestímulo gerado por o estudante não conseguir acompanhar as disciplinas.

Além disso, a infraestrutura da instituição também foi destaque na narrativa de docentes e gestores. Em maior ou menor grau, certa parcela dos entrevistados informou que as condições do *Campus*, principalmente sobre as UEPs, poderiam influenciar de forma positiva ou negativa na permanência dos estudantes. Sobre esse aspecto os discentes não apresentaram queixas. As críticas realizadas por alguns dos estudantes entrevistados foram direcionadas a baixa quantidade de aulas práticas, embora eles tenham reconhecido que isso não prejudicou o seu aprendizado.

Outra questão destacada por docentes e gestores diz respeito à ausência de participação da família na vida acadêmica dos estudantes. Estudos na área apontam a importância da família na permanência do aluno na escola. Embora alguns entrevistados tenham ressaltado que esta participação vem se ampliando, talvez a instituição tenha que desenvolver canais mais efetivos para uma maior aproximação entre família e escola.

Cabe ressaltar ainda que esta não é uma problemática específica do *Campus* Belo Jardim. Verificamos que mudanças na dinâmica social como o aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho e a necessidade de todos os membros da família desenvolverem atividades remuneradas para garantir o sustento da casa reduzem o acompanhamento familiar do desempenho acadêmico do discente.

Por outro lado, o fato dos estudantes serem oriundos de localidades distantes e de difícil acesso, bem como o tempo de deslocamento residência – *Campus* e os gastos de deslocamento dificultam uma participação mais presente da família no *Campus*. De acordo com a fala de alguns entrevistados, nem toda família tem as condições necessárias para realizar este percurso.

A constatação destes fatos vai possibilitar que a instituição desenvolva estratégias para reduzir a distância entre o discente e o *Campus* após a conclusão das disciplinas. Da mesma forma, o estudante deve ser incentivado a fazer o estágio ainda quando estiver em sala de aula, pois assim não haverá afastamento. Caso não seja possível conciliar, o estudante já deve sair do *Campus* direcionado para o seu local de estágio. Percebe-se a necessidade de um trabalho conjunto entre a Coordenação do curso de Agropecuária e o Setor de Estágio do *Campus*.

Ademais são necessárias intervenções com os estudantes que estejam em seu último período para sensibilizar acerca da importância do estágio para a conclusão do curso e os procedimentos necessários para encaminhamento aos locais de estágio. Da mesma maneira, é importante orientar os estudantes sobre os procedimentos necessários para a manutenção do vínculo com a instituição, visto que, durante a pesquisa de campo e coleta de dados verificamos que alguns estudantes não estavam de fato evadidos, apenas não haviam renovado a matrícula.

Durante a pesquisa também ficou claro a necessidade de um maior acompanhamento da situação dos estudantes não concluintes, tendo em vista, que algumas das situações identificadas poderiam ter sido constatadas com simples contatos telefônicos. Neste aspecto, destacamos a existência da Comissão de Permanência e Êxito do *Campus* Belo Jardim. Embora as iniciativas do IFPE na área de evasão sejam relativamente recentes, conforme explicitado na seção 4, existe muito potencial para ampliação de suas atividades e o desenvolvimento de um trabalho mais efetivo na redução da evasão do *Campus* e no IFPE como um todo.

Por último, vamos abordar as dificuldades enfrentadas para realização da pesquisa. Para descrição dos casos de evasão, o estudo de algumas variáveis ficou limitado devido à ausência de informações ou dados incompletos presentes no sistema Q-acadêmico. Na variável renda, por exemplo, destacamos que não existe informação disponível para 19,7% dos discentes. Este fato pode indicar certa fragilidade na forma como a instituição levanta seus dados. Além das lacunas observadas nos dados sobre renda, percebeu-se insuficiência de informações também referentes as cotas (formas de ingresso dos estudantes), impossibilitando a análise dessa variável.

Essa fragilidade também pôde ser notada nos casos de estudantes que constavam como evadidos no sistema, mas na realidade não haviam abandonado o curso. Aguardavam a realização do estágio ou defesa do relatório. Destaca-se a situação de um estudante que inclusive já havia defendido, só aguardava a regularização da sua situação no sistema.

Essas inconsistências no sistema dificultam e até podem impossibilitar a identificação da real situação dos estudantes no *Campus*. Quando se trata do quantitativo de evasões o cenário

torna-se ainda mais grave, considerando que o número total de evadidos compõe critérios para definição do orçamento que será direcionado para a instituição de ensino.

Neste ponto cabe refletirmos acerca do título da nossa dissertação – As sementes que não germinaram: um estudo de caso sobre evasão escolar –, tendo em vista que foi verificado que nem todos os estudantes que constam como evadidos estão de fato evadidos. De acordo com a analogia, estas sementes ainda estariam germinando. E, considerando ainda que a evasão de boa parte dos estudantes está relacionada ao estágio ou defesa do relatório de estágio e ainda há possibilidade de retorno desses estudantes para conclusão do curso, não é correto determinar que as sementes não germinaram.

Outra dificuldade foi o contato com os estudantes evadidos. O principal problema eram os dados para contato e endereços desatualizados. Entretanto, através de mudanças na metodologia de coleta de dados foi possível amenizar esse problema. Diante de todo o exposto, ressaltamos a importância na realização de pesquisas na área de evasão, visto que, só poderão ser adotadas as melhores medidas de intervenção após a identificação das causas do problema em cada instituição.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. J. *Permanência e abandono em cursos técnicos EAD no IFRS: enfrentamento do baixo índice de estudantes concluintes*. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/6343/Franck%20Joy%20de%20Almeida_.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 08 maio 2018.
- ALVES, M. L. *Percepção*. 2008? Disponível em: <<https://sites.ifi.unicamp.br/laboptica/files/2012/12/Percep%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em 21 abr. 2018.
- ARAÚJO, J. O. *O elo assistência e educação: análise assistência/desempenho no Programa Residência Universitária alagoana*. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003. Disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20050428113719.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2018.
- ASSIS, C. F. *Estudo dos fatores que influenciam a evasão dos alunos nos Cursos Superiores de Tecnologia de uma Instituição de Ensino Superior Privada*. Pedro Leopoldo: FPL, 2013. 91 p. Dissertação Mestrado Profissional em Administração. Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo – FPL, Pedro Leopoldo, 2013. Orientador: Prof. Tarcísio Afonso. Disponível em: <http://www.fpl.edu.br/2013/media/pdfs/mestrado/dissertacoes_2013/dissertacao_cristiano_ferreira_de_assis_2013.pdf>. Acesso em: 06 maio 2018.
- BACHA, M. L.; STREHLAU, V. I.; ROMANO, R. *Percepção: Termo frequente, usos inconsequentes em pesquisa?*. In: XXX Encontro Nacional da Anpad, 2006, Salvador. Anais do XXX Enanpad. Rio de Janeiro: Anpad, 2006. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-mkta-1332.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2018.
- BARDAGI, M. P; HUTZ, C. S. Não havia outra saída: percepções de alunos evadidos sobre o abandono do curso superior. **PsicoUSF**, Itatiba, v. 14, n. 1, p. 95–105, abr. 2009 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712009000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 maio 2018.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: edições 70, 2002. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/RonanTocafundo/bardin-laurence-anlise-de-contedo>>. Acesso em: 28 abr. 2018.
- BATISTA, S. D.; OLIVEIRA, J. M. S.; SOUZA, A. M. A evasão escolar no ensino médio: um estudo de caso. **Revista Profissão Docente**, v.9, n.19, 2009. Disponível em: <<http://www.gvaa.com.br/revista/index.php/REBES/article/viewFile/4178/3686>>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- BIAZUS, C. A. *Sistema de fatores que influenciam o aluno a evadir-se dos cursos de graduação na UFSM e na UFSC: um estudo no curso de Ciências Contábeis*. Florianópolis, 2004. Tese. (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87138/206162.pdf?sequence>. Acesso em: 07 maio 2018.

BRASIL, *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 07 fev. 2017.

_____. Ministério da Educação. *Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*, 2014. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/ctur/wp-content/uploads/2017/03/Documento-Orientador-SETEC.pdf>>. Acesso em 10 maio 2018.

_____. *Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007*. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm>. Acesso em 25 abr. 2018.

_____. *Decreto nº 7234, de 19 de Julho de 2010*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 22 fev. 2017.

_____. *Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 21 fev. 2017.

_____. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 07 fev. 2017.

_____. Ministério da Educação. *Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2017.

_____. Ministério da Educação. *Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*, 2014. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/ctur/wp-content/uploads/2017/03/Documento-Orientador-SETEC.pdf>>. Acesso em: 9 fev. 2018.

_____. Tribunal de Contas da União. *Acórdão nº 506/2013 – TCU – Plenário*, de 13 de março de 2013. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/juris/SvlHighLight?key=41434f5244414f2d434f4d504c45544f2d31323530303231&sort=RELEVANCIA&ordem=DESC&bases=ACORDAO-COMPLETO;&highlight=&posicaoDocumento=0&numDocumento=1&totalDocumentos=1>>. Acesso em 10 maio 2018.

CAMPOS, C. J. G. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília – DF, v. 57, n.5, p. 611–614, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2018.

CARLOMAGNO, M.; ROCHA, L. C. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política** – recp, v. 7, p. 173–188, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/45771/28756>. Acesso em: 28 abr. 2018.

CASARIN, N. E. F.; RAMOS, M. B. J. Família e aprendizagem escolar. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 24, n. 74, p. 182–201, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862007000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 18 jul. 2018.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo, Ática, 13ª Edição, 2008.

COSTA, A. S.; NASCIMENTO, A. V.; CRUZ, E. B.; TERRA, L. L.; SILVA, M. R. E. O uso do método estudo de caso na Ciência da Informação no Brasil. InCID: **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 4, p. 48–68, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/59101>. Acesso em: 26 abr. 2018.

COSTA, J. V. *Evasão no PROEJA: um estudo de diagnóstico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Cuiabá (2007–2015)* / José Vinicius da Costa. – 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18607>. Aceso em: 10 fev. 2018.

COSTA, W. R. *Instruir e trabalhar: a sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco e o Liceu de Artes e Ofícios (1841–1880)*. Revista Linhas, Florianópolis, v. 14, n. 27, jul./dez. 2013. p. 253 – 280. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1984723814272013253/2821> >. Acesso em 01 jul. 2018.

CRUZ, A. P. *Evasão nos cursos técnicos profissionalizantes: uma análise das principais causas e identificação de perfil dos alunos evadidos do Senac Sete Lagoas*. 2013. 91 p. MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO – FUNDAÇÃO PEDRO LEOPOLDO, Pedro Leopoldo/MG, 2013. Disponível em: http://www.fpl.edu.br/2013/media/pdfs/mestrado/dissertacoes_2013/dissertacao_anderson_paulo_da_cruz_2013.pdf >. Acesso em: 07 maio 2018.

DIOGO, M. F.; RAYMUNDO, L. S.; WILHELM, F. A.; ANDRADE, S. P. C.; LORENZO, F. M.; ROST, F. T.; BARDAGI, M. P. Percepções de coordenadores de curso superior sobre evasão, reprovações e estratégias preventivas. *Avaliação (Campinas)*, v. 21, p. 125–151, 2016. Disponível em: <http://submission.scielo.br/index.php/aval/article/viewFile/105508/9528> >. Acesso em 30 abr. 2018.

DORE, R.; LUSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cad. Pesqui.** São Paulo, v. 41, n. 144, p. 770–789, Dec. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742011000300007&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 06 maio 2018.

_____. *Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar*. Primeira Seção – Capítulo 5./ por Ana Zuleima Lüscher e Rosemary Dore. RBPG – Políticas, Sociedade e Educação, Brasília, supl. 1, v. 8, p. 147–176, dezembro 2011. Disponível em: <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/244/411>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

ESCOTT, C. M; OLIVEIRA, A. R. M. Políticas públicas e o ensino profissional no Brasil. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 88, p. 717–738, Sept. 2015 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362015000300717&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 nov. 2017.

FIALE, L. A. *Fracasso escolar: família, escola e a contribuição da psicopedagogia*. Unifai [online]. [2013]. Disponível em: <http://www.unifai.edu.br/publicacoes/artigos_cientificos/alunos/pos_graduacao/18.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2018.

FILHO, R. B. S.; ARAÚJO, R. M. L. *Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências*. EDUCAÇÃO POR ESCRITO PUCRS, v. 8, p. 35–48, 2017. Disponível: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/24527>>. Acesso em 21 maio 2018.

FILHO, R. L. B. *Educação profissional no Brasil: novos rumos*. **Revista Iberoamericana de Educación**. nº. 20. Maio/Agosto 1999. Disponível em: <<http://rieoei.org/rie20a03.htm>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

GARRIDO, E. N.; MERCURI, E. N. G. S. A moradia estudantil universitária como tema na produção científica nacional. **Psicologia Escolar e Educacional** (Impresso), v. 17, p. 87–95, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v17n1/a09v17n1.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

GOMES, A. A. *Evasão e evadidos: o discurso dos ex-alunos sobre evasão escolar nos cursos de licenciatura*. 1998. 203 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 1998. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/102247>>. Acesso em 08 maio 2018.

GOMES, C. F. S.; BASTOS, O. A evasão escolar no Ensino Técnico: um estudo de caso do CEFET–RJ. **Educação e Cultura Contemporânea**, v. 13, p. 217–234, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Carlos_Francisco_Gomes/publication/309592799_A_evasao_escolar_no_Ensino_Tecnico_um_estudo_de_caso_do_CEFET-RJ/links/581cd4c708ae40da2cab33fa/A-evasao-escolar-no-Ensino-Tecnico-um-estudo-de-caso-do-CEFET-RJ.pdf>. Acesso em 10 maio 2018.

GUERRA, E. B.; SOUZA, R. S. LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE PERNAMBUCO: COMO UM IMPERADOR, REPRESENTANTES DA ELITE COMERCIANTE E UM GRUPO DE TRABALHADORES FUNDARAM UMA DAS MAIS IMPORTANTES INSTITUIÇÕES DE ENSINO DE RECIFE. In: Semana Pedagógica do Centro de Educação - UFPE, 2018, Recife. Semana Pedagógica do Centro de Educação - UFPE 2018, 2018. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistasemanapedagogica/article/viewFile/236760/29267>>. Acesso em 01 jul. 2018.

IFPE. *Plano de desenvolvimento institucional 2014–2018*. Recife: IFPE, 2015. Disponível em: <<http://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/desenvolvimento-institucional/pdi/pdi-completo-2014-2018.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2018.

_____. *Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco*. Recife: IFPE, 2016.

_____. EDITAL Nº. 001/2018.1 – GR – Seleção para ingresso no Programa de Moradia Estudantil. 2018. Disponível em: <<http://www.ifpe.edu.br/noticias/dae-lanca-edital-do-programa-moradia-estudantil/edital-moradia-estudantil-2018-1.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

_____. EDITAL Nº.11/2018–GR – Inscrição do Programa Bolsa Permanência da Assistência Estudantil. 2018. Disponível em: <<http://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/assistencia-estudantil/bolsa-permanencia/edital-unificado-11-2018-1.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

_____. Manual do Candidato – IFPE Vestibular 2018.2. Disponível em: <https://cvest.ifpe.edu.br/vestibular2018_2/arquivos/Manual_do_Candidato_2018_2_Retifica_do_em_06_06_2018.pdf>. Acesso em 13 jun. 2018.

_____. Política de Assistência Estudantil, Recife, 2012. Disponível em: <https://www.ifpe.edu.br/Campus/paulista/assistencia-estudantil/politica-de-assistencia-estudantil-anexo-da-res-21_2012-proposta-da-politica-aprovada-pelo-consup-26_03_12.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2018.

_____. Regulamentação de Bolsa Permanência no Âmbito do IFPE. 2013. Disponível em: <https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/assistencia-estudantil/documentos-norteadores/regulamentacao-do-programa-bolsa-permanencia_2013-1.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2018.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 285–303, Aug. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000200285&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 abr. 2018.

JAPIASSÚ, H. MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. 4. ed. Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. 296 p.

JOHANN, C. C. *Evasão escolar no Instituto Federal Sul–Rio–Grandense: um estudo de caso no Campus Passo Fundo*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/16578679-Evasao-escolar-no-instituto-federal-sul-rio-grandense-um-estudo-de-caso-no-Campus-passo-fundo.html>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

LIMA, S. S. *Evasão escolar: Em foco a visão do aluno*. 2014. Em: Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE (Produções Didático–Pedagógicas). Cadernos PDE. V. II. Disponível em:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uenp_ped_pdp_silvana_siqueira_lima.pdf>. Acesso em: 06 maio 2018.

MACHADO, M. R. A evasão nos cursos de Agropecuária e Informática / Nível Médio da Escola Técnica Federal de Inconfidentes – MG (2002 a 2006); 2009; Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília,; Orientador: José Vieira de Sousa; Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8676/1/2009_MarciaRodriguesMachado.pdf>. Acesso em 14 abr. 2018.

MARQUES, P.V.; LOVE, H.G. Cooperativa–escola nas Escolas Técnicas Agrícolas. **Sci. agric. (Piracicaba, Braz.)**, Piracicaba, v. 50, n. 3, p. 509–516, Dec. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-90161993000300028&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 abr. 2018.

MEIRA, C. A. *A evasão escolar no ensino técnico profissionalizante: um estudo de caso no Campus Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo* / Cristiane Araújo Meira. – 2015. 118 f. Orientador: Dirce Nazaré de Andrade Ferreira. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjXvoHKgOzXAhWCEZAKHdXACQAQFggmMAA&url=http%3A%2F%2Fportais4.ufes.br%2Fposgrad%2Fteses%2Ftese_9068_Disserta%25E7%25E3o%2520Final%2520-%2520Cristiane%2520Meira.pdf&usg=AOvVaw2-7gZTCjiK0HhqEWlm6VD5>. Acesso em: 02 dez. 2017.

MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2015/03/MINAYO-M.-Cec%C3%ADlia-org.-Pesquisa-social-teoria-m%C3%A9todo-e-criatividade.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

MOREIRA, A. S.; GABRIEL, A. G. P. A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA VIDA ESCOLAR DOS ALUNOS DOS ANOS INICIAIS, SEGUNDO PROFESSORES DA ESCOLA NILO PROCÓPIO PEÇANHA, DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA MT. REFAF, v. 3, p. 1, 2013. Disponível em: <http://faflor.com.br/revistas/refaf/index.php/refaf/article/view/119/html>. Acesso em 05 maio 2018.

MUNIZ, M. A. S. *Por que perdemos nossos alunos?* Um estudo da evasão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. 2015. 187 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/handle/235/9654>>. Acesso em 10 maio 2018.

NARCISO, L. G. S. *ANÁLISE DA EVASÃO NOS CURSOS TÉCNICOS DO INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS – CAMPUS ARINOS: EXCLUSÃO DA ESCOLA OU EXCLUSÃO NA ESCOLA?* 2015. 262 f. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Sociologia Política (PPGSP). Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/159413>>. Acesso em 11 maio de 2018.

PAULA, V. M. S. R. *Fracasso escolar: quem são os culpados?* An. Sciencult, São Paulo, nº 1, v.1, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uems.br/novo/index.php/anaispba/article/viewFile/150/85>>. Acesso em: 06 maio 2018.

PEZZI, F. A. S.; MARIN, A. H. As causas do fracasso escolar na percepção de professores do ensino fundamental. In: **X Anped Sul**, 2014, Florianópolis. Anais X ANPED SUL, 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/837-0.pdf>. Acesso em 30 abr. 2018.

QUEIROZ, L. D. *Um Estudo Sobre a Evasão Escolar: Para se Pensar a Inclusão Social*. 25ª Reunião anual da Anped, Caxambu, v. 1, n.1, p. 01-01, 2002. Disponível em: <<http://www.seduc.go.gov.br/imprensa/documentos/Arquivos/15%20-%20Manual%20de%20Gest%C3%A3o%20Pedag%C3%B3gico%20e%20Administrativo/2.10%20Combate%20%C3%A0%20evas%C3%A3o/UM%20ESTUDO%20SOBRE%20A%20EVAS%C3%83O%20ESCOLAR%20-%20PARA%20PENSAR%20NA%20EVAS%C3%83O%20ESCOLAR.pdf>>. Acesso em 30 abr. 2018.

RIBEIRO, R.; CIASCA, S. M.; CAPELATTO, I. V. Relação entre recursos familiares e desempenho escolar de alunos do 5º ano do ensino fundamental de escola pública. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 33, n. 101, p. 164-174, 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862016000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 31 jul. 2018.

SANTOS, G.; FREITAS, L. O. *A Política de Assistência Estudantil da Agenda Pública Brasileira: entre avanços e desafios*. In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas – 'PARA ALÉM DA CRISE GLOBAL: experiências e antecipações concretas', 2015, São Luís/MA. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo13/a-politica-de-assistencia-estudantil-na-agenda-publica-brasileira-entre-avancos-e-desafios.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2018.

SCHWARTZMAN, S. A questão da diversidade do ensino médio. In: SEMINÁRIO COMO AUMENTAR A AUDIÊNCIA NO ENSINO MÉDIO? 2010, São Paulo: Instituto UNIBANCO. **Anais ...**, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/divmedio.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

SCREMIN, S. M. B. *Evasão-permanência em uma instituição total de ensino técnico: múltiplos olhares/ Sandra Margarete Bastianello Scremin; orientador Ricardo Miranda Barcia, co-orientadora Edis Mafra Lapolli*, 2008. 207 f. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/91915/249038.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 08 maio 2018.

SILVA, A. H.; FOSSA, M. I. T. ANÁLISE DE CONTEÚDO: EXEMPLO DE APLICAÇÃO DA TÉCNICA PARA ANÁLISE DE DADOS QUALITATIVOS. **Qualit@s** (UEPB), v. 17, p. 1-14, 2015. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

SILVA, J. G.; SILVA, S. R. A. N.; SOUZA, E. C. S. *PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA*. REVISTA SABERES EM REDE CEFAPRO DE CUIABÁ/MT. Jul./Dez.2013. Disponível em:

<<http://www.cefaprocuiaba.com.br/revista/up/Revista%20Saberes%20em%20Redes%20-%20N.%20II.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2018.

SOUZA, J. A. S. Permanência e Evasão Escolar: um estudo de caso em uma instituição de ensino profissional. 2014. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/11/JUARINA-ANA-DA-SILVEIRA-SOUZA.pdf>>. Acesso em: 06 maio 2018.

SOUZA, J. A. S. PERMANÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO PROFISSIONAL. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 6, p. 19–29, abr. 2016. ISSN 2447–1801. Disponível em: <<http://www2.ifm.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/3498>>. Acesso em: 10 maio 2018.

SOUZA, M. E. do P. Família/Escola: a importância dessa relação no desempenho escolar. Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). Paraná. 2009. Disponível em: <<http://acaosocioeducativa.com.br/wp-content/uploads/2017/09/artigo-escola-familia-importancia.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2018.

STOFFEL, W. P.; ZIZA, C. R. *Evasão Escolar em Cursos Superiores*: Estudo comparativo entre pedidos de trancamento e o Aproveitamento Escolar. In: IX SIMPÓSIO PEDAGÓGICO E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO – SIMPED, 2014, Resende. IX SIMPÓSIO PEDAGÓGICO E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO – SIMPED, 2014. Disponível em: <<https://www.aedb.br/wp-content/uploads/2015/05/46321536.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

TURMENA, L.; AZEVEDO, M. L. N. A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: os Institutos Federais em questão. **REVISTA DIÁLOGO EDUCACIONAL** (PUCPR. IMPRESSO), v. 17, p. 1067–1084, 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/viewFile/21938/21079>. Acesso em 25 abr. 2018.

VARGAS, L. P.; AZEVEDO, L. F.; FELTRIN, P. F.; FORGIARINI, J.; ROCHA, K. M. Evasão escolar: uma análise sob a ótica de docentes do Curso Técnico em Agropecuária. **REI. Revista de Educação do IDEAU**, v. 10, p. 1–13, 2015. Disponível em: <https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/283_1.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2018.

VASCONCELOS, N. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399–411, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361/6598>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383–386, set./out. 2007. Disponível

em: <http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2018.

VIOLIN, L. A. B. *Evasão escolar na educação superior: percepções de discentes*. 2012. 149 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/357>>. Acesso em 09 maio 2018.

WERMELINGER, M., MACHADO, M. H., FILHO, A. A. Políticas de Educação Profissional: referências e perspectivas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.15, n.55, p. 207–222, abr./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n55/a03v1555.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

WIESE, R. S.; ZIN, J. P.; SILVA, E. B. V.; ZIMERMANN, K. G. *Moradia Estudantil: Território da Coletividade*. In: XVII ENAMPUR – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017, São Paulo. Anais do ENAMPUR, 2017. Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%206/ST%206.9/ST%206.9-05.pdf. Acesso em: 27 abr. 2018.

Yin R. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2a ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.

APÊNDICE A – ROTEIRO ENTREVISTA PROFESSORES

Identificação da entrevista

Autorização nº _____ Data: _____ ID áudio: _____

Local: _____

Duração: _____

1. Há quanto tempo atua na instituição e no curso? Qual disciplina ministra?
2. Na sua opinião, o que atrai os estudantes para o curso de agropecuária?
3. De acordo com sua percepção, em qual período mais ocorrem evasões?
4. Na sua opinião, quais as principais causas de evasão no curso de agropecuária?
5. Considerando as causas identificadas, quais seriam as melhores formas de preveni-las?
6. Alguns estudos indicam que a infraestrutura da instituição também pode contribuir para a ocorrência de evasão. Na sua opinião, este é o caso do curso de agropecuária?
7. Outros estudos indicam as condições socioeconômicas do estudante como causa da evasão. Na sua percepção, isso ocorre com os estudantes do curso?
8. Na sua opinião, a perspectiva de inserção no mercado de trabalho ou falta dela também influencia na ocorrência de evasão?
9. Poderia indicar alguma ação já adotada pelo *Campus* para prevenir a evasão?
10. E com relação a família, qual o seu papel na permanência do estudante?
11. Na sua opinião, a assistência estudantil contribui para a permanência do estudante?
Como?

APÊNDICE B – ROTEIRO ENTREVISTA GESTORES

Identificação da entrevista

Autorização nº _____ Data: _____ ID áudio: _____

Local: _____

Duração: _____

1. Há quanto tempo atua na instituição e qual a sua função?
2. Na sua opinião, o que atrai os estudantes para o curso de agropecuária?
3. De acordo com sua percepção, quais as principais causas de evasão no curso de agropecuária?
4. Considerando as causas identificadas, quais seriam as melhores formas de preveni-las?
5. Alguns estudos indicam que a infraestrutura da instituição também pode contribuir para a ocorrência de evasão. Na sua opinião, este é o caso do curso de agropecuária?
6. Outros estudos indicam as condições socioeconômicas do estudante como causa da evasão. Na sua percepção, isso ocorre com os estudantes do curso?
7. Poderia indicar alguma ação já adotada pelo *Campus* para prevenir a evasão?
8. E com relação a família, qual o seu papel na permanência do estudante?
9. Na sua opinião, a assistência estudantil contribui para a permanência do estudante? Como?

APÊNDICE C – ROTEIRO ENTREVISTA ESTUDANTE EVADIDO

Identificação da entrevista

Autorização nº _____ Data: _____ ID áudio: _____

Local: _____

Duração: _____

- 1) Por que você decidiu estudar no *Campus* Belo Jardim?
- 2) O curso de agropecuária foi sua primeira opção? Em caso negativo, qual foi a sua primeira opção?
- 3) Qual foi o principal motivo para ter deixado o curso?
- 4) Outros fatores contribuíram para a sua decisão? Se sim, quais? Fale mais sobre isso.
- 5) Você procurou resolver os problemas que o levaram a desistir do curso? Conversou com alguém do *Campus* antes de desistir?
- 6) A instituição poderia de alguma forma ter possibilitado sua permanência no curso? Como?
- 7) Você era atendido por algum dos programas da política de assistência estudantil do *Campus*? Qual?
- 8) Você retornaria para finalizar o curso? Se não, por que?
- 9) Você está estudando atualmente? Em caso afirmativo, qual curso está frequentando?